



PROJETO

Aos dezassete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) **Período da Ordem do Dia**
 1. **Projeto da Ata n.º 27/2022 - Reunião ordinária de 21 de dezembro de 2022**
 2. **Deliberação n.º 695/2023 – Proposta n.º 369/2023 – CBSS/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 11/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a aquisição de veículo urbano de combate a incêndios - Abertura**
 3. **Deliberação n.º 696/2023 – Proposta n.º 368/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de seguros para os ramos de acidentes de trabalho, multirriscos, automóvel, marítimo casco, equipamento eletrónico, responsabilidade civil e acidentes pessoais, pelo período de 24 meses - Concurso Público n.º 10/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP**
 4. **Deliberação n.º 697/2023 – Proposta n.º 371/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente ao fornecimento contínuo de gasóleo para abastecimento das viaturas da frota municipal, ao abrigo do acordo quadro celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.– Ajuste direto n.º 129/2014/DAF/DIGEF/SECPP**
 5. **Deliberação n.º 698/2023 – Proposta n.º 08/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído**
 6. **Deliberação n.º 699/2023 – Proposta n.º 367/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 04/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços para**

- administração e manutenção de parque informático, plataforma tecnológica de comunicação e rede elétrica de baixa tensão das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Jardins de Infância e Secretarias do 2.º, 3.º Ciclo e Secundárias da Rede Pública do Concelho de Setúbal - Adjudicação**
7. **Deliberação n.º 700/2023 – Proposta n.º 11/2023 – DOM – CP 03/2023/DOM – Empreitada “Conservação dos edifícios da Av. da Bela Vista 24, Rua do Antigo Olival 12 – Lote 37” - Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público**
 8. **Deliberação n.º 701/2023 – Proposta n.º 12/2023 – DOM – Empreitada CPI 13/2022/DOM - “Requalificação do Bairro da Alameda das Palmeiras, em Setúbal” - Autorização para adjudicação excecional acima do preço base e aumento da despesa autorizada - Aprovação do relatório final, decisão de adjudicação e aprovação das minutas dos contratos**
 9. **Deliberação n.º 702/2023 – Proposta n.º 13/2023 – DOM – Empreitada CPREV 63/2018/DOM – “Reperfilamento da Avenida Álvaro Cunhal” – Libertação de garantia**
 10. **Deliberação n.º 703/2023 – Proposta n.º 14/2023 – DOM – CP 04/2023/DOM - “Requalificação da Praça do Brasil e Praceta Quinta do Tavares” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público**
 11. **Deliberação n.º 704/2023 – Proposta n.º 370/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 12/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o aluguer de britadeira com operador, pelo período de 24 meses - Abertura**
 12. **Deliberação n.º 705/2023 – Proposta n.º 85/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
 13. **Deliberação n.º 706/2023 – Proposta n.º 86/2023 – DCDJ/DISOC – Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal - Apoio financeiro**
 14. **Deliberação n.º 707/2023 – Proposta n.º 87/2023 – DCDJ/DISOC – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - Apoio financeiro – XXIV ExpressArte**
 15. **Deliberação n.º 708/2023 – Proposta n.º 88/2023 – DCDJ/DISOC – Maio, Diálogo Intercultural – Apoios financeiros**
 16. **Deliberação n.º 709/2023 – Proposta n.º 89/20223 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Requalificação de 4 (quatro) campos de Ténis nos Campos Desportivos do Parque Verde da Bela Vista**
 17. **Deliberação n.º 710/2023 – Proposta n.º 90/2023 – DCDJ/DIDES – Associação Ritmus Bounce, Academia de Dança - Apoio financeiro para a participação em duas competições de dança desportiva**
 18. **Deliberação n.º 711/2023 – Proposta n.º 91/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Centro Ciclista Azeitonense – Azeitão 1.º Duetlo Jovem 2023**
 19. **Deliberação n.º 712/2023 – Proposta n.º 166/2023 – DURB – Proposta de modelo de mobilidade e acesso às Praias do concelho de Setúbal “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2023”**
 20. **Deliberação n.º 713/2023 – Proposta n.º 167/2023 – DURB/DIPU – Parecer do Município de Setúbal sobre a instalação de um heliporto na Península da Mitrena – Projeto Villa Náutica – BoatCenter – Proc. n.º 43/23**
 21. **Deliberação n.º 714/2023 – Proposta n.º 168/2023 – DURB/GAPRU – Concessão de Licença de Construção - Proc. n.º 59/23**
 22. **Deliberação n.º 715/2023 – Proposta n.º 169/2023 – DURB/GAPRU – Aditamento à concessão do licenciamento anteriormente concedido - Proc. n.º 237/19**



23. **Deliberação n.º 716/2023 – Proposta n.º 170/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação Condicionada de Projeto de Arquitetura – Obras de Alteração e Ampliação de dois edifícios destinados a um empreendimento turístico - Proc. n.º 6/23**
 24. **Deliberação n.º 717/2023 – Proposta n.º 171/2023 – DURB/DIMOT – Implementação de sinalização de “Paragem e estacionamento proibidos” e linha amarela, na Rua 1 de Junho**
 25. **Deliberação n.º 718/2023 – Proposta n.º 04/2023 – GAVPS – Moção – Pela Implementação de Medidas de Combate à Seca e Utilização Eficiente da Água no Concelho de Setúbal**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), da Direção de Municipal de Gestão e Planeamento Estratégico (DMGPE) e do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 4 a 6.
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH) e de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 7 e 8.
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), incluindo alvarás, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 9 e 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que pretendia apresentar um tema que não constava no dia a dia, mas que estaria a ganhar uma grande atualidade, pelo que precisava de ser analisado com a devida atenção, tratava-se da matéria dos resíduos.

Referiu que todos os municípios da região da Península de Setúbal tinham sido confrontados com o aumento tarifário da Amarsul em 39% em relação ao ano anterior, no caso de Setúbal equivalia a mais 1 milhão e 200 mil de euros de carga financeira sobre os munícipes. O sistema em alta, que significava o sistema de tratamento de resíduos, tinha vindo a ter uma escalada do tarifário, sendo que em 2019 o tarifário era de 20,48€ por tonelada, em 2020 tinha sido de 29,70€, significava um aumento de 45%, em 2021 tinha sido de 32,108€, tendo um aumento de 10%, em 2022 passou para 43,58€, num aumento de 33% e em 2023 atingira os 60,58€, o que equivalia a um aumento de 39%, tendo ficado aprovado pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos um aumento para 2014, no valor de 77,58€, o que significava um aumento de mais de 27%. Se somassem todos aqueles aumentos seriam valores brutais de crescimento permanente no tarifário da Amarsul.

Poderiam questionar o que justificaria todos aqueles aumentos, se seria a situação económica, seria a situação de crise, seria a guerra, no entanto, os aumentos tinham iniciado antes e depois da guerra.

Questionou se seria um racional económico. Andavam à procura do racional económico daquela operação e não encontravam, encontraram o algoritmo que definia tal como definia na concessão da Águas do Sado, uma fórmula que ia permitindo o aumento regular e

sistemático do tarifário, completamente independentemente da situação económico-financeira existente. Tratava-se de um processo complicado e com a agravante de que sistematicamente os tarifários eram definidos, não em outubro como dizia a lei, mas em fevereiro, março ou abril, sendo que os tarifários da Amarsul eram sempre tarifários em janeiro do respetivo ano, e os tarifários aprovados pelos municípios iam desde o momento em que o aprovavam, significava que sistematicamente os municípios não tinham capacidade de recuperação pelo tarifário que era definido pela Amarsul, mesmo que aumentassem exatamente o mesmo valor.

A questão do financiamento da Amarsul colocava uma dificuldade, o facto de ser financiada por três pilares, sendo um dos pilares o depósito em aterro, cabendo aos municípios pagar através das tarifas aos seus munícipes, num processo em que a Amarsul definia a tarifa e os municípios faziam de *cobradores de alpaca*. O depósito em aterro andava entre os 76% e os 80%, uma coisa absolutamente absurda, fazendo com que os aterros da Península estivessem com a esperança de vida reduzida em pelo menos 5 anos, porque havia um excesso de depósito em aterro. Disse que havia uma outra via de financiamento além do depósito em aterro, que era a separação/valorização dos resíduos que eram colocados, que o tratamento reciclado e valorizado rondava os 10%, uma percentagem muito baixa, sendo que a produção de energia estava a 72% abaixo do potencial existente de produção de energia e seria a venda de energia que iria cobrir uma parte substantiva dos custos da Amarsul. Entre depósito em aterro na produção de energia e a separação, o essencial era feito à conta do depósito em aterro em relação à composição dos resultados da empresa.

A Amarsul era uma empresa maioritariamente gerida por uma empresa privada que se chamava EGF – Empresa Geral de Fomento, do grupo Mota Egil. A EGF era uma empresa pública do grupo Águas de Portugal que tinha sido privatizada sob os auspícios da governação do Partido Socialista. A Amarsul antes da privatização da EGF tinha resultados positivos e no ano em que fora privatizada, tivera um valor de 6 milhões de euros de resultados positivos para investir, uma vez que os municípios decidiram que não queriam que fosse feita a distribuição desses resultados. Com a Amarsul privatizada começaram os prejuízos e chegou a haver uma situação complexa, a possibilidade de haver três anos consecutivos de resultados negativos. De acordo com a lei, a empresa privada EGF poderia tomar posse de todo o capital por razões de interesse financeiro da empresa. A Amarsul tinha tido sempre o beneplácito da ERSAR para ir aumentando as tarifas, para equilibrar as contas da Amarsul. Em 2022 tivera resultados positivos à conta do brutal aumento da tarifa sobre os municípios, que eles próprios o reconheciam. Na última assembleia geral da Amarsul tinha sido dada uma informação pelo representante da EGF, de que aquilo que estava a acontecer em termos de aumentos, não era nem de perto nem de longe aquilo que estaria previsto, porque aquilo que estaria previsto seria muito pior e cujo os municípios iriam ter que assumir a responsabilidade financeira por aquilo que iria surgir, que seria eventualmente diretivas comunitárias muito complexas, as quais iriam ser muito mais exigentes em relação às questões ambientais, obrigando os municípios a investir para dar as respostas às respetivas diretivas. Dito pelo representante da EGF na referida reunião, os municípios iriam ter que pagar muito mais do que aquilo que estariam a pagar e se não refletissem nos munícipes teriam que ser os municípios a pagar.


A questão da Amarsul era complexa, porque o serviço não era bom, tinha aspetos positivos, mas, no geral não era bom. A Amarsul não aceitava as propostas dos municípios e a título de exemplo referiu, em relação às sobras dos materiais utilizados, os municípios propunham que eles fossem queimados na Valorsul, através de um acordo, enquanto a Amarsul pura e simplesmente depositavam em aterro e cobravam aos municípios as sobras do trabalho dos produtos valorizados. Tratava-se de uma questão séria, que estava na mão do Governo resolver, porque era uma concessão do Governo que estava a ter resultados negativos para os municípios e para os munícipes, que seria relevante, fundamental e decisivo que o Governo pudesse fazer uma avaliação séria do que se passava com aquela concessão. Disse que havia mais 10 ou 12 concessões da EGF pelo país inteiro e poderiam verificar que no país inteiro havia um clamor contra as concessões do estado do Governo português à

EGF/Mota Egil. Não havia nenhuma concessão em que os municípios não tivessem já assumido posições duras, pedido reuniões à Assembleia da República, pedido reuniões ao Governo e exigindo medidas para ou retroceder a concessão ou corrigir a concessão. Do seu ponto de vista dever-se-ia retroceder e resgatar a concessão. Tratava-se de um problema muito sério de hoje e do futuro e o futuro seria muito atribulado em relação àquela matéria.

Ainda do lado do Governo tinham uma outra matéria que se chamava TGR (Taxa de Gestão de Resíduos) que tinha sido criada putativamente para garantir os custos da Administração Central e das suas Instituições no acompanhamento dos sistemas. Trata-se de um imposto cobrado pela Câmara que entregava integralmente ao Governo, sem que estivesse relacionado com a atividade de recolha de resíduos. A TGR era entregue ao IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), à GNR, à PSP, à APA (Agência Portuguesa do Ambiente), à entidade licenciadora que era o Governo e aos municípios através do fundo ambiental, significava que iria para o Governo e depois o Governo é que distribuía de acordo com os seus próprios critérios. Fazendo bem as contas, iria parar ao Governo o dinheiro que iria para o IGAMAOT, para a GNR e PSP, somando tudo dava 10%, também ia parar ao Governo a verba da entidade licenciadora que era 30%, a verba que eventualmente seria distribuída pelos municípios, que eram mais de 30% e iria parar ao Governo 35% dos 30% da APA, que seriam cerca de 10,5%. Significava que o Governo retinha para as atividades do seu Orçamento de Estado, em várias atividades que não estariam relacionadas com resíduos 80,5% de toda a TGR, sendo que 19,5% iria parar à APA, sendo a entidade que tinha custos com o acompanhamento do sistema. Disse que o Governo poderia intervir e desonerar os municípios daquela carga fiscal bruta, absolutamente desnecessária.

No caso da Amarsul e para terem em conta aquilo que estava a acontecer aos municípios da Península de Setúbal, cada vez que recolhiam mais bio resíduos, após um grande investimento, poderiam ter uma ligeira baixa na TGR. Significava se o sistema depositasse muito em aterro, as TGR seriam muito elevadas, se o sistema depositasse menos em aterro, a TGR seria mais baixa. Uma vez que depositavam quase tudo em aterro, a TGR era sempre elevadíssima, era um processo que carecia de uma análise e naquele caso concreto. Disse que dependia exclusivamente do Governo desonerar os municípios da Península e do país daquela matéria. Podendo-se justificar os tais 19,5% que iam para a APA que correspondia o objetivo inicial da criação daquela taxa, para garantir o funcionamento dos órgãos do Estado associados ao sistema. Aquela TGR em 2021 era de 22 euros, em 2022 mantivera os 22 euros, em 2023 passara para 25 euros, em 2024 passaria para 30 euros e em 2025 iria passar para 35 euros. Continuava-se a não se perceber qual era a justificação financeira e técnica, para que os municípios fossem onerados com aquela verba. Disse que havia uma justificação apontada como justificação ambiental, quanto mais pagassem os poluidores “esses bandidos” menos poluíam, como se fosse possível por essa via resolver-se o problema, pagando até à incapacidade de pagar, aquela era a lógica que estava em cima da mesa do sistema.

Por razões de diretivas comunitárias, exigências e outras do Estado Português, a título de exemplo referiu que a APA tinha decidido os objetivos que o município devia cumprir em relação aos resíduos, informando simplesmente a câmara dos seus objetivos. Naquele momento, a recolha, o transporte e a entrega em destino final, crescera imenso nos custos, crescera nas viaturas, no equipamento técnico, nos recipientes que tinham de comprar, crescera no número de trabalhadores e crescera nos custos globais. Só no bio resíduos tiveram que colocar mais viaturas, mais pessoas a recolher porta a porta, mais recipientes, mais tecnologias que foram apoiadas por fundos comunitários para as adquirir, mas depois não havia qualquer apoio para o período de transição e acomodação dessas soluções, que recaiam imediatamente sobre os municípios e os municípios. Estavam a falar de uma operação de resíduos em Setúbal, que andava à volta dos 10 milhões, 650 mil euros e daquela operação global cerca de 6 milhões, 530 mil euros seriam a operação de recolha, com a lavagem de contentores, substituição de peças e equipamentos. Em relação ao tratamento que estaria relacionado com a Amarsul era cerca de 4 milhões e 200 mil euros.

 5/76

Naquele momento a tarifa não cobria a operação em baixa, não cobria a recolha e o transporte, quanto mais o pagamento da alta da Amarsul. Significava se não houvesse um aumento tarifário, o orçamento da Câmara teria que pagar toda a alta de 4 milhões de euros, mais a parte correspondente à operação. Com a atual tarifa e com aquele aumento da Amarsul, para obter o equilíbrio tarifário, aquilo que o sistema defendia e protegia, teriam que fazer o aumento da tarifa de 150%, no entanto, não seria possível fazer esse aumento, mas seria o valor que equilibraria o conjunto do sistema.

O que tinham em cima da mesa naquele momento, face àquele quadro, os Serviços Municipalizados de Setúbal após analisada aquela matéria, propuseram à Câmara um aumento tarifário de 39%, para poder acomodar o último aumento da Amarsul, na perspetiva de não agravar no ano corrente mais o desequilíbrio do tarifário, sabendo que no próximo ano iriam aumentar em 27%. Teriam que gerir aqueles valores para que não houvesse um cavalgar do défice tarifário em permanência. A proposta tinha sido entregue à Câmara, que estava a analisar a proposta dos Serviços Municipalizados. Chamou a atenção que um aumento de 39% a meio do ano equivalia a 18,5%, significava que não iriam fazer a coleta dos 39% ao longo do ano, mas seria a meio ano, porque era assim que funcionava a lei, quando estabeleciam a tarifa poderiam começar a receber naquele momento, no entanto, estavam a pagar à Amarsul desde janeiro, significava que o aumento tarifário de 39% equivalia a 18,5% em termos de arrecadação financeira. Tinham aquele carácter retroativo da Amarsul, no entanto, a Câmara não tinha o referido carácter retroativo e precisavam de travar o desequilíbrio tarifário, garantindo a operação de recolha na cidade e tinham que abrir uma discussão em conjunto com todas forças políticas, para encontrar uma solução que caminhasse para algum equilíbrio tarifário de todo o sistema.

A questão que se colocava no quadro daquela hipótese de convergência, era se fazia sentido aqueles aumentos fora da realidade económica e social, sistemáticos por parte da Amarsul, se seria possível continuar a consentir aquela situação e se quem mandava na Amarsul poderia ou não intervir. Questionou se fazia sentido a manutenção e o aumento substantivo da TGR em permanência, sem qualquer objetivo aceitável, tendo em conta a natureza do seu nascimento. Questionou se fazia sentido, para não prejudicar os municípios, que o município continuasse a acumular o défice tarifário permanentemente, na medida em que os municípios desconheciam qual era a tarifa que pagavam. Naquele momento os municípios pagavam 40% menos de tarifa do que aquilo que o sistema cobrava, significava que o município de Setúbal estava a acomodar 40% de todos os custos do sistema. Os municípios tinham que saber daquela realidade, também naquela Câmara não tinham falado sobre aquele assunto, porque tinham estado a acomodar aqueles custos por razões da crise, por razões da pandemia, mas a situação estava a chegar a um ponto de dificuldade de acomodar os custos.

Interessava saber se fazia sentido que o sistema de recolha, que era um sistema de operação em baixa, dependesse do orçamento da Câmara e se fazia sentido que, em vez da tarifa, as receitas próprias da Câmara, os impostos, o IMI, o IRS, o IMT, as transferências estivessem a pagar o sistema que devia ser equilibrado pela tarifa.

Apesar de terem baixado a tarifa da água, tinham um sistema equilibrado e iriam fazer tudo para que se mantivesse equilibrado. No caso da Amarsul o desequilíbrio era brutal e tinha raízes fundas na gestão do sistema e na forma como ele tinha sido concebido do ponto de vista de quem tinha feito aquelas concessões.

Tinham que fazer uma reflexão sobre aquela matéria, ver entre a Amarsul e o Governo, como é que aquela coisa se resolvia, as forças políticas, os municípios da região e do país, teriam que olhar para aquela questão uma vez que era insuportável. Mais até do que a Península de Setúbal existia outras regiões do país que tinham tomado posições, inclusivamente feito greve de trabalhadores para impedir os aumentos de tarifas, mas sem êxito, porque os municípios não pagavam as várias Amarsul do país iam às contas bancárias dos municípios e os municípios tinham que pagar. Tratava-se de um “filme” complicado de suportar, por essa razão teriam que ver como adaptariam o tarifário e as alterações que se poderiam gerar no conjunto do sistema que pudessem equilibrar direitos, deveres, resposta ambiental, resposta financeira e a resposta operacional de todo aquele sistema.

Os bios resíduos depositados não eram cobrados de imediato e os municípios estavam a fazer um grande esforço, sem articulação entre si, porque a Amarsul não aceitava a articulação, tal como tinha sido feito o acordo com a Tratolixo na zona de Cascais, Sintra e Oeiras, sendo que o sistema em alta gerara uma solução que todos os municípios adotaram. Na Península de Setúbal cada município fazia como entendia, desenrascava-se como podia e entregava à Amarsul as coisas, não havendo qualquer tratamento do assunto coletivamente com a Amarsul, que por sua vez não estava interessada. Tinha havido um apoio para comprar viaturas e outros equipamentos, alguns até muito sofisticados que tinham que ser geridos pela Câmara. A adesão das pessoas à recolha seletiva dos bio resíduos porta-a-porta começou por ser interessante, tal como a recolha seletiva começou por ser interessante, mas houve um recuo de uma coisa e outra, porque foi dito às pessoas que tinham que dar o seu contributo ambiental e que aquele esforço, com a seleção e a valorização dos resíduos separados e com os bio resíduos iria ter seguramente uma baixa da tarifa, quando na realidade a tarifa foi sempre aumentando e as pessoas interrogavam-se da necessidade de recolha dos bio resíduos e como a tarifa continuava a aumentar as pessoas não estariam preocupadas com o respetivo tratamento. Disse que havia um processo que poderia prejudicar de uma forma profunda, uma estratégia que era fundamental para a resposta ambiental do nosso território e do nosso país, fruto de uma lógica de gestão economicista que não tinha qualquer sentido, nem tinha qualquer referência na vida económica.

Aquilo que depositavam em bio resíduos não compensava, ficando a menos de um terço dos custos da operação de bio resíduos. Quando teoricamente, a grande vantagem seria a de que o depósito dos bio resíduos dar-lhes-iam uma poupança de tal ordem que compensaria a operação, não só não compensava como a tendência seria agravar com mais diretivas que obrigava a fazer outras coisas, atribuindo “uns trocos” para iniciar o processo e depois os municípios que se “desembrulhassem”.

Disse que se tinha alongado demasiado com toda aquela explicação, no entanto, teria que fazer aquela discussão com toda a seriedade, para ver que caminhos iriam traçar, fosse no equilíbrio tarifário, nas soluções tarifárias e nos sistemas de gestão. Internamente nos Serviços Municipalizados estavam a fazer um esforço tremendo de racionalização de meios e recursos, iriam fazer um plano estratégico para os resíduos de Setúbal, mas com aqueles aumentos cavalgantes nada resistia, não haveria capacidade de previsão económica, os quais eram decididos no primeiro trimestre do ano, não permitindo o planeamento para o ano em condições normais. Tratava-se de uma situação que não era nada boa e que tinha uma característica muito aleatória.

Disse que poderia fazer chegar aos vereadores toda a documentação da APA e da Amarsul sobre o valor da tarifa e também alguma informação financeira apurada na gestão dos Serviços Municipalizados. Disse que nunca se percebia por que razão os valores oscilavam tanto, era uma coisa que não fazia muito sentido. Nos Serviços com a gestão empresarial era muito mais fácil identificar aquelas matérias e seria muito mais realista toda aquela matéria, uma vez que na Câmara, apesar de estarem a acomodar nas rubricas era difícil fazer um apuramento tão “fino da coisa”. Naquele momento, o apuramento era o mais “fino” possível daquela matéria e hoje tinham com toda a clareza o desequilíbrio do tarifário que tinham, que estava a ser gerado e que iria crescer.

Disse que a alternativa passava por se resolver aquele assunto de uma forma serena, coerente e consistente do ponto de vista financeiro, económico e do ponto de vista ambiental ou então iam ter uma Amarsul e um Governo a “comer” TGR, uma Amarsul, a “comer” aterro e os municípios a pagar, sendo que nenhum município se atreveria a fazer o aumento brutal que estava em cima da mesa do tarifário, nem era justo que o fizessem, mas também não era justo que os municípios estivessem a alimentar a Amarsul como se fossem uma “teta”. No Município de Setúbal tinham 9 “tetas” onde a Amarsul ia buscar o seu alimento permanente. Era uma coisa que tinha que ser tratado com a devida atenção e o devido cuidado, senão era muito difícil conseguirem garantir a qualidade do serviço em Setúbal

Sr. Presidente – Os municípios da Península de Setúbal eram obrigados por lei a fazer parte da Amarsul, eram obrigados por lei a recolher os resíduos e a depositar nos aterros da Amarsul e eram obrigados a pagar as tarifas que a Amarsul decidia, tendo 49% do capital daquela empresa, no entanto, a Câmara nada decidia. Tratava-se de um quadro legal que tinha a cobertura do Governo, mas que certamente teriam que questionar. Referiu que quem pagava eram os municípios e as coisas eram decididas em termos de ameaça. Os municípios cobravam tarifas aos munícipes e havia uma empresa que geria os lucros, aquele era um quadro que estaria fora do sistema democrático. A Amarsul era uma empresa de capitais públicos, 51% do Estado e 49% das Autarquias, sendo que o Estado decidira privatizar a empresa e os municípios ficaram presos naquela rede e não conseguiam sair, porque existia um quadro legal que os obrigava a permanecer. Era necessário que o Governo tomasse decisões ou medidas no sentido de alterar aquela situação, sob pena de terem de tomar medidas que não lhes cabia tomar em primeira linha, procurando sempre encontrar caminhos e soluções através do diálogo. Passados todos aqueles anos não havia diálogo, mas havia imposição. Nos termos da lei, os tarifários deveriam ser apresentados aos municípios em setembro/outubro para que pudessem ser integrados nos orçamentos, no entanto, acontecia precisamente o contrário, aprovava-se os tarifários no final de março e como a aplicação das tarifas nos municípios não era retroativa, os municípios ficavam logo com uma dívida à cabeça, e ninguém tinha em consideração a importância e o papel determinante que o Poder Local tinha naquelas situações. Tratava-se de uma situação calamitosa do ponto de vista da justiça, tratando-se de serviços públicos e alguém tinha que colocar termo àquela situação.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que em relação à intervenção do senhor Vereador Carlos Rabaçal, acompanhava genericamente aquilo que eram as preocupações, particularmente com o aumento significativo dos tarifários. Tratava-se de uma situação que ocorria há alguns anos, pelo menos desde a privatização da EGF que ocorrera no final de 2014, ainda na vigência do mandato do Partido Social Democrata e não do Partido Socialista. Recordou que, na altura, alguns municípios terão tentado providências cautelares para impedir a privatização, mas Setúbal não terá seguido esse caminho.

Lembrou que fazia parte do programa eleitoral de 2015 do Partido Socialista a tentativa de reverter a privatização, tendo por base o entendimento de que haveria na altura alguma ilegalidade no clausulado do contrato, que posteriormente não se comprovava que tivesse existido, acabando por não ser feita a reversão.

A situação, tal como estava, começava a ganhar caráter de insustentabilidade, sendo perfeitamente impossível manter aqueles aumentos significativos, totalmente acima daquilo que era o aumento normal de custos de operação e que dificilmente seriam justificáveis, sendo que diversas empresas do universo da EGF, desde a privatização em 2014 até ao presente, duvidava que tivesse aumentado significativamente a sua estrutura de custos, era preciso encontrar a origem do problema para tentar resolver a situação. As soluções teriam que ser consequentes, poderiam e deveriam discutir o tema e tinha sido bom ter trazido o tema para que se pudessem debruçar sobre ele. Agradeceu ao senhor Vereador Carlos Rabaçal o envio da documentação que se disponibilizou em remeter aos vereadores da oposição, para que pudessem analisar com a devida atenção, tudo aquilo que tinha sido aquele processo. Teriam que procurar uma solução consequente, que revertesse o atual estado das coisas, porque por mais discussões que fizessem ou por mais que protestassem na assembleia geral da Amarsul, sendo um protesto justo e válido, teriam que procurar soluções que fossem consequentes.

Relativamente ao passe Navegante Municipal disse que tinham recebido a informação, sobre o número de passes que tinham sido vendidos, mas não conseguiam fazer a comparação exata com o período homólogo, porque apenas tinham os dados referentes a fevereiro e março, não tinham os dados de janeiro, abril e agosto. No entanto, parecia-lhes existir uma tendência, que vinha desde o início do ano passado, de crescimento na utilização do passe e acreditavam que tivesse acentuado depois da estabilização da operação dos Transportes Metropolitanos de Lisboa e da Alsa Todi. Na verdade, estavam muito longe daquilo que

deveria ser o número médio de passes vendidos, para atingirem o objetivo que lhes tinha sido apresentado. Recordou que no ano passado, quando discutiram as medidas de apoio às famílias e às empresas e que tinham o seu financiamento sustentado naquilo que tinha sido uma reversão de uma decisão já tomada pela câmara, no que respeitava à redução quer do IMI, quer na participação variável no IRS, tinha-lhes sido indicado que o apoio ao passe Navegante Municipal previa-se que viesse a incidir sobre um total de 50 mil passes, significaria que aquele apoio seria o equivalente a meio milhão de euros. Se mantivessem a atual média até ao final do ano, a qual não acreditaria que mantivessem, porque sabiam que os meses de julho e agosto eram de meses de férias e em que muitas pessoas que usualmente compravam o passe deixam de o comprar, porque não tinham a necessidade de se deslocar, estariam muito longe daquilo que deveria ser a média para atingirem os respetivos valores. Se mantivessem uma média constante até ao final do ano, que fosse igual ao primeiro trimestre de 2023, iriam vender apenas 34.500 passes e ficaria muito longe daquilo que seria o objetivo. Para atingirem os 50 mil por ano, deveriam estar a vender por mês na ordem dos 4.500 a 4.600 passes, porque sabiam que nos meses de verão, dificilmente venderiam menos que 2.500. Disse que existia uma evolução que era positiva, que se registava e que tinha particular incidência desde o momento em que tinha havido uma estabilização da operação, no entanto, iriam aguardar a evolução no trimestre que estava a decorrer, para poderem perceber se o apoio que tinha sido aprovado, tinha efeitos práticos e se a reversão da redução dos impostos se revertia num apoio aos munícipes ou se o valor que estava alocado só iria ser parcialmente utilizado, acabando o restante por ser cobrado sem ter uma reversão daquilo que seria o apoio dado aos setubalenses.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Informou o senhor Presidente que constataram que se tinha intensificado a insatisfação dos munícipes relativamente à higiene e limpeza urbana, um pouco por todas as freguesias. Estavam preocupados com a situação da limpeza e da recolha do lixo que lhes tinham sido apontadas e quase que poderiam relacioná-las com zonas que sofriam mais com a pressão de atividades praticadas nas áreas envolventes, nas imediações da restauração, sendo um exemplo paradigmático o que se observava na Fonte Nova e na Avenida Luísa Todi, perto da Casa Santiago, acentuado pelo cheiro intenso. A insatisfação ia desde a deficitária recolha de monos, a lixo amontoado na área circundante dos ecopontos e contentores do lixo. A questão da higiene não escolhia os dias, por essa razão a cidade tinha de se adaptar e responder, não poderia passar por situações em que bastasse um dia sem recolha e tinham o lixo espalhado nas ruas, como se tinha verificado ultimamente. Referiu que era importante para os vereadores do Partido Socialista perceber se o executivo tinha identificado algum constrangimento que justificasse aquela situação e era importante referir que também lhes tinha sido reportado a falta de lavagem das ruas. Solicitou o melhoramento da situação exposta, até, porque para quem ali vivia como para quem os visitava seria essencial terem uma cidade limpa e cuidada.

Relativamente à situação de conservação da Praça de Touros Carlos Relvas, inaugurada a 15 de setembro de 1889, o espaço evidenciava um natural avanço do estado de degradação que os deixava apreensivos. Recentemente tomaram conhecimento da queda de pedras da fachada, assim como as portas se encontravam partidas e algumas, inclusive, encontravam-se abertas. Sendo o município o proprietário da praça de touros e tendo referido o senhor Presidente em reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2022, que tinha um gabinete de arquitetura a estudar projetos para a transformação do espaço num Centro Cultural Multiusos, que deveria estar concluído num prazo de 2 a 3 meses, pretendiam saber qual o parecer das autoridades competentes sobre a estabilidade e segurança do imóvel e se já se perspetivava algum futuro para aquele espaço.

Sr. Presidente – Disse que não pretendia tirar a importância às questões que o senhor vereador Joel Marques colocara sobre o passe Navegante e que a senhora vereadora Patrícia Paz tinha colocado sobre a praça de touros. No entanto, gostaria que se centrassem um pouco sobre a questão dos resíduos, porque a Câmara Municipal de Setúbal iria ter de

suportar os custos daquela que só tinha tido conhecimento daquela alteração no final de fevereiro e não poderiam por muito mais tempo continuar a arrastar aquele processo. Não havendo novo tarifário quem suportaria diretamente seria a Câmara Municipal. Aquelas situações não poderiam acontecer, sob pena de um dia o orçamento da Câmara Municipal não ter capacidade para cumprir aquilo que deveria cumprir. Era um assunto que teriam que tratar rapidamente. Entendiam que, antes de trazer uma proposta a reunião de Câmara, teriam que encaminhar o assunto para que o mesmo pudesse ser debatido politicamente, de forma clara, com as várias bancadas a assumir as suas posições relativamente àquela matéria, pelo que teriam de tomar uma decisão. A proposta não tinha sido apresentada, mas tendo em conta o carácter urgente da matéria iria marcar uma reunião extraordinária, trazendo uma proposta para que tivesse as devidas consequências em função da decisão. Quando estivessem a discutir a questão da tarifa iriam concentrar-se naquele ponto, e haveria matéria que justificava que a Câmara Municipal e as várias forças políticas ali presentes se posicionassem face àquele problema. Tratava-se de um problema de uma tarifa em que a Câmara tinha que tomar decisões, mas havia a questão política que tinha de ser assumida por cada um e de acordo com o que cada um pensava, da forma como se posicionava relativamente àquela questão. Aquilo que tinham em presença era a passagem de 43 euros por tonelada a depositar no aterro da Amarsul, para o valor de 60 euros por tonelada, com as repercussões que teria. Antes mesmo de tomarem a decisão dos valores da tarifa, do aumento de 39% de sobrecarga sobre os municípios de Setúbal, era importante que aprofundassem a questão. Certamente que os outros municípios teriam a sua posição sobre aquele ponto, no entanto, cabia à Câmara Municipal de Setúbal também pronunciar-se sobre aquela situação. As câmaras municipais tinham um quadro legal em que eram obrigadas a fazer parte daquela empresa, obrigadas a depositar os resíduos que recolhiam nos equipamentos geridos por aquela empresa e eram obrigados a pagar as tarifas que aquela empresa impunha aos municípios, sendo que se tratava de uma matéria bastante grave. Disse que tinham sido eleitos para defender os interesses dos seus municípios e como tal todos tinham a obrigação de se pronunciar sobre aquela situação, independentemente da posição que cada um viesse a tomar relativamente à tarifa, aquele seria o desafio que ali deixava.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que o tema trazido pela CDU, nomeadamente pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal e pelo senhor Presidente da Câmara era uma surpresa, mas que todos já sabiam que era uma questão que existia. O facto surpreendente era o aumento de 39% para o ano 2023 e que aumentos de 150% eram completamente impensáveis. Disse que era necessário terem a documentação e estarem informados em que termos é que aquele desequilíbrio tarifário existia na Câmara Municipal de Setúbal e também aquilo que se passava nos outros municípios da região, para poderem fazer uma análise adequada do problema, para depois se poderem pronunciar, uma vez, que se tratava de um assunto pesado, que tinha de ser abordado com outra profundidade e não naqueles termos.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Questionou o senhor Presidente, uma vez que existia um encarregado de proteção de dados, se a Câmara Municipal não pensava acolher aquilo que era a última recomendação da CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados) relativamente à transmissão das reuniões de órgãos autárquicos. Disse que era inconveniente trazer aqueles temas, porque da última vez tinha resultado numa multa à Câmara Municipal, no entanto, esperava que não se viesse a verificar, porque tinha verificado que uma das recomendações da CNPD não tinha sido acatada.

Informou que tinham sido contactados por uma munícipe, que possuía um dístico de estacionamento para deficientes, cujos serviços da Câmara ainda não lhe tinham dado uma resposta, sendo que a demarcação do pavimento junto à porta da munícipe ainda não tinha sido concluída.

Gostariam de saber se haveria alguma evolução relativamente à fiscalização no Mercado do Livramento, no que dizia respeito aos agricultores que faziam produção própria, uma vez que

os comerciantes mensais lhes fizeram chegar a informação de que muitos desses produtores não vendiam só aquilo que era da sua produção própria, antes pelo contrário.

De acordo com informação de um munícipe terá havido alguns constrangimentos no acesso aos bancos de jardim que se encontravam nas imediações do Grupo Desportivo “Os Amarelos”, junto ao parque infantil. O munícipe em questão terá sido impedido de se sentar nos referidos bancos, uma vez que não se tratava de bancos públicos, causando alguma estranheza. Pelo exposto gostariam de ver esclarecida a questão.

Questionou o senhor Presidente, se lhe poderia dar algum ponto de situação sobre uma licença de utilização no Vale Florete, de uma munícipe que já por várias vezes entrara em contacto com a Câmara Municipal para saber do ponto da sua situação, uma vez que pagava os impostos, mas não tinha licença de utilização.

Disse que já tinha feito chegar aqueles pedidos por escrito, no entanto, como ainda não obtiveram resposta aos mesmos, gostaria de ter ali uma resposta sobre aquelas questões para poderem também transmitir aos respetivos munícipes.

Sra. Vice-Presidente – Relativamente à matéria dos resíduos disse que era uma matéria que muito lhe interessava, até, porque no âmbito das suas funções, tivera aquela responsabilidade no mandato anterior até à transição para os Serviços Municipalizados. Curiosamente o Vereador tinha colocado aquela questão pertinente no Dia Internacional da Reciclagem e foram dados a conhecer estudos e notícias deveras preocupantes relativamente às questões de reciclagem no nosso país. Por um lado, a estagnação dos números já há muitos anos, relativamente aos materiais que poderiam ser reciclados e, por outro lado, a questão das metas que Portugal tinha de cumprir, algumas até 2025 e outras até 2030, sendo que estariam muito longe do cumprimento dessas metas. Andavam cerca de 26% a 27% na taxa de reciclagem e em 2030 previa-se um valor de 60%, significava que teriam que ter políticas fortes naquela área, caso contrário não iriam cumprir as metas. O cumprimento das metas não poderia ser cego e o caminho que se vinha a seguir era errado, porque tinham aumentado as taxas, aumentado tarifas e os resultados tinham sido inversos, os resultados cada vez eram mais negativos. Significava que estava na altura de se inverter o caminho e a nível daquilo que eram os instrumentos, nomeadamente a nível do PERSU (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos), inverter algumas políticas em particular a que dizia respeito à questão do utilizador-pagador ou do poluidor-pagador, que não tinha os efeitos mais desejados. Uma das medidas que todos deveriam vincar naquilo que seriam as propostas, estaria relacionado com a origem dos resíduos, que muitas vezes pouco falavam, porque apenas discutiam ali o circuito final, que era aquilo que interessava aos municípios, mas havia muita coisa que podia e tinha de ser feita relativamente à questão da origem dos resíduos e a maneira como se interligava com o consumo. Quem optava por embalagens que não poderiam ser recicladas teriam de assumir essa responsabilidade. Sabiam que existia naquele momento uma responsabilidade muito maior, naquilo que era a ação do consumidor/munícipe do que propriamente na ação das empresas que tinham de ter responsabilidade na chamada taxa CAGER (Taxa de Crescimento Anual Composta) e na implementação de todos os custos inerentes.

Referiu que o senhor Vereador Paulo Calado tinha ficado surpreendido pela questão das tarifas. Informou o senhor Vereador que não devia estar surpreendido, porque o executivo CDU no ano anterior apresentara uma moção em reunião de Câmara, alertando que a partir de 2023 estaria em causa praticamente a duplicação da tarifa. Aquela moção tinha sido apresentada em janeiro ou fevereiro e apresentava um histórico sobre aquilo que tinham sido os valores praticados. Para terem uma ideia disse que em 2016 pagavam 23 euros a tonelada, em 2017 pagavam 19 euros, em 2018 pagavam 20 euros e a partir de 2020 deu-se uma enorme escalada que passou a 29 euros a tonelada, 2021 pagaram 32 euros a tonelada e em 2022 pagaram 43 euros a tonelada. A moção referia - porque não sabiam exatamente o que iria acontecer -, que a proposta para 2023 e seguintes poderia chegar aos 75 euros a tonelada. A ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) fixara em 62 ou 63 euros a tonelada, tratando-se de períodos regulatórios para 3 anos, sendo que

praticamente já estariam definidas as tarifas para os próximos 2 anos e como o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha explicado, não seriam nada animadoras. Significava que cada camião do lixo que saía de Poçoilos, que levava mais ou menos 6 a 7 toneladas, com os custos operacionais de uma recolha que custava cerca de 100€ a 110€ por dia, fazendo cerca de 16 a 17 circuitos, estariam a falar de valores muito elevados e a perspetiva de que a adequação do tarifário só se fazia pela via de ser o munícipe a pagar, iria trazer um aumento brutal às pessoas, naquilo que era a tarifa dos resíduos. Se atualmente as pessoas olhavam para as faturas e já achavam que o valor era muito alto, a partir daqueles valores propostos até 2030 iria ser incomportável.

Disse que tinha registado da parte do PS uma disponibilidade para resolver o problema, o que não se tinha verificado há uns anos atrás, porque quando foram as candidaturas para os Bio resíduos tiveram que reunir com o então Secretário de Estado Carlos Martins, porque a Amarsul entendera que os resíduos orgânicos seriam uma fileira da recolha seletiva e estariam desejosos por fazer candidaturas, ficando com os equipamentos e depois entregariam os equipamentos às câmaras. O executivo CDU sempre se batera contra, naquela altura o assunto terá ido a reunião de Câmara e reuniram com o senhor Secretário de Estado, assim como outros municípios, para falarem da justiça das suas propostas e dizerem que deveriam ser os municípios a fazer as candidaturas. O senhor Secretário de Estado ajudou-os bastante e conseguiram com aquela iniciativa obter mais meios. De acordo com aquilo que o Vereador tinha dito era necessário mais, porque estavam a falar de uma mudança de paradigma, sendo que não se mudava de um paradigma de um dia para o outro e para mudar de paradigma e política também necessitavam de fazer investimento. Naquela época, o senhor Secretário de Estado Carlos Martins ajudou-os muito, mas quando falaram relativamente à reversão da privatização, no caso de água estaria tudo bem, no entanto, no caso dos resíduos a reversão não iria acontecer, pelo que folgava em saber que o Partido Socialista estava disponível para alterar aquela visão. Naquele momento, numa situação de governação de maioria absoluta seria menos complicado poder entrar em negociação com a empresa e fazer a reversão de uma privatização, que tinha sido lesiva para o Estado e também para os municípios. Quando nos últimos anos a Amarsul apresentara resultados negativos, tinham sido informados, caso não houvesse uma volta a dar as câmaras poderiam ficar sem a sua participação, no âmbito daquilo que era a lei das empresas locais. Informou que tinha sido o senhor Presidente da Câmara do Montijo que levantara a questão.

Tratava-se de um problema muito profundo, já tinha sido apresentado em reunião de Câmara várias vezes, a tarifa aumentara para os valores que se pensava e as faturas iam começar a surgir com aqueles valores, sendo um problema para os municípios.

Relativamente às questões ambientais e as questões financeiras era necessário encontrar um caminho, encontrar um equilíbrio e pedir às pessoas que fizessem a sua parte, mas também que os municípios e o Governo fizessem a sua parte, no sentido de reduzir custos e de tornar aqueles processos mais transparentes e mais benéficos para todos.

Quanto à questão da TGR, a mesma iria chegar aos 30 euros por tonelada, o que significava que cada camião da Amarsul que iria depositar em aterro, fazia 30 vezes 7 toneladas, e a Câmara pagaria sempre 210 euros de TGR por cada camião. Aquele dinheiro era destinado numa parte muito pequena para o Fundo Ambiental e o resto do dinheiro ia para despesas administrativas, nomeadamente da APA. Disse que seria incrível que uma taxa que era um imposto, fosse tratada como uma taxa e não se percebia para que serviria aquele imposto, quando não se tirava nenhum dividendo. Seria importante perceberem como é que o Orçamento de Estado financiava certas atividades, em especial através de uma taxa de gestão de resíduos, que nada fazia para gerir os resíduos, mas para gerir serviços do Estado, não sendo o mais correto.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que tinha pedido para intervir na sequência da intervenção da senhora Vice-Presidente, porque havia sempre uma componente ideológica que tinha que ser realçada pelas intervenções da CDU e também do PS e aquele seria, mais uma vez, um desses casos. Quando tinha dito que se tratava de uma surpresa, obviamente

não estariam à espera que aquela questão fosse colocada daquela forma e também precisavam de mais informação para além daquela que tinha sido mencionada pela senhora Vice-Presidente. Os senhores da CDU que suportaram o Governo do Partido Socialista durante 7 anos, tiveram mais que tempo de exigir nas reuniões de preparação para a aprovação do Orçamento do Estado, assim como chegaram a reverter outras coisas, sendo a TAP um exemplo perfeito daquele tipo de reversões e o resultado que tinha dado.

Em relação àquele assunto, iria reiterar aquilo que tinham dito, pelo que teriam de ponderar muito bem o que lhes iria ser apresentado, mas obviamente que nem pensar em aumentos de 150% na fatura da água, para os setubalenses.

Sr. Vereador Fernando José – Agradeceu a todos os dirigentes da Câmara Municipal de Setúbal que tinham acompanhado os vereadores do Partido Socialista nas suas visitas, num contacto direto com os trabalhadores, nas jornadas de proximidade que tinham realizado. Disse que tinham sido dum profissionalismo extremo, no sentido de os esclarecerem sobre algumas questões que tinham sido colocadas durante a campanha eleitoral. Naquelas jornadas de proximidade, os vereadores do Partido Socialista voltaram ao contacto direto com todos os trabalhadores em todos os serviços, pelo que agradecia o acompanhamento que tinha sido feito por todos os dirigentes naquelas visitas, em contacto direto com os trabalhadores. Naquelas visitas resultaram várias opiniões por parte dos trabalhadores que iriam apresentar em reunião de Câmara no final das respetivas visitas. No entanto, caberia ressaltar duas situações, sendo que uma delas estaria relacionada com a precariedade laboral. Da visita que fizeram aos serviços realçaram o esforço que tinha sido feito naquele mandato, por forma a regularizar as dezenas e dezenas de situações precárias da Câmara Municipal de Setúbal. De forma muito direta e porque não tinham qualquer tipo de problema em reconhecer aquilo que o senhor Presidente tinha dito, de fazer um esforço para alterar aquela situação do mandato anterior, sendo verdade que tinha existido esse esforço e os vereadores do Partido Socialista naquele contacto direto, não tiveram nenhum problema em reconhecer que tinha vindo a acontecer aquele esforço por parte do senhor Presidente e por parte da senhora Vice-Presidente. No entanto, se por um lado estavam a resolver situações de precariedade vindas do mandato anterior, estavam a criar muitas outras situações no atual mandato. Cabia ter em atenção, para não estarem a resolver aquilo que tinha vindo do mandato anterior e aquilo que tinha sido “uma loucura” em termos de prestações de serviço e falsas prestações de serviço, porque estavam a encapotar verdadeiros contratos de trabalho, criando outra situação, não com a dimensão do mandato anterior, mas situações de precariedade que detetaram e que os preocupava.

Outra das situações que tinham sido relatadas por vários trabalhadores e que seria uma opção no orçamento municipal, estaria relacionada com os meios informáticos, nomeadamente com a questão dos monitores. Tinham trabalhadores em vários serviços que continuavam com os monitores muito pequenos, criando dificuldade no trabalho do dia a dia àqueles trabalhadores, que passavam muitas horas em frente aos ecrãs, sendo importante fazer de uma forma urgente a substituição daqueles pequenos monitores por monitores de dimensão que permitissem aos trabalhadores terem melhores condições de trabalho.

As marchas populares estavam a ir para a rua e na reunião anterior que o senhor Vereador Pedro Pina tivera com as associações, as mesmas tiveram finalmente o conhecimento da outra localização, para além da Avenida Luísa Todi, onde iriam desfilar. Disse que havia um esforço por parte do movimento associativo no sentido de não deixar morrer uma tradição, existia um esforço por parte dos serviços e acreditava que o senhor Vereador e o departamento da cultura tinham interesse em potenciar aquilo que era uma marca do nosso concelho. Apelou ao senhor Presidente e ao senhor Vereador Pedro Pina, logo que terminada a edição daquele ano, que certamente seria um sucesso, apesar de serem apenas seis marchas, que se começasse a preparar a próxima edição, para que junto do movimento associativo fizessem um esforço para aumentar o número de associações participantes naquele evento de forma atempada, para quando chegassem ao final do ano, pudessem saber as localizações, bem como uma previsão correta e atempada de atribuição de verbas

às respetivas associações. Para que todos soubessem com aquilo que poderiam contar e não estivessem a um mês do desfile nas ruas com a indefinição em saber onde iriam atuar.

Disse que há cerca de dois a três meses, levantara a questão sobre a utilização indevida dos endereços de correspondência dos trabalhadores da Câmara Municipal, que tinham sido utilizados indevidamente para receber correspondência do Partido Comunista Português. O envio de um email por parte do PCP a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, o qual o senhor Presidente terá desvalorizado o envio. Disse que se tratava de uma situação grave, porque o endereço dos trabalhadores era um endereço profissional, que servia para obter informação profissional ou que tivesse diretamente a ver com a sua atividade na Câmara Municipal de Setúbal. Os vereadores do Partido Socialista utilizaram essa lista interna geral para desejar boas festas aos trabalhadores, para informar os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal dos seus contactos, onde estava localizado o seu gabinete, para que os trabalhadores pudessem contactar livremente os vereadores do Partido Socialista. No contacto direto com os serviços, estavam a distribuir um “flyer” que tinha sido pago pelos vereadores do Partido Socialista, do qual continha os contactos do gabinete de vereação, não estavam a distribuir nenhuma campanha, não estavam a fazer apelos aos trabalhadores para votarem no Partido Socialista, não estavam a fazer apelos aos trabalhadores para participarem em manifestações, não estavam a distribuir aos trabalhadores aquilo que tinham sido as medidas daquele Governo. Estranhavam que após o alerta que tinha sido feito, os endereços profissionais dos trabalhadores da Câmara tivessem sido outra vez invadidos por correspondência indevida, correspondência que não lhes devia ser enviada, porque o e-mail profissional dos trabalhadores era para fins profissionais e não para fins político-partidários. Disse que naquele dia (17 de maio) tinha sido enviado um e-mail, com um despacho do senhor Presidente de 10 de maio (do qual requeriam), em que tinha sido feita a distribuição de um convite, num apelo à participação de uma marcha em defesa do Serviço Nacional de Saúde, pelo direito à saúde, uma marcha organizada pela CGTP.

Disse que não conseguiam perceber como é que o senhor Presidente continuava a utilizar indevidamente, enquanto responsável máximo pela entidade empregadora, o e-mail profissional dos trabalhadores para aquele tipo de correspondência. O senhor Presidente poderia desvalorizar, no entanto, aquilo era grave, porque poderia levar no limite ao condicionamento e a uma pressão sobre os trabalhadores para participarem nas manifestações. Aquilo não poderia acontecer e o senhor Presidente achava piada, porque estava a rir, mas se tivesse o cuidado de consultar ou pedir para consultar jurisprudência sobre aquela matéria, provavelmente perderia o sorriso, porque a situação era grave. O senhor Presidente não podia continuar a utilizar indevidamente os e-mails profissionais dos trabalhadores. Os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal estavam ao serviço da autarquia, não tinham de estar a ser invadidos com propaganda político-partidária, ainda para mais enviada pelo senhor Presidente através de um despacho. Da outra vez não tinha sido o senhor Presidente que enviara, terá sido alguém que indevidamente enviara e o senhor Presidente desvalorizara e não pretendia averiguar, mas daquela vez existia um despacho do senhor Presidente. Por muito que pudessem concordar ou discordar sobre o Serviço Nacional de Saúde, sobre a política, sobre as medidas que estavam a ser tomadas ou não, na verdade aquilo não poderia voltar a acontecer, porque o e-mail profissional dos trabalhadores servia para receberem informação profissional ligada à sua atividade profissional.

Os vereadores do Partido Socialista jamais, em tempo algum, iriam fazer uma coisa daquelas. Questionou o senhor Presidente se o Partido Socialista enviasse comunicados, se também fazia um despacho para que fossem enviados aos trabalhadores da Câmara. Os vereadores do Partido Socialista jamais iriam utilizar aquele procedimento. Aquilo poderia no limite levar a um condicionamento, a uma pressão sobre os trabalhadores.

Aquela manifestação iria ser em Lisboa e já no passado assistiram a autocarros disponibilizados pela Câmara Municipal de Setúbal, bem como a elaboração de listas dos trabalhadores que iam, ou não, participar nas manifestações e se iriam, ou não, ocupar os respetivos autocarros. Questionou o senhor Presidente se para aquela manifestação a

Câmara Municipal de Setúbal iria disponibilizar algum autocarro, para que os trabalhadores do município se deslocassem à manifestação que iria ser feita em Lisboa.

Não seria o facto de ser CGTP, porque também poderia ser da UGT, do PCP ou de qualquer outro partido político. O que estava em causa era uma situação que roçava a ilegalidade.

Sr. Vereador Pedro Pina – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins, que os requerimentos dirigidos pelo PSD estavam dentro do tempo de resposta. O PSD enviara os pedidos a 8 de maio, a informação que escreveram no requerimento referia os 15 dias e o tempo ainda não tinha passado. A propósito de um dos requerimentos, porque alguns deles tinham sido enviados para os serviços que tinham competência, considerava que deveria ser prudente e sem prejuízo da legitimidade e da importância que cada um dos eleitos daquela Câmara Municipal na sua atividade enquanto autarca tinha na relação com os demais equipamentos municipais e com a atividade que decorria do município, era importante a presunção de inocência daqueles que eram visados, porque no que dizia respeito à questão do Mercado do Livramento vinha expressamente inscrito que os produtores locais estavam em incumprimento. Desconhecia se estavam ou não, mas o requerimento assumia que estavam. Disse que existia um processo de verificação regular por parte da fiscalização da Câmara Municipal de Setúbal. Muitas daquelas situações aconteciam por denúncia dentro do próprio mercado.

Ainda naquela semana tinha recebido uma produtora local que apresentara a contestação por uma situação, que tinha sido sinalizada pela venda ilegal de produtos e fazendo a demonstração de prova da situação. A Câmara Municipal seria sempre irrepreensível naquilo que seria o regulamento. No que dizia respeito aos produtores locais, teriam de verificar que os produtos deveriam conferir a condição de acordo com o regulamento. Tratava-se de um processo complexo, estariam a falar de um número muito alargado de produtores locais que tinham uma presença rotativa durante os dias da semana e aos fins de semana, sendo que o processo de identificação e de fiscalização implicava dois momentos distintos, a verificação do produto local de venda e a verificação do local de produção. Disse que poderia fazer o levantamento para prestar aos senhores Vereadores e, em particular, à senhora Vereadora que levantara a questão, do número de autos de contraordenação, de coimas que eram levantadas, mas considerava que seria prudente, porque o que estava escrito referia que os pequenos agricultores que estavam no mercado não cumpriam. Precisavam de verificar se cumpriam ou não cumpriam para poderem proceder em conformidade. Disse que iria responder àquele requerimento por escrito ao Partido Social Democrata, pela forma como a Câmara Municipal se posicionava naquele tema, referindo que existia um regulamento que deveria ser cumprido e a Câmara teria que ser intransigente de acordo com o respetivo regulamento.

Disse que era atento às questões colocadas pelo senhor Vereador Fernando José relativamente às marchas e referiu que era importante que auscultassem todos. As marchas eram uma expressão popular do movimento associativo, tinha uma raiz forte nos bairros da cidade e em outros territórios do município. Valeria a pena que fossem mais cuidadosos quando faziam as afirmações das razões e das motivações que levavam à participação ou não participação do movimento associativo, dado o esforço muito grande feito por parte da Câmara Municipal junto das coletividades, estimulando, procurando as associações que estavam inscritas, bem como as associações que a determinado momento apresentavam essa disponibilidade, verificando-se muitas das vezes a concretização da inscrição ou a desistência da mesma. O senhor Vereador poderia ter a certeza que não decorriam objetivamente da indisponibilidade da Câmara Municipal, porque tudo faziam para que o processo continuasse a ganhar forma e expressão, para que o número das marchas fosse maior para o ano seguinte.

A grande maioria das decisões tinham sido tomadas coletivamente e por decisão das próprias marchas. A preocupação das marchas relativamente à localização, não tinha sido uma informação rigorosa, o espaço que tinha sido anunciado já estava pré inscrito num dos espaços da sua realização, não tinha sido nenhum espaço surpreendente, não tinha sido

nenhum espaço inaudito. A preocupação da última reunião com as marchas, terá sido dito, independentemente do espaço que viessem a decidir, que não alterassem a geometria do espaço, porque isso sim poder-lhes-ia colocar algumas dificuldades. A diferença entre ser um espaço retangular ou um espaço circular, implicaria as marcações e a dinâmica das próprias marchas. O espaço que se verificou era do conhecimento de todas as marchas a concurso, tendo sido inicialmente uma das possibilidades colocadas em cima da mesa. Disse que tinha havido um tremendo esforço da parte dos serviços de encontrar outras soluções, verificando-se serem pouco aconselháveis, porque não garantiam possíveis alterações meteorológicas que pudessem vir a acontecer. Da parte dos serviços da Câmara Municipal, as coisas foram tratadas atempadamente e praticamente todas as decisões tinham sido tomadas coletivamente, sendo que muitas das vezes a Câmara Municipal não seria parte ativa naquele processo. Valeria a pena ouvir transversalmente todas as marchas, porque era para todas as marchas que deveriam trabalhar e era para a expressão popular, que tanto gostavam de ver, as quais se iriam realizar no dia 17 e no dia 24 de junho, na Avenida Luísa Todi e no Pavilhão da Manteigada.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não estava naquele momento na sala o senhor Vereador Joel Marques, no entanto, não tinha percebido o motivo da preocupação do senhor Vereador relativamente ao número de venda de passes municipais e daquilo que tinha sido o valor considerado no início do ano, para o apoio dos 10 euros na venda do passe Navegante Municipal. Disse que tinha havido um valor crescente de venda de passes significativo, entre os 35% e 40% desde o início do ano, até ao primeiro trimestre. Tinha sido feito e bem acautelada que a medida fosse evolutiva e que não ficasse impedida da sua aplicação por uma inibição ou por uma fragilidade do ponto de vista orçamental. Não percebia a preocupação e antes pelo contrário, deveriam estar todos satisfeitos em ter havido um aumento do número de valor de venda de passes. Pretendiam que a tendência se mantivesse e que no mês de julho e agosto, meses que tendencialmente tinham menos utilização, no caso de Setúbal haveria um acréscimo de utilização por causa do acesso de transporte às praias e das condições de circulação de veículos privados naquele território. Obviamente que iriam fazendo o acompanhamento e a monitorização daqueles dados e iam fazendo um esforço para divulgar aquela medida, mas parecia-lhes que estariam no bom caminho, com aumento de cerca de 40% relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

Sobre a situação de Vale Florete colocada pela senhora Vereadora Sónia Martins, o requerimento sugeria uma indicação de 15 dias para resposta, que ainda não tinha passado. Referiu que estava em causa uma área urbana de génese ilegal e que a Câmara tinha aprovado o loteamento em 2008, que por oposição dos comproprietários era um loteamento muito grande com cerca de 390 lotes. O processo de divisão de coisa comum tinha ido a tribunal, estando no tribunal desde 2009 e enquanto não tivessem decisão do tribunal relativamente à criação de lotes não poderiam emitir licença de utilização, porque o lote não existia, não haveria legitimidade para atribuição da licença de utilização.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Pediu desculpas ao Partido Socialista por ter referido que a EGF tinha sido no período de um Governo do Partido Socialista, quando na realidade tinha sido do Governo de Passos Coelho, sendo o Ministro do Ambiente Jorge Moreira da Silva.

Disse que com oito/nove anos de exercício, aquilo que poderia parecer uma boa solução já tinha provado que não era.

Registou a disponibilidade do Partido Socialista e também do Partido Social Democrata, no sentido de fazer uma avaliação consistente, devendo ultrapassar as “paredes da Câmara”, indo à Assembleia Municipal, bem como outros agentes que também pudessem participar no processo, uma vez que na última reunião de municípios da Península, concluíram que a experiência tinha sido muito má. Estaria na altura de juntar as energias e os esforços de todos os partidos com representação na Assembleia da República, para encontrar uma solução que respondesse ao problema, tal como tinha sido feito com o regresso dos trabalhadores aos Serviços Municipalizados. Congratulou-se com a preocupação convergente, no sentido de se

encontrar uma melhor solução que respondesse às questões ambientais, que respondesse às questões financeiras, mas também às necessidades e à qualidade de vida dos munícipes.

Disse que o falhanço das metas de reciclagem era um exemplo do falhanço do sistema. O depósito em aterro, na ordem dos 76% a 80%, era um exemplo da falência do sistema. Havia várias evidencias que deveriam tratar e contribuir para a solução daquela matéria.

Em relação às situações de não recolha e de arrumação de lixo, estariam a falar de cinco pontos da cidade, que estaria relacionada com o comportamento dos próprios munícipes e com a restauração. Os serviços identificaram os referidos pontos, reuniram com as pessoas para resolver os problemas, mas também estavam a equacionar o ajustamento da tipologia dos recipientes, tendo em conta que os sacos de grande dimensão não conseguiam ser absorvidos pelos recipientes. Referiu as falhas de recolha por parte da Amarsul e as falhas assumidas pela Rodolixo, em relação aos enterrados, tendo levado alguma acumulação sobretudo no fim de semana do 1.º de Maio, tendo colocado equipas especiais naquele período para todos os municípios exceto para Setúbal, mas estaria convicto que as coisas iriam melhorar. Disse que tomaram outras medidas, trabalhando para um plano estratégico de resíduos, avaliando as soluções que tinham e eventualmente encontrar soluções diferentes para resolver alguns dos problemas. Mas enquanto não tivessem resolvido devidamente o problema do financiamento do sistema e enquanto estivessem com a Amarsul, dificilmente teriam os meios e recursos para fazer algumas coisas que gostariam de fazer. Gostariam de alargar de uma forma exponencial a recolha porta a porta, que iria resolver o problema do depósito na rua, no entanto, isso implicaria outros meios e recursos que não tinham, para além de não terem capacidade financeira para os deter, uma vez que a recolha porta a porta seria mais cara do que a recolha que estava a ser feita.

Em relação à lavagem de ruas, disse que há muito tempo que não se fazia a lavagem de ruas, nem em Setúbal nem em lado nenhum, apenas varria-se e aspirava-se as ruas e lavava-se as zonas próximas dos contentores, que era feito por uma empresa, no entanto, a Câmara iria comprar uma nova viatura para fazer lavagem, de forma a aperfeiçoar todo o processo.

Naquele olhar global sobre a questão dos resíduos, disse que estavam a trabalhar em soluções resolúveis com os próprios meios e com a capacidade dos seus trabalhadores, mas havia coisas que não dependiam da Câmara e que teriam de ser tidas em conta.

Relativamente à precariedade laboral, disse que tinham feito um concurso para 19 motoristas e quando os foram testar nos psicotécnicos, uma série de candidatos chumbaram, que por sinal eram dos seus melhores motoristas. Tinham alguns desses motoristas a recibo verde, que entraram numa situação de emergência para os Bio resíduos, posteriormente abriram concurso para que os mesmos pudessem concorrer, no entanto, iriam manter quatro daqueles motoristas a recibo verde e iriam abrir outro concurso para que eles pudessem concorrer novamente, porque os melhores motoristas chumbaram nos psicotécnicos e aquela situação já não era a primeira vez que acontecera. A título de exemplo, referira que o melhor calceteiro tinha reprovado nos psicotécnicos, voltando a reprovar num segundo concurso aquando dos psicotécnicos, não tendo chumbado nas provas práticas, porque era um excelente calceteiro. Significava que haveria qualquer coisa a nível dos psicotécnicos que não funcionava, aquela situação também poderia acontecer em relação aos motoristas, sendo que a Câmara estaria a precisar dos referidos motoristas e os candidatos também precisavam daquele trabalho, pelo que a Câmara não os poderia mandar embora. Aquele era um exemplo concreto que tinha de ser tido em conta quando se falava em trabalho precário.

Sra. Vice-Presidente – Disse que tinham recebido um pedido da comissão promotora da marcha pela defesa do Serviço Nacional de Saúde e o senhor Presidente tinha feito um despacho, tendo em conta a importância do assunto, para que os recursos humanos pudessem divulgar a informação pelos seus trabalhadores, sendo da vontade de cada um em aderir, ou não, à iniciativa. Normalmente tinham muito aquele tipo de pedidos de diversas pessoas, para divulgar uma série de questões, sendo que muitas das vezes divulgavam nos próprios e-mail, outras vezes divulgavam no site da Câmara e outras das vezes divulgavam

no Facebook, dependendo do seu conteúdo. Disse que tinham uma relação estreita com as pessoas e as pessoas confiavam na Câmara Municipal para divulgar as suas iniciativas e as suas questões. Os Recursos Humanos lançaram a divulgação da marcha sem terem respondido ao senhor Presidente, relativamente à questão da sua divulgação, por essa razão pretendia fazer aquela afirmação na reunião de Câmara, sobre o que tinha acontecido. Talvez se a proposta tivesse ido inicialmente para si e tendo em conta a natureza da matéria, pudesse ter proposto ao senhor Presidente que a mesma fosse divulgada, porque não estavam a falar de nenhum movimento partidário, estavam a falar de vários sindicatos, estavam a falar de um movimento de utentes, estavam a falar da sociedade civil e daquilo que estaria relacionado com a participação das pessoas. Quando diziam que a política deveria estar próxima das pessoas faziam-na daquela maneira. Disse que pretendia assumir as responsabilidades em relação àquela divulgação, porque a mesma tinha saído do Departamento de Recursos Humanos, mas daí até o “filme” que o senhor Vereador Fernando José já tinha feito, iria um passo muito grande. Sugeriu ao senhor Vereador Fernando José, quando fosse visitar os serviços, questionasse os trabalhadores se se tinham sentido intimidados ou constrangidos por parte da Câmara em irem à Marcha da Saúde. Informou o senhor Vereador Fernando José que se tratava de um apelo, de um convite que tinha vindo através de uma entidade, que estava devidamente expresso.

Disse que considerara gravíssimo o e-mail do gabinete da Vereação do PS, com o símbolo do PS, dizendo que poderiam contar com os vereadores do PS, porque nem do seu gabinete nem dos restantes gabinetes da vereação CDU saíra alguma coisa daquelas. Era gravíssimo emitir um e-mail dizendo a todos os trabalhadores que poderiam contar para tudo e mais alguma coisa com os vereadores do PS e colocar no respetivo e-mail o símbolo do PS.

O senhor vereador Fernando José pediu o uso da palavra.

Sr. Presidente – Disse que iria responder às questões colocadas pelo senhor Vereador Fernando José.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que poderia dar resposta e deveria dar respostas às questões colocadas pelos vereadores.

Sr. Presidente – Como seria normal, não poderia esperar outra coisa. Quando se faziam afirmações como aquelas que o senhor Vereador tinha feito, certamente que teria de ter resposta. Não deveria ter ilusões.

Sr. Vereador Fernando José – Sugeriu ao senhor Presidente que não ficasse enervado e mantivesse a calma.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José que mantinha a calma, no entanto, seria o senhor Vereador Fernando José que tinha pouca calma, porque tinha pouca confiança nos trabalhadores da Câmara Municipal.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha muita confiança nos trabalhadores.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José, caso tivesse mais confiança nos trabalhadores da Câmara Municipal não trazia para ali as coisas daquela forma e com a gravidade daquilo que a senhora Vice-Presidente lhe tinha dito. Quando, na realidade, tinha saído um e-mail do gabinete do senhor Vereador Fernando José, dizendo que os vereadores do Partido Socialista estavam para resolver os problemas dos trabalhadores da Câmara Municipal.

Sr. Vereador Fernando José – Questionou o senhor Presidente se aquilo o preocupava.

Sr. Presidente – Disse que não o preocupava, no entanto, o senhor Vereador Fernando José tinha utilizado exatamente os mesmos meios que o Presidente tinha utilizado, conforme as suas anteriores declarações.

Sr. Vereador Fernando José – Sugeriu que o senhor Presidente não misturasse as coisas.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José que seria pouco digno, porque na política não valia tudo e sobretudo não valeria arranjar maneira de querer iludir, naquilo em que o senhor Vereador era exímio e que todos já tinham percebido daquela capacidade. Informou o senhor Vereador Joel Marques, que o mesmo estaria preocupado com os apoios que decidiram dar às famílias setubalenses para poder adquirir, por um valor de menos de 10 euros, o passe Navegante Municipal, pelo que não entendera aquela preocupação. Por essa razão, solicitou ao senhor Vereador Joel Marques que o pudesse esclarecer. Disse que tinham decidido em reunião de Câmara reduzir o passe Navegante Municipal em 10 euros, sendo que era a Câmara Municipal que pagava à entidade que estabelecia os preços, os 10 euros que reduzia às famílias. Os setubalenses e as famílias setubalenses eram livres de decidir e iam adquirindo os passes conforme a sua vontade, tendo havido uma evolução positiva da resposta dos munícipes à aquisição do passe. A redução dos 10 euros no passe tinha duas componentes fundamentais, tendo em conta a situação de gravidade social que se verificara em 2022 e em 2023, a Câmara Municipal decidira aprovar um conjunto de medidas que beneficiasse os custos das famílias setubalenses, sendo uma dessas medidas a redução do passe Navegante Municipal em 10 euros. A outra medida passaria pelo incentivo aos munícipes setubalenses e às famílias setubalenses, ao adquirirem o passe Navegante Municipal poderiam utilizar mais transporte público e que o mesmo tivesse um objetivo progressivo. De acordo com os dados públicos, os setubalenses e as pessoas que viviam na Área Metropolitana de Lisboa, progressivamente estavam a aderir ao passe Navegante, o que seria muito positivo. Por essa razão, não percebia a questão colocada pelo senhor Vereador Joel Marques, tendo solicitado ao mesmo que pudesse esclarecer, dado que se tratava de uma matéria muito importante, a qual deveria ficar esclarecida.

Sr. Vereador Joel Marques – Recordou o senhor Presidente que o Partido Socialista tinha votado favoravelmente a proposta de apoio, a qual tinha diversos apoios e onde se encontrava o reforço de 10 euros no valor do passe Navegante Municipal. Apesar de terem votado favoravelmente a proposta de apoio, discordaram sobre a forma de financiar esse apoio. A CDU entendera apresentar uma proposta, já aprovada pela Câmara Municipal e também pela Assembleia Municipal de redução do IMI e da participação variável do IRS, suportando na reversão daquilo que seria a descida dos impostos já aprovados, o financiamento para aquela medida. Recordou o senhor Presidente, que quando falaram sobre o apoio de 10 euros ao passe Navegante Municipal, na altura questionaram quantos passes tinham sido vendidos no de 2022 e quantos passes esperavam vender em 2023. Os dados relativos a 2022 não tiveram conhecimento, mas fora-lhes apresentada uma estimativa de venda de 50 mil passes para 2023. Tinha sido o senhor Vereador Ricardo Oliveira, em substituição, que fizera a explicação e indicara qual seria o número expectável de passes a ser vendidos em 2023. Tinha havido uma medida positiva, medida de apoio às famílias, entre várias outras a redução do valor do passe. Os vereadores do Partido Socialista já tinham concordado antes, noutras discussões que tiveram sobre o tema, que aquelas reduções deveriam ser tantas quanto possíveis, devidamente articuladas em toda a área Metropolitana, para que os preços fossem semelhantes, não havendo diferenciais. A mesma posição tinha sido tomada pelo PCP em Lisboa, quando fizeram a alteração ao valor do passe. Independentemente disso, entendiam que a medida seria positiva, mas sendo positiva teria um custo que o executivo CDU entendera suportá-lo, por uma reversão daquilo que tinha sido uma decisão já tomada, de redução de impostos.

Disse que era importante que pudessem dizer aos setubalenses, particularmente o executivo CDU, que tinham tomado a decisão sobre como financiar aquelas medidas, que se tratava de uma reversão da redução de impostos e que teria um reflexo equivalente naquilo que eram os apoios que tinham sido dados. Se lhes tinha sido apresentada a expectativa de que seriam vendidos 50 mil passes ao longo do ano, iriam aplicar meio milhão de euros adicionais junto da TML, no suporte dos 10 euros por cada passe Navegante Municipal vendido.

Desde que a operação da Alsa Todi começara a estabilizar, pelos números que lhes tinham apresentado, sendo que em 2022 não tinham o ano completo para comparar com 2021 e verificar qual tinha sido a evolução, sendo que até junho do ano anterior tiveram um operador diferente, com outro tipo de oferta de carreiras, enquanto que no presente tinha havido um reforço na oferta e nas carreiras. Tratava-se de uma medida metropolitana positiva e sem dúvida uma mais-valia para as populações, que ajudou a justificar o aumento do número de passes vendidos. No entanto, era importante perceber que tiveram um aumento de impostos, face àquilo que tinha sido aprovado, a reversão da decisão já tinha sido tomada e teria um reflexo direto naquilo que seria o apoio que era dado. Tendo um reflexo direto, significava que era preciso haver um esforço adicional na forma de potenciar a compra do passe Navegante Municipal e na forma de aumentarem a média de passes vendidos.

Se olhassem só para os resultados do primeiro trimestre, em média de passes, seria insuficiente para chegar aos 50 mil e iriam muito longe do objetivo, apesar de ter havido um aumento face ao ano anterior.

Informou a senhora Vereadora Rita Carvalho que quando definiam objetivos, não os definiam só com base naquilo que era o plafond que pretendiam, porque poderiam definir um determinado plafond, apresentando a proposta e o objetivo de venda de passes, de uma forma que fosse mais próxima daquilo que seria a realidade. Ao criarem a expectativa de vir a apoiar os 50 mil passes e de alocarem meio milhão de euros à venda de passes, estariam a criar uma expectativa que depois poderiam não concretizar, sendo que os números no primeiro trimestre, levavam a crer que não teriam uma adesão próxima à realidade.

Disse que não se tratava de medidas casuísticas, não fazia sentido dizerem que iriam reduzir o preço do passe Navegante Municipal em 10 euros no ano de 2023 e depois não terem uma medida que fosse semelhante para o ano 2024. Não fazia sentido para que em 2024 pudesse haver um aumento por via da inflação, mais os 10 euros que naquele ano tinha sido o município a suportar. No entanto, quando tomaram a decisão, o suporte financeiro da medida que tinha sido apresentado para justificar, tinha sido uma reversão de uma medida que já tinha sido tomada na redução de impostos. Não lhe parecia que aquela medida, a qual certamente todos concordariam, que se deveria prolongar no tempo, não se limitando apenas a 2023, não pudesse ter todos os anos como argumento de suporte financeiro a reversão ou não aprovação de medidas, como a redução de impostos, da qual os vereadores do Partido Socialista propuseram na última reunião de Câmara, a qual fora chumbada.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador Joel Marques estava muito preocupado em saber se o objetivo da estimativa de atingir os 50 mil passes seria a sua maior preocupação, no entanto, a maior preocupação do executivo CDU, através daquela e outras medidas, era que os setubalenses e os azeitonenses adquirissem cada vez mais passes sociais, optassem pelo transporte público em vez do transporte particular e que contribuísse para um melhor ambiente, uma melhor qualidade da saúde no município.

Para além daquela mensagem que lhes fora incutida durante tantos anos, de que a coisa melhor na vida era cada um ter um carro, ao longo dos últimos anos verificaram que aquela não seria uma boa medida, era bom ter um carro, mas utilizá-lo quando ele fosse efetivamente necessário. Aquilo que verificavam nas deslocações urbanas, normalmente não era necessário ter um carro, devendo haver transportes públicos que dessem resposta àquilo que eram as necessidades das pessoas que viviam nas cidades. Para aquele grande desafio era necessário que as pessoas estivessem sensibilizadas e que adquirissem aqueles hábitos. Vinham de uma situação de uma pandemia, em que praticamente as pessoas desistiram de andar nos transportes públicos e também esse seria um passo muito importante naquela

mudança, por essa razão estaria convencido que aquela entre outras, seria uma medida muito importante que a Câmara Municipal de Setúbal tinha tomado sabendo prolongá-la no tempo. Quando apresentassem o orçamento para 2024, certamente que equacionariam a situação e também teriam dados mais atualizados da TML, sobre a evolução da aquisição de passes na área Metropolitana e no concelho de Setúbal, que fossem um pouco mais “fidedignos”, que lhes permitisse dar uma ideia mais real do que tinha vindo a acontecer nas opções que as pessoas tomavam, em particular no concelho de Setúbal.

Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz, sobre a questão da higiene e limpeza, que o senhor Vereador Carlos Rabaçal já tinha dado indicação. Disse que estavam identificados os chamados pontos negros dos quais a senhora Vereadora tinha referido, que eram relativamente poucos, mas não deixavam de ser preocupantes. Disse que estavam a estudar a possibilidade de substituir os equipamentos, porque um dos problemas que se colocava era da boca do equipamento que não era suficiente para a procura daquilo que pretendiam colocar. Tratava-se de uma questão que os serviços estavam a avaliar e se fosse necessário substituiriam os respetivos equipamentos.

Relativamente à higiene e limpeza de uma maneira geral, a Câmara Municipal tinha feito durante o ano de 2022 uma transferência das competências para as freguesias, com o objetivo de que na proximidade seria mais fácil, mais eficiente e mais capaz de dar resposta aos problemas na área da higiene e limpeza. Significou que as próprias juntas de freguesia, sobretudo as de maior dimensão, implicaria a contratação de trabalhadores, a contratação de equipamentos, sendo que os procedimentos da administração seriam pesados, morosos e o ano de 2022 tinha sido um ano de transição. Verificava-se que as juntas de freguesia estavam a ter mais trabalhadores, adquiriram mais equipamento, significava que a resposta iria ter o seu efeito. Disse que tinham muita confiança naquela experiência e naquele trabalho que tinha sido desenvolvido e que tivera o seu tempo de transição, mas que no final de 2023, a situação estaria em condições de dar a resposta às exigências dos espaços urbanos.

Relativamente à conservação da Praça de Touros Carlos Relvas, os serviços técnicos e a Proteção Civil tinham estado a acompanhar a situação e de acordo com a avaliação feita, encontrava-se num estado avançado de degradação do equipamento e estrutura. Relativamente à decisão sobre o futuro da praça de touros esperava que dentro de alguns meses pudesse apresentar uma proposta, no sentido de encontrarem uma solução para aquele espaço.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que relativamente a um conjunto de questões que tinha colocado seria dada resposta por escrito, não poderia fazer ali por falta de documentação.

Sobre a questão da Comissão Nacional da Proteção de Dados, a empresa que contrataram para elaborar os documentos, designadamente o regulamento, já tinha sido entregue aos vereadores, alguns dirigentes e previa-se que viesse a ser apreciado numa próxima reunião de Câmara.

No que se referia à questão da transmissão, o processo estava a decorrer com a normalidade que aquelas coisas tinham e com o tempo que era necessário para as coisas acontecerem. A transmissão era do conhecimento público, tanto nas sessões da Assembleia Municipal como as reuniões da Câmara Municipal. Disse que desconhecia tudo aquilo que o regulamento referia sobre aquele ponto, no entanto, não haveria nenhum problema, porque era público e há mais de um ano que eram transmitidas as reuniões. Tanto os vereadores como os deputados municipais não tinham levantado o problema, relativamente aos munícipes que iam às reuniões da Câmara Municipal e às sessões da Assembleia Municipal, no documento que era distribuído, já referia a autorização para poderem estar num espaço que era filmado e transmitido. Toda aquela situação tinha evoluído no sentido de cumprirem aquilo que eram as normas.

A senhora Vereadora Rita Carvalho já tinha dado resposta a algumas questões, as outras seriam dadas através do requerimento escrito que os serviços estariam a preparar.

Referiu que o senhor Vereador Fernando José tinha dito que tinham estado a fazer um esforço no sentido de resolver os problemas da precaridade de alguns trabalhadores da



Câmara Municipal. Finalmente o senhor Vereador tinha acreditado e reconhecia aquilo que lhe tinha transmitido durante várias reuniões, em que o senhor Vereador entendera durante um ano quase a insistir na precariedade. Terá explicado ao senhor Vereador Fernando José que tinha havido dificuldades, que havia problemas e que as situações estavam a ser regularizadas e continuariam a ser regularizadas. Havia dezenas de concursos em desenvolvimento para que os trabalhadores da Câmara Municipal pudessem concorrer. Os que não concorressem estariam sujeitos no final dos contratos a não poderem continuar a ficar na Câmara Municipal. O senhor Vereador depois de ter reconhecido todo aquele esforço que estava a ser feito, referiu que o executivo CDU estaria a criar outras situações, mas não disse quais eram as situações. Solicitou ao senhor Vereador Fernando José, quando fizesse aquelas afirmações na reunião de Câmara, que se referisse em concreto às situações, para que todos ficassem a saber daquilo que o senhor Vereador se estaria a referir, solicitando que o senhor Vereador o pudesse fazer.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente não tinha percebido aquilo que lhe tinha dito. Disse que tinha reconhecido que existia um esforço por parte do executivo daquele mandato de regularizar uma série de situações precárias que vinham do mandato anterior. Falsos recibos verdes que consubstanciavam verdadeiros contratos de trabalho. Nas visitas que fizeram aos serviços, se o senhor Presidente tivesse a oportunidade de sair do seu gabinete e fizesse essa visita aos serviços, contactando com os trabalhadores, iria perceber aquilo que certamente desconhecia, de acordo com as suas afirmações, que existiam trabalhadores que naquele momento estavam a ser contratados com recibos verdes, falsos recibos verdes. Havia situações que estavam a ser contratadas na Câmara Municipal de Setúbal, na área de informática, para além de uma engenheira que estava numa situação de precariedade num contrato de avença. Fez o desafio ao senhor Presidente que saísse do seu gabinete e fosse visitar os serviços, num contacto direto com os trabalhadores, ao Edifício dos Ciprestes, ao Edifício Sado, falando com os trabalhadores olhos nos olhos, fizesse aquilo que os vereadores do Partido Socialista estavam a fazer. Sugeriu que implementasse umas jornadas de proximidade, deslocando-se a edifícios que provavelmente ainda não tinha ido há ano e meio. Através desse contacto direto iria aperceber-se daquilo que estava a referir, que existiam situações que estavam a ser criadas de precariedade laboral, para além daquelas que estavam a ser regularizadas. Terá sido para aquilo que tinha alertado, significava que estavam a “tapar” por um lado e “destapar” por outro. Disse que não estariam a inventar nada, não estariam a inventar a “roda”, sendo avenças que estavam a ser feitas com os trabalhadores, situações de recibo verde, situações de precariedade, que consubstanciavam verdadeiros contratos de trabalho que estavam encapotados de falsos recibos verdes. Disse que não estava a falar do engenheiro Travassos e sobre aquele tema fariam numa próxima reunião, aquela era uma situação que se arrastava há muito tempo em termos de precariedade na Câmara Municipal de Setúbal. Relativamente àquela questão bastaria que o senhor Presidente fosse aos serviços e iria perceber perfeitamente aquilo que estariam a falar.

Sr. Presidente – Agradeceu muito ao senhor Vereador Fernando José por ter apresentado na reunião de Câmara aquela questão. No entanto, havia outra questão que lhe pretendia colocar, uma vez que o senhor Vereador era a central de informação da propaganda do Governo do Partido Socialista e tinha sido o senhor Vereador que levantara a questão. Disse que várias vezes lhe tinha explicado a situação que tinha levado à contratação dos trabalhadores que estavam nessa situação de contrato, porque a pandemia tinha levado à contratação daquelas trabalhadores, no entanto, havia pessoas que desconheciam que a pandemia também tinha passado pelos serviços da Câmara Municipal, tendo havido divisões ou setores que ficaram sem poder trabalhar e o executivo procurou encontrar sempre forma de dar resposta a questões fundamentais, mas sem trabalhadores não haveria resposta. Quem não tinha experiência da gestão municipal, não percebia os factos e as realidades. O Covid atravessou os serviços da Câmara Municipal e muitos serviços ficaram muitas semanas

sem trabalhar, no entanto, havia necessidade de encontrar forma de os serviços não pararem para poder dar resposta aos problemas das populações. As populações reconheceram o papel determinante no apoio às necessidades naquela altura. Aquela explicação tinha sido dada várias vezes, no entanto o senhor Vereador Fernando José pretendia sempre voltar ao tema e falava em falsos recibos verdes e na precariedade laboral. Disse que nunca tinha negado aquela situação, no entanto, ter-lhe-á explicado o que tinha acontecido e o compromisso que tinha para resolver aquele problema. O senhor Vereador tinha vindo dizer que o executivo CDU cumprira aquilo que tinham prometido.

Referiu que já tinha informado o senhor Vereador Fernando José que existiam cerca de dez concursos a decorrer para continuar a integrar trabalhadores que estavam em situação de precariedade, na realidade o senhor Vereador Fernando José apresentara uma questão que o executivo CDU estaria a resolver.

Questionou o senhor Vereador Fernando José sobre quem era o responsável pela situação que a Administração Pública em geral estava a viver.

Questionou o senhor Vereador Fernando José sobre quem era o responsável por terem a necessidade de contratar trabalhadores, abrirem os concursos e os mesmos ficarem desertos.

Questionou o senhor Vereador Fernando José se o responsável seria a Câmara Municipal de Setúbal que abria os concursos ou se seriam as pessoas que não queriam vir trabalhar para a Câmara Municipal de Setúbal.

Questionou se as restantes câmaras municipais não estariam na mesma situação ou se a Administração Pública em geral estaria na mesma situação. Questionou se, passado todo aquele tempo, não seria por que existia um Governo que ainda não tinha encontrado solução, para resolver os problemas com que a administração se estava a confrontar há 2 ou 3 anos e que se agravava todos os dias, sendo que as câmaras municipais precisavam daqueles trabalhadores para dar resposta aos serviços que prestavam aos municípios.

Informou o senhor Vereador Fernando José que os engenheiros não entravam nos concursos, porque não havia engenheiros que quisessem ganhar mil euros na função pública, quando no privado conseguiam encontrar salários muito superiores e sem as responsabilidades que o tempo inteiro os obrigava na câmara municipal. Os arquitetos também não pretendiam ir trabalhar para as câmaras municipais, para a administração pública, para além dos técnicos de informática, fiscais municipais, carpinteiros, pedreiros, motoristas.

Questionou o senhor Vereador Fernando José como pretendia que a Câmara Municipal de Setúbal, as outras câmaras e a administração pública em geral pudessem dar resposta àquelas necessidades, que eram fundamentais para que a Câmara Municipal cumprisse aquilo que eram as suas competências próprias, se os concursos que abriam ficavam desertos.

No último concurso concorreram três técnicos, que ficaram alinhados, quando foram chamar o primeiro concorrente, o mesmo já tinha encontrado emprego, assim como o segundo concorrente. Tinham conseguido que viesse o terceiro. Era o último concurso que tinham. Os outros, vários deles, tinham ficado desertos. Gostaria de saber de quem seria a responsabilidade dessa situação, que todos estavam a viver. De quem seria? O senhor Vereador certamente saberia dizer.

Perante isso, como era óbvio, ficava ali garantido o seu compromisso de que continuariam a contratar arquitetos, engenheiros, carpinteiros, motoristas, pedreiros, por contratos, para dar resposta - contratos de prestação de serviços - às necessidades e às competências próprias e, portanto, responsabilidades próprias que a Câmara Municipal tinha para dar resposta aos municípios. Não podia continuar a ter um departamento de urbanismo onde as pessoas, por limite de idade, iam saindo, como era normal, e os serviços não tinham capacidade para dar resposta aos processos. Portanto, aí estava a razão e esse era um compromisso que assumia também.

Como o senhor Vereador sabia, um concurso levava quase um ano para chegar

ao fim. Desde a abertura do procedimento até acabar levava quase um ano e, portanto, os serviços da Câmara Municipal não podiam ficar dependentes dessas situações. Por isso, dizia que continuariam a fazer os contratos de prestação de serviço com os trabalhadores, com os profissionais, com os técnicos que a Câmara Municipal precisava para dar resposta aos munícipes, naturalmente. Era isso que podia garantir ao senhor Vereador e era essa a questão. Por isso, era muito importante o senhor Vereador esclarecer essas e outras situações. Quando falavam enigmaticamente com ele não funcionava. Tinha sido preciso perguntar ao senhor Vereador a que é que estava a referir-se, que era para todos ficarem com a mesma informação, porque o senhor Vereador dizia e ficava no enigma: *“Nós, agora, estamos a resolver um lado, mas estamos a criar problemas do outro lado”*.

Era preciso saber de quem era a responsabilidade. A responsabilidade era dos governos e, naquele caso, calhava a ser um governo do partido do senhor Vereador Fernando José. Era uma surpresa, se calhar, para ele, mas pronto, tinham ficado todos sintonizados com essa informação e com esse compromisso que ali assumia.

Por um lado, assumia o compromisso de regularizar a situação dos contratados e, por outro lado, mantinha a decisão de continuar a contratar naquelas áreas, naqueles serviços que eram fundamentais para dar resposta àquilo que eram as necessidades dos munícipes, dos investidores, etc.

Sobre a outra questão, já lhe tinha respondido, já lhe tinha dito que tinha ali o despacho que tinha feito. (Os monitores era um processo que haveria de decorrer com toda a normalidade, como acontecia sempre naquela gestão).

Sobre a questão que o senhor vereador tinha levantado, de ele ter feito um despacho, que tinha ali, tinha feito um despacho. Havia uma comissão promotora que tinha várias entidades: A CGTP-IN, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, o Movimento de Utentes dos Serviços Públicos, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses – *“São todos da mesma cor, senhor vereador?”* -, o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica. Seriam todos da mesma cor? Não via nenhuma cor, para além de terem assinalado a verde algumas coisas. Não via nenhuma cor, havia uma comissão promotora. Como o senhor Vereador sabia, era normal isso acontecer, haver uma comissão promotora quando havia problemas graves, ou no município ou no país, constituir-se uma comissão promotora, envolvendo um conjunto alargado de estruturas, porque as temáticas eram abrangentes e eram preocupantes. Era disso que se tratava.

O que lhe tinha sido dito tinha sido que iria haver uma marcha em defesa do Serviço Nacional de Saúde e tinha feito esse despacho a dizer que os serviços dos recursos humanos fizessem a divulgação dessa iniciativa de mobilização aos trabalhadores, como informação aos trabalhadores. Era o que estava descrito, depois podia dar ao senhor Vereador o despacho com a informação aos trabalhadores, mas tinha acrescentado, ainda, *“sendo da vontade de cada um a participação, ou não, na mesma marcha”*. Estava escrito, para não haver dúvidas. Tinha o despacho e, depois, fá-lo-ia chegar ao senhor Vereador.

Também era preciso falarem do quadro em que vivíamos. Até achava que o senhor Vereador estaria de acordo com ele, em como vivíamos num quadro, no que dizia respeito à saúde, ou à falta dela, que era profundamente alarmante. Portanto, quando havia uma comissão promotora de uma iniciativa em defesa do Serviço Nacional de Saúde, ele, como Presidente da Câmara, assumia que devia informar os trabalhadores, através dos meios que tinham à disposição. Não estava lá a dizer para participarem na marcha. Não estava lá a dizer nada disso, estava lá, exatamente, uma informação e tinha acrescentado *“sendo da vontade de cada um a participação, ou não”*, livre. Tinha acrescentado isso, para não haver dúvidas.

Tinha feito um serviço de informação aos trabalhadores da Câmara. Tinha sido isso que tinha feito. Era muito simples. Aquilo que o senhor Vereador tinha feito é que era muito grave. Ainda não tinha visto, tinha outras coisas para fazer e não tinha visto aquilo que o senhor Vereador tinha feito, que tinha sido enviar um e-mail aos trabalhadores da Câmara, com o símbolo do Partido Socialista, a dizer que os vereadores do Partido Socialista estavam cá para ajudar os trabalhadores da Câmara Municipal. Isso não era informação e era grave. Ao

contrário do que o senhor Vereador tinha dito na sua intervenção inicial, de que o que ele tinha feito era próprio de uma iniciativa do PCP, afinal, quem tinha utilizado partidariamente os trabalhadores da Câmara Municipal tinha sido o senhor Vereador do Partido Socialista. Isso é que era para ficar claro e para não haver dúvidas sobre isso, porque, contra factos, como se dizia, não havia argumentos. No despacho dele estava clarinho, o documento do senhor Vereador também estava, porque estava registado nos e-mails dos trabalhadores da Câmara.

Sr. Vereador Fernando José - Disse que não podiam, obviamente, misturar assuntos e o Sr. Presidente tinha misturado os vários temas. A primeira questão que tinha levantado tinha sido que, uns tempos antes, tinha havido um e-mail que tinha sido enviado pelo PCP e tinha sido enviado aos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal. Essa informação do PCP, que tinha sido enviada aos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal para a lista interna, foi enviada indevidamente e não devia ter acontecido. Isso tinha sido debatido na reunião da Câmara, tinha havido a possibilidade de se explicar o que é que tinha acontecido, mas aquela informação do PCP nunca deveria ter sido enviada aos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal. Não estavam a falar de vereadores, estavam a falar de...

Sr. Presidente – *“Não fale de coisas que não são verdade, senhor Vereador.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente, deixe-me terminar. O Sr. Presidente tem a sua verdade, nós temos a verdade dos factos que foram discutidos nessa reunião.”*

Sr. Presidente – *“O senhor, traga lá esse mail do PCP. Traga lá esse mail do PCP, mostre às pessoas.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Então, foi discutido aqui, em reunião de Câmara.”*

Sr. Presidente – *“Mas não é isso que lá está e eu expliquei, porque não foi no tempo em que eu estava aqui como Presidente.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Foi, foi. Posso continuar?”*

Sr. Presidente – *“Não foi, senhor Vereador, não foi e eu pedi informação sobre isso e esclareci, senhor Vereador, o que é que se tinha passado.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Posso continuar?”*

Sr. Presidente – *“E lamento. E mais, lamentei e lamento o que se passou. Agora, o senhor...”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Posso continuar?”*

Sr. Presidente – *“... para lavar... O senhor trouxe aqui uma questão...”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Mas isso é outra questão.”*

Sr. Presidente – *“Trouxe aqui uma questão e, agora, como viu que, afinal...”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Eu não vi nada, deixe-me é terminar.”*

Sr. Presidente – *“Afinal, trouxe aqui uma questão que só...”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Posso terminar?”*



Sr. Presidente – *“Agravou a sua situação, agora, volta para uma questão que já estava ultrapassada.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente, usando...”*

Sr. Presidente – *“Veja bem como é que senhor trabalha nesta coisa da manipulação, senhor Vereador.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente, eu agradecia que o Sr. Presidente... e seria desejável...”*

Sr. Presidente – *“Pronto, eu já não o interrompo mais. Termine lá, senhor Vereador.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente, seria desejável que a sua intervenção fosse sempre feita no plano político e nunca resvalando para o plano pessoal, com adjetivações e considerações.”*

Sr. Presidente – *“Eu não faço isso.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Isso, realmente...”*

Sr. Presidente – *“É o seu entendimento que anda um pouco por baixo.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Isso, realmente...”*

Sr. Presidente – *“Se o seu entendimento anda um pouco por baixo...”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Vereador Pedro Pina...”*

Sr. Presidente – *“... depois leva para esse tipo de questões, não é? Mas eu não faço isso, senhor Vereador.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Agradecia que me deixassem concluir, percebo o nervosismo. Aquilo que foi... Sr. Vereador Pedro Pina, posso? Mas, posso concluir, Sr. Vereador Pedro Pina? Se quiser intervir peça a palavra. Peça a palavra.”*

Sr. Presidente – *“Senhores Vereadores... Senhor Vereador, termine lá, se faz favor.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Não sei se o Sr. Vereador Pedro Pina quer usar da palavra...”*

Voz, em fundo: *“Vou querer.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente, aquilo que lhe transmiti é que essa situação que aconteceu no passado e, depois, trouxe esta situação que aconteceu aqui, foi hoje. Foi hoje, esse e-mail que foi enviado, Sr. Presidente, e o Sr. Presidente disse, há pouco, que eu o acusei de ser um mail do PCP. Não, aquilo que eu disse é que este e-mail, que foi hoje enviado com o seu despacho, que não é de conhecimento público, porque o seu despacho não está no mail que foi enviado. O seu despacho...”*

Sr. Presidente – *“Mas eu faço-lhe chegar o despacho.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente, mas, se me permitir concluir a minha intervenção...”*

Sr. Presidente – “Faz favor.”

Sr. Vereador Fernando José – “O seu despacho não está no mail que foi enviado a todos os trabalhadores. O seu despacho, é feita referência ao seu despacho, mas o seu despacho, nos termos em que aqui leu, não está no mail que foi enviado. De qualquer forma, isso não retira uma vírgula daquilo que aqui afirmámos. Aquilo que nós consideramos é que o mail que foi enviado a todos os trabalhadores da Câmara, relativamente a uma manifestação, a uma concentração que vai decorrer em Lisboa, não deveria ter sido enviado para o mail profissional dos trabalhadores. Para isso, existem outras formas de divulgação que não no e-mail profissional, que não para o e-mail profissional dos trabalhadores e foi isso que lhe fiz referência.

Relativamente à questão do mail que foi enviado pelo Natal e que foi enviado pelos vereadores do Partido Socialista, noutra fase, e relativamente ao “flyer” que está neste momento a ser distribuído, com os contactos dos vereadores do Partido Socialista, eu registo, Sr. Presidente, a sua hipersensibilidade ao logotipo do Partido Socialista, mas a verdade é que estes vereadores que estão aqui, estes quatro vereadores que aqui estão eleitos, são vereadores eleitos pelo Partido Socialista. Aliás, é a própria Câmara Municipal, hoje, os vereadores do PS - senhores vereadores do PS, estava na ordem de trabalhos -, senhores vereadores do PS - o PS tem logotipo, obviamente, o Partido Socialista tem logotipo – e, diz aqui: “Gabinete de Apoio à Vereação PS”. Portanto, estes vereadores que aqui estão são, efetivamente, vereadores eleitos pelo Partido Socialista e aquilo que nós fizemos foi a distribuição desse e-mail. Eu não sei o que é que está a mostrar...”

Sr. Presidente – “Isto é um documento de propaganda, senhor Vereador.”

Sr. Vereador Fernando José – “Eu não sei o que é que me está a mostrar...”

Sr. Presidente – “Isto é um documento de propaganda...”

Sr. Vereador Fernando José – “Eu não sei o que é que me está a mostrar...”

Sr. Presidente – “Mas eu mostro-lhe...”

Sr. Vereador Fernando José – “Então, depois, envie-me. Não faça é como aquele mail que eu lhe pedi para enviar. Até hoje, ainda estou à espera. Esse, pode enviar.

Sr. Presidente, aquilo que lhe estou aqui a dizer é que são duas coisas distintas. Uma tem a ver com a informação que os vereadores do Partido Socialista fizeram chegar junto dos trabalhadores e é isso que estamos a dizer aos trabalhadores, que estamos no nosso gabinete, disponíveis para os atender, para ouvir a sua opinião, disponíveis para os ouvir e interceder por eles, se for caso disso, enquanto Vereadores. Estamos a fazer o nosso trabalho. E isso somos nós, enquanto Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, aqui, na Câmara, e temos todos o direito de o fazer.

Um dia que o senhor Vereador veja que os Vereadores do Partido Socialista usaram os e-mails profissionais dos trabalhadores para fazer divulgação de campanha, para fazer divulgação das nossas iniciativas...

Isso não é campanha. Isso que aí está, Sr. Presidente, é uma forma de nos dirigirmos aos trabalhadores da Câmara, dizendo que estamos disponíveis para...”

Sr. Presidente – “Nós compreendemos a vossa forma...”

Sr. Vereador Fernando José – “Somos Vereadores. Sr. Presidente, eu sei que isso pode-lhe custar, mas nós somos Vereadores eleitos nesta Câmara Municipal. Somos vereadores eleitos nesta Câmara Municipal. Sr. Presidente, temos pena, como dizia a sua antecessora.

Temos pena, mas vamos continuar a fazer este trabalho, um trabalho de proximidade, junto dos trabalhadores, a falar com as instituições. Vamos continuar a fazer esse trabalho e não há nenhuma ilegalidade naquilo que foi enviado, porque nós somos, efetivamente, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. Eu sei que isso custa-lhe, eu sei que tem hipersensibilidade ao logotipo do Partido Socialista, Sr. Presidente. O que é que podemos fazer? É a democracia.”

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que percebiam a dificuldade que o Vereador Fernando José tinha, nessa condição de respeitar a democracia e o espaço da democracia, mas queria dizer a quem lá em casa os ouvia, que, enquanto o Sr. Presidente falava o senhor Vereador tinha interrompido diversíssimas vezes. Isso era sistemático e, depois, ficava incomodado quanto queria terminar uma intervenção e não conseguia.

Querida dizer que só havia uma conclusão que tiravam, porque, quando ouviam juras de amor por parte do Partido Socialista, naquela mesma Câmara, ao Serviço Nacional de Saúde, o que esperava da bancada do Partido Socialista e, em particular do senhor vereador, era que estivesse preocupado com a defesa do SNS e o que o senhor Vereador ali demonstrava eram preocupações de cores, sim. Por acaso, estava convencido que tinha camaradas seus do Partido Socialista que até eram dirigentes da CGTP e certamente que haveria muitos profissionais de saúde do Sindicato dos Enfermeiros que seriam militantes ou simpatizantes ou votantes do Partido Socialista e que, no dia seguinte, estariam a marchar pelas ruas de Lisboa, em defesa do Serviço Nacional de Saúde e já tinha ouvido, por parte da bancada do Partido Socialista, a defender o Serviço Nacional de Saúde.

Questionou o que é que incomodava o senhor Vereador. A ele incomodava-o que, afinal, o senhor Vereador não estivesse daquele lado. A ele, de facto, naquele dia e a todos ali, tinha ficado demonstrado que ao Partido Socialista o que lhe interessava era, efetivamente, as cores. Tinha um camarada ao seu lado que, tanto quanto se soubesse, não tinha problema de cores e que, sobretudo, era a defesa da sua profissão, quando era preciso defendê-la, que estava acima de tudo, em defesa daqueles que mais lhes interessava no nosso Centro Hospitalar. O que estava em causa era o Serviço Nacional de Saúde. Perguntou o que é que o incomodava na entidade promotora?

Informou que no dia 30 de junho iria a Câmara Municipal organizar uma iniciativa em defesa do Serviço Nacional de Saúde, com a designação de Estados Gerais. Perguntou ao senhor Vereador Fernando José se sabia quem eram as pessoas promotoras. Eram, maioritariamente, pessoas que tinham passado por governos do Partido Socialista. Questionou se sabia qual é que tinha sido a resposta do Presidente da Câmara Municipal e do Vereador que tinha responsabilidades nessa área? Tinha sido dizerem: “*Venham, porque somos todos do mesmo lado para defender o Serviço Nacional de Saúde*”.

Esperava que o senhor Vereador lá estivesse, esperava que lá estivesse no dia seguinte, esperava que lá estivesse no dia 30 de junho e esperava que as cores não fossem, de facto, a dificuldade para defendermos uma coisa que, acima de tudo, estava muito para além daquilo que eram as preocupações deles. Tinha sido essa a questão que, única e simplesmente, ali tinha ficado vincada. O senhor Vereador tinha dificuldade em defender o Serviço Nacional de Saúde e essa era uma questão que tinha ficado desmistificada.

Portanto, lamentava que tivessem perdido tanto tempo com uma discussão que em pouco ou nada tinha interessado, mas, acima de tudo, o que interessava era que estivessem todos no mesmo lado, naquilo que era o superior interesse de algo que o próprio Partido Socialista tanto gostava de apregoar a paternidade, mas que queria deixar e abandonar para qualquer um vir assumir essa responsabilidade.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que pedia desculpa, mas, face àquelas afirmações do Sr. Vereador Pedro Pina, tinha de fazer uma intervenção quase a roçar a defesa da honra. Mas, antes disso, só para repor a verdade dos factos, tinha sido no dia 15 de janeiro de 2022, já o Sr. Presidente era Presidente da Câmara, que, realmente, esse e-mail tinha sido enviado. Tinha sido enviado um email do PCP que, depois, deu azo a um pedido de desculpas por

parte da trabalhadora, que tinha vindo dizer que indevidamente tinha enviado um mail com filiação partidária. Portanto, quanto ao que tinha sido enviado, tinha sido utilizado indevidamente o e-mail, tinha sido utilizado de forma indevida o e-mail dos trabalhadores da Câmara. Não iria dizer violado, mas tinha acabado por ser indevidamente utilizado para a partilha dessa mesma informação e, portanto, isso não deveria ter acontecido, tal como não deveria ter acontecido recentemente, com a agravante de que tinha havido um despacho do Sr. Presidente. De qualquer forma, agradeciam que esse despacho lhes fosse entregue e teria sido também bom que esse despacho constasse no e-mail.

Quanto às afirmações do Sr. Vereador Pedro Pina, o mesmo tinha sempre essa forma acrobática de tentar dar a volta aos temas e de tentar ali terminar, mas a verdade era que o Partido Socialista tinha sido um dos grandes defensores do Serviço Nacional de Saúde e continuava a fazê-lo. A defesa do Serviço Nacional de Saúde não se fazia na rua, não se fazia só no protesto, não se fazia só em manifestações. A defesa do Serviço Nacional de Saúde fazia-se, efetivamente, quando estavam no poder e, naquele caso, o Governo suportado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista era quem estava no poder com maioria absoluta e tinha vindo a dar...

(“O Sr. Vereador Pedro Pina, hoje, está um bocado nervoso.” / “Estou a fazer o que você faz.” / “Muito bem. Eu gosto, eu adoro.” / “Veja lá (batidelas, repetidas) se o incomoda, pode ser que não queira fazer.” / “Senhor Vereador, termine lá a sua intervenção.” / “Pois é, Sr. Presidente, podia pedir ao Sr. Vereador Pedro Pina para parar com os apartes, no sentido de eu continuar a minha intervenção.” / “É o que o senhor faz, quando ele...” / “É, é.” / “Ah, é o que eu faço. Muito bem, então eu vou continuar”)

Disse que nunca ninguém ali se tinha referido a cores, porque aquilo que estavam ali a falar tinha a ver com um sindicato - neste caso, uma confederação - que tinha enviado, portanto, não havia cores. Aquilo que eles consideravam era que, fosse do sindicato, fosse do Partido Socialista, fosse do PSD, fosse do PCP, aquilo que tinha sido feito tinha sido feito de forma indevida.

Recuando o tema, o Partido Socialista era um dos grandes defensores do Serviço Nacional de Saúde. O Partido Socialista no Governo tinha feito um investimento e estava a dar respostas no Serviço Nacional de Saúde. Não era fácil, havia problemas que eram estruturais, mas que estavam a ser resolvidos. O reforço do pessoal médico, as obras que estavam a ser feitas por todo o país e, também, em Setúbal, no sentido de requalificar e valorizar as nossas infraestruturas do Serviço Nacional de Saúde, valorizando aí o SNS.

Eram inegáveis as obras de ampliação do Hospital de São Bernardo. Era inegável, na parceria com a Câmara Municipal de Setúbal, o Centro de Saúde de Azeitão, em que as obras estavam praticamente concluídas. Portanto, por todo o país havia respostas que estavam a ser dadas, no sentido de valorizar o Serviço Nacional de Saúde, e era nesse caminho que tinham que continuar, uns a protestar, outros a manifestar e outros nessas iniciativas, com medidas concretas por parte do Governo. Portanto, era nesse caminho que eles iriam continuar, por muito que isso desagradasse o Sr. Vereador Pedro Pina.

Sr. Presidente – Disse que, naturalmente, ouviam sempre com muita atenção quando o senhor Vereador ia ali defender aquilo que era indefensável, mas, no direito da democracia, da vida democrática, ouviam-no sempre com muita atenção.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que queria só dizer que folgava em saber que havia recolha de consentimento, no que dizia respeito ao público, aos vereadores e aos trabalhadores da Câmara Municipal. Não sabia se se lembravam, mas estavam a falar das transmissões. Não havia ali dificuldade nenhuma, não se tratava de dificuldades. Era uma recomendação, era uma orientação e só esperava que essa falta de importância que davam muitas vezes a essas matérias, depois, não resultasse numa nova multa de 170 mil euros.

Queria dar-lhe um exemplo muito prático. Uma das orientações da CNPD, relativamente ao consentimento – o Sr. Presidente tinha dito que isso estava acautelado -, mas ela, que era uma defensora das transmissões “online” podia já dizer que, pesasse embora isso, não tinha

assinado nenhum consentimento. Também queria dizer que uma das recomendações era que as reuniões da Câmara não fossem transmitidas no canal do YouTube, mas, sim, no “site” do Município.

Portanto, eram questões que nada tinham a ver com o regulamento que estava a ser feito e com o trabalho que estava a ser feito. Era uma orientação que a CNPD tinha feito, de 18 de abril, e que os municípios deviam adotar. Era só isso, não tinha dificuldade nenhuma. Era uma questão prática e achava que deviam ser cautelosos em relação a isso, porque não queriam que a Câmara Municipal de Setúbal voltasse a ser multada. Achava que não havia necessidade disso. Era só essa questão. Não havia dificuldade nenhuma nem problema nenhum com isso.

Sr. Presidente – Disse que, em primeiro lugar, a Câmara Municipal não tinha sido multada. O processo estava a decorrer e haveriam de o concluir. Os tribunais haveriam de concluir sobre isso.

Em segundo lugar, pedia desculpa se não era verdade, mas tinha quase a certeza que a senhora Vereadora tinha votado essa proposta da transmissão. Estava a dizer que não estava de acordo, mas isso não era um problema deles.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que não tinha sido nada disso que tinha dito. Aquilo que tinha dito tinha sido que era uma defensora da transmissão “online”. Aliás, essa tinha sido a posição do PSD em todos os órgãos. Na freguesia do Sado, que era o único local onde não havia transmissão “online”, tinha sido uma proposta apresentada por eles, que os senhores da CDU tinham feito questão de votar contra. Era a única freguesia que não tinha transmissão “online”.

Aquilo que tinha dito tinha sido: *“Eu sou defensora da transmissão “online”. No entanto, o facto de ser defensora não significa que abandone tudo aquilo que é a lei que suporta esta mesma transmissão”*. Portanto, aquilo que achava era que deveriam acautelar, e não estava a falar por ela, estava a falar por outras pessoas que participavam naquelas reuniões, nomeadamente os trabalhadores da Câmara Municipal e o público e aquilo que o Sr. Presidente lhe tinha respondido tinha sido: *“O consentimento está recolhido. Portanto, fantástico, temos o problema resolvido”*.

Aquilo que ela lhe estava a dizer era que havia outras coisas nessa recomendação, outras orientações, para além disso, nomeadamente a questão da transmissão. A reunião anterior tinha sido transmitida no YouTube e aquela reunião estava a ser transmitida no YouTube. Portanto, não havia ali nenhuma questão relativamente à transmissão “online”. Era uma forma de transparência e de chegarem a mais munícipes. Era completamente favorável a ela. No entanto, tinham que salvaguardar aquilo que estava na lei e a CNPD tinha feito uma recomendação, havia uma orientação e achava que a Câmara Municipal de Setúbal devia segui-la. Se o Sr. Presidente tinha outro entendimento, depois as consequências viriam.

Sr. Presidente – Disse que acreditava que tinha dado as informações que tinha a dar sobre esse assunto, também.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que, com autorização do Sr. Presidente, iria proceder a uma declaração política rápida, com um cunho claramente ideológico, já que já se tinha falado ali em ideologia. Era um manifesto de indignação:

“No passado sábado, 13 de maio de 2023, assistimos a uma anunciada tentativa de cerco, pelo partido Chega, da sede nacional do Partido Socialista, deixando, sobretudo, pela escolha da palavra, a evidência pública de uma manifestação de agressividade para com as instalações de um partido democrático.

Cercar as sedes de partidos políticos ou entrar em eventos partidários com o intuito de boicotar, condicionar ou limitar a legítima liberdade de expressão de cada cidadão e cidadã é apelar ao que de pior existe na natureza humana, é a tentativa de ressuscitar tempos de

ditadura e “modus operandi” de infelizes tempos vividos na Europa do século passado, e, também, em determinado momento da nossa história dos últimos 49 anos.

Mas, se hoje são os socialistas, amanhã poderão ser os liberais, os sociais democratas, os comunistas ou quaisquer outros partidos, movimentos ou (...) associativos que perfilhem ideologias, modelos ou projetos de vida que colidam com o autoritarismo, a intolerância ou a ideologia populista e reacionária.

Em democracia, é inalienável o respeito pela opinião de todos, sejam a favor ou sejam contra. Assim, reunido o executivo da Câmara Municipal de Setúbal em sessão pública de 17 de maio de 2023, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, esperando contar, naturalmente, com a solidariedade dos restantes elementos que compõem o executivo municipal, manifestam a sua indignação em relação a estes comportamentos e a estas práticas enunciadas.

Afirmam, ainda, o seu apego à Democracia, à Tolerância, à Liberdade e apelam a todos os democratas portugueses, para que estejam atentos e ativos na defesa da nossa democracia e da liberdade inauguradas nesse dia maravilhoso de 25 de Abril de 1974.

Na oportunidade, a título pessoal, deixo a minha vénia a todos aqueles que, na luta pela Liberdade, combateram a Ditadura Salazarista e Marcelista, entre eles muitos militantes do Partido Comunista, dando, em muitos casos, a vida pelo que acabámos por conquistar em Abril de 1974, com a ação do MFA. Urge, então, reafirmar e faço-o: 25 de Abril, sempre! Fascismo, nunca mais!”

Sr. Presidente – Disse que, naturalmente, era preocupante, do seu ponto de vista, determinado tipo de manifestações, várias, que iam acontecendo um pouco por todo o lado, não só em Portugal, mas também ali. Portanto, era preocupante.

Passavam ao 2.º ponto da ordem de trabalhos, que era relativo às saudações, moções, etc. Pedia ao Partido Socialista, que tinha apresentado um conjunto de saudações.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que iria ler a primeira saudação na íntegra [conforme documento anexo registado sob o n.º 11], mas faria aquilo que, com autorização do Sr. Presidente, costumava fazer, que era uma tentativa de síntese, sem com isso querer ofender aquilo que era, naturalmente, a dignidade e o valor das instituições que mereciam a saudação:

“Saudação

Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia

Hoje, dia 17 de maio, assinalamos o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, um dia em que celebramos a igualdade na diversidade e diferença, e sensibilizamos para a luta contra a discriminação em razão de orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais.

Este ano, realizou-se pela primeira vez a primeira edição do Fórum Nacional IDAHOT com a temática “Direito a Ser nas Escolas”, organizada pela CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), no qual foi apresentado o documento “Orientações para a prevenção e combate à discriminação e violência em razão da orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais, em contexto escolar” e debatida a importância da autodeterminação da identidade e expressão de género nas escolas, de forma a proteger as crianças e jovens que se encontram em especial situação de vulnerabilidade.

Celebramos todos os objetivos alcançados até então em prol dos direitos da comunidade LGBTQIA+, desde a entrada em vigor da lei que permite o acesso ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em 2010, à entrada em vigor da lei que passou a permitir a adoção por casais do mesmo sexo em 2016, ao recente trabalho desenvolvido em matéria legislativa para a autodeterminação de género, tanto no acesso à alteração do género e nome em documentos como o cartão de cidadão, bem como na afirmação dos direitos das crianças e jovens trans nas escolas.

Os direitos das pessoas LGBTQIA+ devem ser encarados e assumidos pelo poder político e pela sociedade enquanto Direitos Humanos, pois a luta pelo fim da discriminação por razão de orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais, é essencial para a construção de um Portugal mais Igual, Justo, Livre e Democrático.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista reafirmam o seu compromisso na defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, realçando a importância da formulação e implementação de políticas públicas, mas também do papel do poder local, que em colaboração com entidades que têm um contacto privilegiado com esta comunidade, deve promover a mudança social necessária para que todos tenhamos a oportunidade de ser verdadeiramente quem somos sem receio de sofrer qualquer tipo de discriminação ou violência, por uma sociedade mais livre e igual.”

Disse que, continuando nas saudações, nas comemorações do seu 103.º aniversário, o Clube Naval Setubalense tinha organizado o 2.º Troféu de Vela e havia uma série de atletas, em 4 classes (classe Laser Radial, classe Sunfish, classe Bahia e classe Pico) que tinham vencido provas, atletas do Clube de Vela do Sado e do Clube Naval setubalense: Pedro Matos, Mário Costa, António Oliveira, Maria João Gomes - por acaso, era sua afilhada, não podia deixar de o dizer -, Luís Silva, Jorge Tavares, Manuel Torres, Andreia Coelho, Diogo Palmeiro, Nuno Salgado, Paulo Serra, Estela Gomes, Tiago Silva, Diogo Gomes. (Pensava que não teria falhado nenhum).

Eram nossos, eram de Setúbal e tinham estado em provas organizadas em Setúbal e, como gostava de dizer - como eles, ali, na bancada gostavam de afirmar e pensava que seria sempre acompanhado nisso -, mostravam, com essas participações, com essas vitórias, com esses esforços atléticos, em diferentes modalidades, a vitalidade daquilo que era o nosso trabalho autárquico, em Setúbal.

O Centro Hospitalar de Setúbal tinha também, ali, uma saudação, que, depois, a sua camarada faria o favor de ler.

O 2.º aniversário da Associação All Aboard merecia, também, uma referência. Trabalhavam no desenvolvimento desportivo, mas, também, na área social do concelho. Era recente, mas não era por isso que fazia menos, portanto, uma saudação especial.

O 9.º aniversário da Academia de Voleibol de Praia, também sempre com a responsabilidade social associada à questão desportiva.

O aniversário - naquele caso, o 38.º aniversário - do Clube de Canoagem de Setúbal.

Havia, também, uma saudação para o Grupo Desportivo Independente, pelo seu 67.º aniversário. Como sabiam, era uma instituição dinamizadora cultural e, também, desportiva, que, naqueles 67 anos muito tinha feito por Setúbal e pelas suas gentes.

O aniversário do Clube Naval Setubalense já tinha sido referido, 103 anos a olhar o Sado, a olhar o nosso Atlântico e a ajudar-nos a estarmos mais perto daquilo que era um valor máximo, que era o mar, que era a riqueza das nossas águas.

Aniversário, também, do Centro Comunitário de São Sebastião, 17.º aniversário. Uma saudação pelo seu trabalho na área social.

E o aniversário da Água Ardente. Naquele caso, tratava-se de uma instituição de produções teatrais, por muito que o nome inspirasse outras coisas. Eram 15 anos também a desenvolver trabalho cultural e social no concelho.

Pronto, eram as [instituições] que mereciam naquele dia a saudação deles. Sabiam que havia outras saudações, também, da bancada do PSD.

Terminava dizendo o que já tinha dito, aquelas saudações ajudavam-nos a sorrir e a pensar sempre o melhor pela nossa terra, acerca da nossa terra e das nossas gentes.

As saudações referidas correspondem aos documentos que abaixo se transcrevem, registados como anexos n.ºs 12 a 19:



*“Saudação
Atletas Setubalenses conquistam 2.º Troféu CNS de Vela*

O 2.º Troféu CNS de Vela, organizado pelo Clube Naval Setubalense no âmbito das comemorações do seu 103º aniversário, realizou-se nos dias 6 e 7 de maio, no Rio Sado.

A competição, que juntou atletas de três clubes, contou com provas em quatro classes de embarcações de vela ligeira.

Na classe Laser Radial, os atletas do Clube Naval Setubalense, Pedro Matos e Mário Costa conquistaram, respetivamente, o segundo e o terceiro lugar do pódio. Já na classe Sunfish, António Oliveira, do Clube de Vela do Sado, conquistou o primeiro lugar no pódio, seguido de Maria João Gomes, do mesmo clube, em segundo lugar e Luís Silva, do Clube Naval Setubalense, em terceiro lugar. Na classe Bahia, a dupla Jorge Tavares e Manuel Torres, do Clube Naval Setubalense, venceu, seguidos de Andreia Coelho e Diogo Palmeiro, também do Naval, em segundo lugar e de Nuno Salgado e Paulo Serra, do Clube de Vela do Sado em terceiro lugar.

Por fim, o 2.º Troféu CNS em Vela teve também regatas de competição na classe Pico, na qual Diogo Gomes ficou classificado em primeiro lugar, Estela Gomes em segundo e Tiago Silva em terceiro, todos do Clube de Vela do Sado.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Naval Setubalense pela organização da 2.ª edição desta competição, bem como todos os clubes e atletas que participaram, realçando em especial os resultados alcançados pelos atletas setubalenses referidos acima.”

“Saudação

Centro Hospitalar de Setúbal – Top Recruiter Nacional do Estudo Clínico EVOLUTION – HF

O Centro Hospitalar de Setúbal é o top recruiter nacional do estudo clínico EVOLUTION – HF, um estudo observacional, não interventivo, para o tratamento precoce da insuficiência cardíaca.

O promotor deste estudo é a AstraZeneca Portugal, sendo a investigadora principal no Centro Hospitalar de Setúbal a Dra. Sara Gonçalves e a coordenadora de estudos clínicos Cláudia Paiva (NOVA Clinical Research Unit).

A equipa de investigação conta também com os sub-investigadores Dra. Tatiana Duarte, Dra. Margarida Madeira, Dr. Hugo Viegas e Dr. Pedro Carreira, e com a equipa de enfermagem composta por Enf.ª Ana Sousa, Enf.ª Crisálida Ferreira, Enf.ª Andreia Soares e Enf.ª Dina Ferreira.

O Centro Hospitalar de Setúbal foi o primeiro centro do país a concluir o recrutamento para o estudo, mesmo antes do término previsto pelo promotor.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam a equipa de investigadores, bem como a equipa de enfermagem, que irão liderar o estudo clínico no Centro Hospitalar de Setúbal, reconhecendo o importante trabalho que irá ser desenvolvido em prol da comunidade, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida de pessoas que sofrem de insuficiência cardíaca.”

“Saudação

Aniversário da Associação All Aboard

A Associação All Aboard, fundada em 2021, assinalou o seu 2.º aniversário no passado dia 10 de maio.

Esta jovem associação setubalense tem como objetivo promover a prática da modalidade de skate, de forma inclusiva, trabalhando com diversos públicos, independente da idade, género, condição socioeconómica ou condição física.

Através da sua atividade, a qual contribui para o desenvolvimento desportivo, mas também social do concelho de Setúbal, como ainda para a promoção do bem-estar e qualidade de

vida das populações, com impacto significativo no combate à exclusão social, a All Aboard constitui-se enquanto uma importante parceira do poder local e do restante movimento associativo.

Desta forma, e através de entidades como a All Aboard, o movimento associativo afirma-se enquanto um parceiro indispensável e fundamental para o poder local democrático, com impacto significativo na vida e no dia-a-dia das comunidades onde se insere, devendo não só ser reconhecido como tal, mas também apoiado devidamente para que tenha todas as condições necessárias para o desenvolvimento da sua atividade, de forma digna e ao serviço das populações.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a All Aboard pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual dignifica e enaltece o bom nome da cidade de Setúbal.

“Saudação

Aniversário da Academia de Voleibol de Praia

Fundada em 2014, a AVP – Academia de Voleibol de Praia assinalou o seu 9.º aniversário no passado dia 7 de maio.

Criada tendo por base os valores da União, Resiliência, Integridade, Ambição e Perseverança, a AVP tem desenvolvido um importante trabalho junto das crianças e jovens setubalenses, na promoção da atividade desportiva, nomeadamente através da prática da modalidade de voleibol.

A valorização do desenvolvimento desportivo aliado à responsabilidade social, inclusão, ética, consciência ambiental e cidadania, é uma prioridade para a AVP, constituindo-a enquanto uma parceira essencial para o desenvolvimento do concelho de Setúbal e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, em especial dos jovens setubalenses.

Assim, o movimento associativo afirma-se enquanto um parceiro indispensável e fundamental para o poder local democrático, com impacto significativo na vida e no dia-a-dia das comunidades onde se insere, devendo não só ser reconhecido como tal, mas também apoiado devidamente para que tenha todas as condições necessárias para o desenvolvimento da sua atividade, de forma digna e ao serviço das populações.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pela Academia de Voleibol de Praia, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam-na e felicitam-na por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual dignifica e enaltece o bom nome da cidade de Setúbal.

“Saudação

Aniversário do Clube de Canoagem de Setúbal

O Clube de Canoagem de Setúbal celebrou, no passado dia 16 de maio, o seu 38.º aniversário.

Fundado em 1985, tem desenvolvido ao longo dos últimos 38 anos uma atividade imprescindível para o desenvolvimento e promoção da prática das modalidades de canoagem tradicional e de kayak-polo.

É promotor daquilo que é muitas vezes um primeiro contacto com o Rio Sado no âmbito da prática desportiva, explorando, de forma responsável e consciente, este recurso natural tão importante e com tanto impacto para a cidade de Setúbal, para o seu desenvolvimento e para a vida de todos os setubalenses. Com presença em eventos e competições a nível nacional e internacional, o Clube de Canoagem de Setúbal e os seus atletas desempenham um importante papel para o reconhecimento e enaltecimento da cidade de Setúbal.

O movimento associativo afirma-se assim, enquanto um parceiro indispensável e fundamental para o poder local democrático, com impacto significativo na vida e no dia-a-dia das comunidades onde se insere, devendo não só ser reconhecido como tal, mas também

*apoiado devidamente para que tenha todas as condições necessárias para o desenvolvimento da sua atividade, de forma digna e ao serviço das populações.
Reconhecendo toda atividade desenvolvida pelo Clube de Canoagem de Setúbal, bem como o seu importante contributo para o desenvolvimento desportivo e social do concelho e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.*

*“Saudação
Aniversário do Grupo Desportivo Independente*

*No passado dia 15 de maio, o Grupo Desportivo Independente assinalou o seu 67.º aniversário. Fundado em 1956, tem desenvolvido uma importante atividade, com contributos para o desenvolvimento cultural, desportivo e social do concelho de Setúbal.
Tem desempenhado um importante papel como dinamizador cultural e desportivo, constituindo-se ao longo dos últimos 67 anos enquanto a casa de diversos atletas nas demais modalidades, mas também enquanto um espaço para a expressão artística da comunidade onde se insere, que nele encontra um ambiente de convívio e partilha, onde é possível desenvolver e adquirir competências.
Através do trabalho que desenvolve consagrou-se enquanto um importante parceiro do poder local, bem como do restante movimento associativo, para o desenvolvimento do concelho e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.
Desta forma, o movimento associativo afirma-se enquanto um parceiro indispensável e fundamental para o poder local democrático, com impacto significativo na vida e no dia-a-dia das comunidades onde se insere, devendo não só ser reconhecido como tal, mas também apoiado devidamente para que tenha todas as condições necessárias para o desenvolvimento da sua atividade, de forma digna e ao serviço das populações.
Reconhecendo importante papel que desempenha e toda a atividade que desenvolve, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo Desportivo Independente por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual dignifica e enaltece o bom nome da cidade de Setúbal.”*

*“Saudação
Aniversário do Clube Naval Setubalense*

*O centenário Clube Naval Setubalense assinalou, no passado dia 6 de maio, o seu 103.º aniversário.
Fundado em 1920, o Clube tem desempenhado um importante papel em Setúbal e na vida dos setubalenses, nomeadamente através dos seus importantes contributos para o desenvolvimento desportivo e social do concelho.
Ao longo das décadas constituiu-se enquanto um espaço privilegiado para o primeiro contacto de muitos setubalenses com a prática desportiva em diversas modalidades.
O contacto e parceria com diversas entidades tem sido valorizada pelo Clube, tendo marcado a sua história desde o início. O seu contributo enquanto parte integrante do movimento associativo setubalense consagra-o enquanto um parceiro indispensável e fundamental para o poder local democrático, devendo não só ser reconhecido como tal, mas também apoiado devidamente para que tenha todas as condições necessárias para o desenvolvimento da sua atividade, de forma digna e ao serviço das populações.
Reconhecendo a atividade desenvolvida ao longo dos últimos 103 anos e os importantes contributos para o desenvolvimento desportivo e social do concelho de Setúbal, bem como para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Naval Setubalense pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

*“Saudação
Aniversário do Centro Comunitário de S. Sebastião*

No passado dia 13 de maio, o Centro Comunitário de S. Sebastião celebrou o seu 17.º aniversário.

Desempenha desde 2006 um importante papel para o desenvolvimento social do concelho de Setúbal, através da sua intervenção junto daqueles que se encontram em situação de especial vulnerabilidade.

Constitui-se desta forma, enquanto um importante parceiro para o poder local na garantia dos direitos sociais, bem-estar e qualidade de vida das populações, prestando apoio em diferentes fases e áreas da vida dos seus utentes. O desenvolvimento da sua atividade tem por base diversas respostas sociais, desde o apoio social e psicológico, ao Centro Comunitário e à ajuda alimentar a pessoas carenciadas, as quais têm um impacto significativo na comunidade.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida por esta entidade ao longo dos últimos 17 anos, apenas possível através do trabalho desempenhado pelos diversos funcionários, técnicos e dirigentes, que diariamente trabalham com o objetivo central de promover o desenvolvimento local da comunidade residente, sobretudo nos Bairros de São Domingos e Fontainhas, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Centro Comunitário de S. Sebastião pelo seu aniversário.”

*“Saudação
Aniversário da Água Ardente – Produções Teatrais*

Fundada em 2008, a Água Ardente – Produções Teatrais assinalou o seu 15.º aniversário no passado dia 6 de maio.

É uma das companhias de teatro setubalenses que, ao longo dos últimos anos, tem contribuído através da sua atividade para o desenvolvimento cultural e social do concelho, a qual a leva a diversos pontos do país, estabelecendo-a enquanto uma verdadeira embaixadora de Setúbal.

Desde a suas produções teatrais, às Feiras Medievais e Recriações Históricas, aos seus projetos e formações, a Água Ardente desempenha um importante papel na difusão cultural, de forma inclusiva, promovendo o desenvolvimento da expressão dramática, convidando todos e todas a explorar técnicas de representação e comunicação, e a adquirir capacidades e competências que transpõe o domínio artístico.

Desta forma, e através de entidades como a Água Ardente, o movimento associativo afirma-se enquanto um parceiro indispensável e fundamental para o poder local democrático, com impacto significativo na vida e no dia-a-dia das comunidades onde se insere, devendo não só ser reconhecido como tal, mas também apoiado devidamente para que tenha todas as condições necessárias para o desenvolvimento da sua atividade, de forma digna e ao serviço das populações.

Reconhecendo a relevância cultural e social da atividade desenvolvida pela Água Ardente – Produções Teatrais, com base no dever cívico de promover e tornar acessível a cultura, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam-na e felicitam-na por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual, apesar dos muitos obstáculos, continua a desenvolver, dignificando e enaltecendo o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 20:

“Saudação

Centro Hospitalar de Setúbal – Top Recruiter Nacional do Estudo Clínico EVOLUTION – HF

O Centro Hospitalar de Setúbal é o top recruiter nacional do estudo clínico EVOLUTION – HF, um estudo observacional, não interventivo, para o tratamento precoce da insuficiência cardíaca.

O promotor deste estudo é a AstraZeneca Portugal, sendo a investigadora principal no Centro Hospitalar de Setúbal a Dra. Sara Gonçalves e a coordenadora de estudos clínicos Cláudia Paiva (NOVA Clinical Research Unit).

A equipa de investigação conta também com os sub-investigadores Dra. Tatiana Duarte, Dra. Margarida Madeira, Dr. Hugo Viegas e Dr. Pedro Carreira, e com a equipa de enfermagem composta por Enf.ª Ana Sousa, Enf.ª Crisálida Ferreira, Enf.ª Andreia Soares e Enf.ª Dina Ferreira.

O Centro Hospitalar de Setúbal foi o primeiro centro do país a concluir o recrutamento para o estudo, mesmo antes do término previsto pelo promotor.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam a equipa de investigadores, bem como a equipa de enfermagem, que irão liderar o estudo clínico no Centro Hospitalar de Setúbal, reconhecendo o importante trabalho que irá ser desenvolvido em prol da comunidade, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida de pessoas que sofrem de insuficiência cardíaca.”

Sr. Presidente – Disse que tinham, também, um conjunto de saudações apresentadas pelos senhores vereadores do PSD.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, a propósito do 49.º aniversário da Associação de Deficientes das Forças Armadas, queriam expressar o seu sincero agradecimento a todos os membros e colaboradores da Associação de Deficientes das Forças Armadas, que tinham dedicado o seu tempo, esforço e energia para prestar apoio àqueles que mais precisavam de suporte e amparo. Tinha sido um trabalho incansável e a dedicação demonstrada eram testemunhos do compromisso com os valores de solidariedade.

Não iria ler as saudações na íntegra, tendo em conta o adiantado da hora:

- 38.º aniversário do Clube de Canoagem de Setúbal - Queriam expressar o seu reconhecimento e gratidão a todos os atletas, treinadores e colaboradores do Clube de Canoagem de Setúbal, que tinha contribuído para a promoção das atividades náuticas e da nossa cidade;

- 17.º aniversário da Experimentáculo - Queriam, também, manifestar a sua admiração a todos os membros voluntários e colaboradores da Experimentáculo. Tinha sido um trabalho incansável e dedicado, que tinha contribuído para transformar vidas e tornar Setúbal numa comunidade mais vibrante e inclusiva;

- 9.º aniversário da Academia de Voleibol de Praia de Setúbal, queriam felicitar, também, todos os atletas treinadores e colaboradores da Academia de Voleibol de Praia de Setúbal. Eram aquelas quatro as saudações. Queria dizer, também, que acompanhavam as saudações apresentadas pela bancada do Partido Socialista.

As saudações referidas correspondem aos documentos que abaixo se transcrevem, registados como anexos n.ºs 21 a 24:

“Saudação

49.º aniversário Associação de Deficientes das Forças Armadas

Dia 14 de Maio é um dia de celebração e reconhecimento, pois saudamos o 49.º aniversário da bastante estimada e não menos nobre Associação de Deficientes das Forças Armadas. Há quase cinco décadas, esta instituição tem sido uma voz ativa e um apoio essencial para aqueles que deram o melhor de si ao serviço das nossas Forças Armadas.

Neste momento especial, é imperativo ressaltar a homenagem e gratidão a todos aqueles que, com coragem, sacrifício e dedicação, serviram as Forças Armadas e enfrentaram os desafios que lhes foram impostos. São estes, os bravos e valentes membros das nossas Forças Armadas, que garantiram a segurança e a proteção da nossa nação.

A Associação de Deficientes das Forças Armadas tem desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos e interesses dos militares que, porventura, sofreram algum tipo de deficiência física ou mental no decorrer do seu serviço. Através do apoio e orientação providenciados, a associação tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida desses heróis e das suas famílias.

Hoje, queremos expressar o nosso sincero agradecimento a todos os membros e colaboradores da Associação de Deficientes das Forças Armadas que têm dedicado o seu tempo, esforço e energia para auxiliar aqueles que mais precisam de suporte e amparo. O trabalho incansável e a dedicação demonstrada são testemunho do compromisso com os valores de solidariedade e camaradagem.

Neste 49º aniversário, renovamos o nosso compromisso em continuar a apoiar e a valorizar os membros da Associação de Deficientes das Forças Armadas, bem como todos aqueles que serviram com bravura as nossas Forças Armadas. É com orgulho que saudamos esta instituição e todos os seus membros, reiterando a nossa gratidão por tudo o que têm feito. Que possam ser muitos mais anos de dedicação, luta pelos direitos e bem-estar dos nossos bravos militares. Juntos, continuaremos a honrar o seu legado e a construir um futuro mais justo e inclusivo para todos.”

“Saudação

38.º aniversário Clube de Canoagem de Setúbal

É com grande entusiasmo e satisfação que celebramos o 38.º aniversário do Clube de Canoagem de Setúbal. Ao longo destas quase quatro décadas, este clube tem sido uma referência na promoção das atividades náuticas na nossa região, proporcionando momentos únicos e enriquecedores para todos os setubalenses.

Destacamos, particularmente, as atividades desenvolvidas no decorrer da gestão do Centro Náutico Municipal, um espaço único que se tornou o ponto de encontro para todos os amantes das atividades náuticas. Este centro tem sido o palco de inúmeras aventuras, desafios e descobertas, abrindo as suas portas também para toda a população, mas particularmente à comunidade escolar.

As atividades náuticas desenvolvidas pelo Clube de Canoagem de Setúbal consagram-se enquanto uma oportunidade incrível para explorar o rio, desfrutar da natureza e experimentar a adrenalina das modalidades aquáticas - marco incontornável da nossa cidade. Desde a canoagem recreativa até às competições de alto nível, o clube oferece um leque próximo e inclusivo de opções, adaptadas a diferentes idades e níveis de experiência.

Além do caráter desportivo, o Clube de Canoagem de Setúbal tem desempenhado ainda um papel fundamental na promoção de valores como o trabalho em equipa, o respeito pela natureza e o espírito de superação. Os membros do clube têm sido verdadeiros embaixadores da canoagem, inspirando outros a descobrir o seu potencial e a desafiar os seus limites.

Neste 3.8º aniversário, gostaríamos de expressar o nosso reconhecimento e gratidão a todos os atletas, treinadores e colaboradores do Clube de Canoagem de Setúbal, que têm contribuído para a promoção das atividades náuticas e da nossa nobre cidade. O vosso empenho e dedicação são a essência do sucesso desta instituição e o motor que impulsiona o seu crescimento. Juntos, continuaremos a construir um futuro marítimo brilhante para Setúbal e a promover a importância do desporto e da natureza na vida de todos.”

“Saudação
17.º aniversário Experimentáculo

Com imensa satisfação e alegria celebramos mais um aniversário da associação cultural Experimentáculo. Desde a sua fundação em 2006, a Experimentáculo tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da comunidade local de Setúbal, capacitando jovens e apoiando o seu ativismo.

Destacamos com particular detalhe e satisfação a implementação de diversos programas internacionais que a Experimentáculo tem proporcionado aos jovens - Oportunidades únicas de crescimento e desenvolvimento. Com enfoque nas áreas de mobilidade juvenil, empreendedorismo juvenil, arte e cultura, a organização tem sido um farol de inspiração para os jovens setubalenses.

Um dos pilares do trabalho da Experimentáculo é a utilização de métodos de educação não formal e a promoção da participação ativa dos jovens. Através de atividades diversificadas, incentivam a criatividade, a liderança e o espírito de iniciativa dos jovens, permitindo-lhes expressar-se e realizar os seus projetos.

A nível internacional, a Experimentáculo desempenha um papel crucial na promoção da mobilidade juvenil. Organizando intercâmbios e formações internacionais, bem como facilitando o envio e acolhimento de voluntários no âmbito do Serviço Voluntário Europeu (SVE), a associação tem aberto novos horizontes aos jovens, proporcionando-lhes experiências enriquecedoras e promovendo a interculturalidade. Destaque para o facto da Associação ser titular de um Selo de Qualidade do Corpo Europeu de Solidariedade, que certifica que a organização tem capacidade para levar a cabo projetos em conformidade com os princípios e objetivos do Corpo Europeu de Solidariedade.

A nível local, a Experimentáculo tem sido uma força motriz na promoção da cultura e das artes. Através da organização e promoção de eventos culturais, como o festival de música de verão FUMO, que decorreu entre 2010 e 2015, e a versão miniaturizada do festival, o FUMINHO, realizado em 2021 após a pandemia de COVID-19, a associação tem animado a cidade e proporcionado momentos inesquecíveis aos seus habitantes.

Além disso, a Experimentáculo tem estabelecido parcerias importantes com instituições locais, como a Casa da Cultura de Setúbal, onde é responsável por um espetáculo musical por mês. A associação também teve um papel fundamental na criação e promoção do Clube de Cinema de Setúbal, que funcionou de 2008 a 2016, dando voz aos jovens realizadores locais através da produção de curtas-metragens e documentários.

Neste aniversário, queremos expressar a nossa profunda gratidão e admiração a todos os membros, voluntários e colaboradores da Experimentáculo. O vosso trabalho incansável e dedicação têm contribuído para transformar vidas e tornar Setúbal numa comunidade mais vibrante e inclusiva. Setúbal ganhou outra cor.

Que este seja apenas o começo de uma jornada ainda mais inspiradora e repleta de sucesso, repleta de energia para continuar a capacitar os nossos jovens, a promover a cultura e a arte de forma inclusiva e inovadora, e a ser uma fonte de inspiração para toda a comunidade setubalense. Juntos, continuaremos a construir um futuro brilhante e cheio de possibilidades para os setubalenses.”

“Saudação
9.º aniversário Academia de Voleibol de Praia de Setúbal

É com grande alegria e entusiasmo que celebramos o aniversário desta instituição desportiva de referência. Desde a sua fundação a 7 de maio de 2014, a Academia de Voleibol de Praia de Setúbal tem desempenhado um papel fundamental na formação de jovens futuros cidadãos através do desporto.

A missão da academia é verdadeiramente nobre: potenciar o desenvolvimento de jovens através do voleibol de praia, promovendo uma cultura baseada na responsabilidade social,

ética e ecológica. Ao combinar o desporto com valores fundamentais, a academia tem criado uma base sólida para o crescimento pessoal e social dos seus atletas.

Faz parte dos objetivos da Academia de Voleibol de Praia de Setúbal o seu reconhecimento nacional, através da sua abordagem única de formação desportiva, integrada na consciencialização cívica. Ao ir além do treino técnico, a academia visa desenvolver cidadãos exemplares, preparados para enfrentar os desafios da vida com integridade, respeito e compromisso.

Na busca pela excelência, a Academia de Voleibol de Praia de Setúbal destaca-se na procura de valores fundamentais para a vida em comunidade. A união é valorizada como um elemento essencial para o sucesso coletivo, promovendo o trabalho em equipa e o apoio mútuo. A resiliência é cultivada como uma qualidade necessária para superar obstáculos e persistir perante as adversidades.

A integridade é um pilar central na abordagem da academia, incentivando a honestidade, o respeito e o jogo limpo. A ambição é encorajada como uma motivação para o crescimento contínuo, incentivando os membros a alcançar metas elevadas. E a perseverança é valorizada como uma qualidade que impulsiona a superação pessoal e a conquista de objetivos.

Ao longo dos anos, a Academia de Voleibol de Praia de Setúbal tem sido um farol de inspiração para a comunidade desportiva. Os seus atletas têm se destacado em competições regionais e nacionais, demonstrando habilidade, paixão e dedicação. O trabalho árduo e o compromisso demonstrados pelos atletas têm sido exemplos inspiradores para todos aqueles que acompanham o seu percurso.

Neste aniversário, queremos expressar a nossa mais profunda gratidão a todos os atletas, treinadores e colaboradores da Academia de Voleibol de Praia de Setúbal. O vosso empenho, dedicação e espírito de equipa têm sido fundamentais para o sucesso da academia e para o crescimento dos jovens atletas.

Que este aniversário seja apenas o começo de uma jornada contínua de formação desportiva, responsabilidade social e desenvolvimento pessoal. Juntos, continuaremos a construir uma comunidade desportiva exemplar e a inspirar os jovens a alcançar o seu pleno potencial.”

Sr. Presidente – Disse que terminavam assim o período de antes da ordem do dia e iriam passar ao período da ordem do dia.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 27/2022 - Reunião ordinária de 21 de dezembro de 2022

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Deliberação n.º 695/2023 – Proposta n.º 369/2023 – CBSS/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 11/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a aquisição de veículo urbano de combate a incêndios - Abertura

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 25 a 27.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



- 3. Deliberação n.º 696/2023 – Proposta n.º 368/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à prestação de serviços de seguros para os ramos de acidentes de trabalho, multirriscos, automóvel, marítimo casco, equipamento eletrónico, responsabilidade civil e acidentes pessoais, pelo período de 24 meses - Concurso Público n.º 10/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 28 a 30.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 4. Deliberação n.º 697/2023 – Proposta n.º 371/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente ao fornecimento contínuo de gasóleo para abastecimento das viaturas da frota municipal, ao abrigo do acordo quadro celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.– Ajuste direto n.º 129/2014/DAF/DIGEF/SECPP**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 31 a 33.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 5. Deliberação n.º 698/2023 – Proposta n.º 08/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 6. Deliberação n.º 699/2023 – Proposta n.º 367/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 04/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços para administração e manutenção de parque informático, plataforma tecnológica de comunicação e rede elétrica de baixa tensão das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Jardins de Infância e Secretarias do 2.º, 3.º Ciclo e Secundárias da Rede Pública do Concelho de Setúbal – Adjudicação**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 35 a 37.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 700/2023 – Proposta n.º 11/2023 – DOM – CP 03/2023/DOM – Empreitada “Conservação dos edifícios da Av. da Bela Vista 24, Rua do Antigo Olival 12 – Lote 37” - Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta [conforme documento anexo registado sob o n.º 38] e disse que não estava discriminado, mas aquela intervenção não cabia no PRR, visto que era um espaço não habitacional. O objetivo desse espaço, que correspondia ao armazém do DCDJ, em frente à esquadra da PSP, na Avenida da Bela Vista, era ser um espaço de utilização coletiva dos moradores, para reuniões, para atividades culturais, etc. Era por isso que iria ser feita essa reabilitação.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 701/2023 – Proposta n.º 12/2023 – DOM – Empreitada CPI 13/2022/DOM - “Requalificação do Bairro da Alameda das Palmeiras, em Setúbal” - Autorização para adjudicação excecional acima do preço base e aumento da despesa autorizada - Aprovação do relatório final, decisão de adjudicação e aprovação das minutas dos contratos

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 39 a 43.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que era só para colocar uma pergunta. Já tinha lido aquela proposta no dia anterior e era só para confirmar que tinha sido a única concorrente que tinha concorrido a esses dois lotes. Questionou se não havia mais nenhuma empresa.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha sido a única concorrente e uma das razões pelas quais tinha sido possível avançar com essa concorrente, não tendo entregado as listagens iniciais, tinha sido porque era a única concorrente e a lei permitia isso, havia jurisprudência sobre isso. Portanto, nesse sentido, tinham avançado com essa empresa. Aliás, aproveitava para esclarecer que, mesmo com os preços 20 por cento acima do valor do preço base, não estavam a aparecer empresas a concorrer a esses concursos. Tinha-lhes aparecido essa empresa, que tinha concorrido aos dois lotes e tinha ganho – tinha sido a única concorrente -, mas sabiam que, noutros concursos, ainda não lhes tinha acontecido em relação ao PRR, mas noutros concursos, noutros pontos do país, incluindo o IHRU, estavam a ficar desertos, apesar dessa prerrogativa e apesar de uma outra prerrogativa, que era a possibilidade de fazer uma revisão de preços que podia ir até aos 30 por cento, desde que devidamente fundamentada, evidentemente, o que queria dizer que uma obra desse género, lançada naquele momento, podia ir até ao limite de mais 50 por cento do custo da obra. Portanto, era nesse território que estavam a trabalhar, e, mesmo assim, não concorriam empresas aos preços que estavam a ir ao mercado.

Sr. Presidente – Disse que importava esclarecer, também, que, quando falavam do PRR, normalmente, ficava a ideia de que o PRR garantia o pagamento a 100 por cento. Como viam bem naquela proposta, os 100 por cento eram sobre valores de referência e não sobre os valores reais das empreitadas.

Naquela proposta, tinham um valor acima do valor base do concurso de 1.805.955 euros e, portanto, era necessário que, nesse quadro das candidaturas, que houvesse uma ponderação sobre esses valores, porque, naturalmente, a Câmara Municipal não conseguiria desenvolver todas as candidaturas, como estava previsto, com diferenciais de valores em cada um dos concursos.



Era impossível as finanças municipais assumirem essa responsabilidade, pelo que, naturalmente, o Governo deveria considerar essas situações e encontrar solução para ultrapassar esse problema.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 702/2023 – Proposta n.º 13/2023 – DOM – Empreitada CPREV 63/2018/DOM – “Reperfilamento da Avenida Álvaro Cunhal” – Libertação de garantia

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 44 e 45.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 703/2023 – Proposta n.º 14/2023 – DOM – CP 04/2023/DOM - “Requalificação da Praça do Brasil e Praceta Quinta do Tavares” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso Público

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta [conforme documento anexo registado sob o n.º 46] e disse que queria só deixar uma nota. Na anterior reunião da Câmara, a Sra. Vereadora Patrícia Paz tinha perguntado o que é que se passava. Tinha feita a pergunta de uma forma interessante e, depois, não tinha tido tempo de lhe responder quando é que ficavam prontas as rotundas da Praça do Brasil e da Azinhaga de São Joaquim, quando é que estavam prontas as duas rotundas.

A resposta certa e rigorosa era que as duas rotundas estavam prontas e estavam a funcionar. O que faltava fazer era o “miolo” da rotunda e o respetivo embelezamento. Aquela empreitada iria resolver o embelezamento da rotunda da Praça do Brasil, a par da (...) da Praça do Brasil. Portanto, aquela intervenção era muito importante, porque iria qualificar toda aquela zona e iriam criar ali uma situação de estacionamento, em princípio bastante mais favorável aos moradores.

Acreditava que era uma solução que iria dignificar muito a nossa cidade, numa lógica de garantia de um espaço urbano altamente qualificado. Portanto, nesse sentido, propunha-se que fosse aprovada aquela proposta de abertura de procedimento de contratação pública, através de concurso público.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que os vereadores do Partido Socialista, naturalmente, acompanhavam a abertura desse procedimento de contratação pública, até na sequência das intervenções anteriores, e desejavam o avançar daquele processo, que tinha tido início em 2021.

Aquele nó giratório tinha, efetivamente, um impacto considerável, atrevido-se até a dizer que quem chegava de Setúbal pela utilização do interface de transportes sentia, eventualmente, uma das artérias de maior circulação da cidade.

Compreendiam o desafio explanado na proposta, que seria o de concretizar a intervenção em curso, dada a necessidade de manter a zona transitável e a limitação do espaço físico para a situação dos estaleiros da obra.

Aproveitava, ainda, a intervenção - o senhor Vereador parecia que estava a ler os seus pensamentos - para lembrar a vizinha rotunda oval dos Ciprestes, que se localizava num local preferencial da cidade, de entrada e de saída, além de considerarem que a mesma não se encontrava a cumprir o seu fim, que era o escoamento rápido e eficaz do trânsito, para quem chegava e quem saía, sendo diários os engarrafamentos. Quem circulava na rotunda

acabava, inevitavelmente, por passar com a viatura por cima do empedrado negro que servia como moldura decorativa, mas que acabava por se constituir como uma segunda faixa de rodagem.

À semelhança da rotunda da Praça do Brasil, aquela também evidenciava um ar desmazelado, nada cuidado, constituindo um péssimo cartão de visita para quem chegava e para quem circulava ali regularmente.

Desejavam os Vereadores do Partido Socialista que aquela rotunda também tivesse o mesmo destino, ainda que tardio, da rotunda da Praça do Brasil, que via, naquela proposta, a luz ao fundo do túnel.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, sobre essa matéria, queria dizer o seguinte: achava que a Sra. Vereadora Patrícia Paz percebia que não tinha sido pelo facto de ter levantado a questão na reunião anterior que o processo tinha evoluído. O processo estava há meses a ser tratado. Era um processo que estava no planeamento deles e estava na altura de ele sair. Tinha saído naquele momento, quando, tecnicamente, estava pronto e quando, financeiramente, tinha havido condições de avançar.

Em relação à Avenida dos Ciprestes e à Azinhaga de São Joaquim, iria ser lançado um procedimento próprio para requalificação integral da Avenida dos Ciprestes e da Azinhaga de São Joaquim. Era um processo de global e iria, também, incluir a demolição daquela casa da florista que estava a alterar o perfil da rua e a recolocação da florista, de forma a manter a sua atividade, mas alterando a sua localização, para garantir o reperfilamento integral da Avenida dos Ciprestes. Era um outro processo, que estava a ser trabalhado tecnicamente e financeiramente, e que, oportunamente, viria à reunião da Câmara.

As preocupações que a senhora Vereadora tinha referido que tinha o Partido Socialista tinham eles em dobro ou triplo, como deviam calcular, quando tinham a responsabilidade de resolver o problema e as pessoas estavam a questionar quando é que se resolvia, e, portanto, estavam a trabalhar intensamente nisso.

Os serviços municipais estavam a concluir o projeto e, logo que tivessem condições, técnicas e financeiras, avançariam com essa obra, sendo que a rotunda da Azinhaga de São Joaquim estava a funcionar normalmente, não estava embelezada. Portanto, era preciso fazer essa ressalva, porque as rotundas, ao contrário do que, às vezes, parecia, eram ordenadoras do trânsito e o ordenamento do trânsito estava a funcionar plenamente, o que não estava era o respetivo embelezamento.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 704/2023 – Proposta n.º 370/2023 –
DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º
12/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o aluguer de britadeira com operador,
pelo período de 24 meses – Abertura**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 47 a 49] e disse que se tratava de uma necessidade, tendo em conta que produziam, na ação quotidiana de administração direta, sobretudo na intervenção nas vias, muitos subprodutos que tinham que ser britados, para, depois, serem reutilizados ou colocados em destino adequado, de uma forma tratada. Portanto, aquela britadeira tinha esse objetivo e era uma peça fundamental para o trabalho de administração direta na área das vias.

Sr. Presidente – Disse que resolviam o problema dos trabalhadores contratando a máquina com trabalhador. Era só para Sr. Vereador Fernando José perceber bem a lógica da coisa e que não faziam a contratação de trabalhadores daquela forma porque gostavam, era porque

eram obrigados a isso, porque os trabalhadores não tinham de se sujeitar à situação que o Governo do Partido Socialista lhes impunha, porque já era suficientemente Governo havia bastante tempo para poder alterar essas situações, que não afetavam a Câmara de Setúbal apenas, afetavam as outras câmaras municipais e a Administração Pública, em geral. Era só um exemplo, para ficar também registado.

Sr. Vereador Fernando José – *“Sr. Presidente, os Vereadores do Partido Socialista percebem perfeitamente a proposta que aqui está...”*

Sr. Presidente - *“Ah, pois percebem.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“... um aluguer de britadeira com operador.”*

Sr. Presidente - *“Ora bem.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Aquilo que os Vereadores do Partido Socialista não conseguem perceber é como é que na Câmara Municipal de Setúbal, uma câmara gerida pelo Partido Comunista Português, que faz da defesa dos trabalhadores, dos direitos dos trabalhadores...”*

Sr. Presidente - *“É verdade.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“... do combate à precariedade laboral...”*

Sr. Presidente - *“É verdade.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“... a sua bandeira...”*

Sr. Presidente - *“É verdade.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Se é verdade não sei. Isso, aí, agora, já não sei, se é verdade.”*

Sr. Presidente - *“Não, eu estou-lhe a dizer que é verdade.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Eu estou a atentar concluir, não sei se é verdade. Se faz de tudo isso o protesto, em todos os locais de trabalho por este país fora – e eu reconheço a importância do trabalho que tem sido feito pelo Partido Comunista nessa defesa -, o que eu estranho é que, depois, na Câmara Municipal de Setúbal, mantenham situações que são verdadeiros contratos de trabalho e que estão encapotados por falsos recibos verdes. Isso é que nós não conseguimos perceber.*

E aquilo que lhe disse há pouco volto a referir, é verdade que tem existido um esforço, por parte do atual executivo, em regularizar. Eu não estou a dizer que cumpriu, estou a dizer que tem existido um esforço por regularizar, porque também poderíamos falar das situações de trabalhadores que estiveram com essa situação de prestações de serviços, falsas prestações de serviço, durante anos e anos, na Câmara Municipal de Setúbal, e que, neste momento, já não estão na Câmara Municipal de Setúbal. Também lhe posso dar esse exemplo, dos trabalhadores que aqui estiveram e depois foram embora, com uma mão à frente e outra atrás, sem qualquer tipo de direitos, Sr. Presidente.

Portanto, os Vereadores do Partido Socialista percebem aquilo que aqui está e, contra isto, não têm nada a dizer, vão votar favoravelmente esta proposta. Agora, aquilo que nós não percebemos é certas contratações que são feitas. Algumas percebemos, o Sr. Presidente, há pouco, falou de questões que, em todas as visitas que tenho feito e o contacto direto com os trabalhadores e com as chefias na Câmara Municipal de Setúbal temos reconhecido a



dificuldade de contratação de eletricitas, de contratação de calceteiros, contratação de pedreiros.

Isso tem a ver com uma situação de que, com a fusão de todas as categorias numa única carreira de assistente operacional - e é disso que estamos, neste momento, a falar -, essa situação levou a que, por exemplo, a questão dos operários altamente qualificados tenha desaparecido. Evidentemente que isso criou uma situação de vencimento no início da carreira e, também, de progressão, de enorme injustiça e é por isso que o Governo do Partido Socialista está a enfrentar esse problema, com o acordo de médio prazo que tem estabelecido na Administração Pública que os sindicatos. O Governo do Partido Socialista não se esconde. O Governo suportado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista tem vindo a resolver esses problemas, não se consegue é resolver todos de um dia para o outro.

E, portanto, nós percebemos aquilo que aqui está. Aquilo que não percebemos são situações de falsas prestações de serviço que vão sendo mantidas na Câmara Municipal de Setúbal e há pouco alertámos para o facto de se estar a contratar novamente nesse sentido, que não são contratos a termo certo, são contratos de prestações de serviços - falsos contratos de prestação de serviço, volto a dizer -, que encapotam precisamente verdadeiros contratos de trabalho. É contra isso, é contra isso que nós estamos, Sr. Presidente. Nós combatemos essa situação, aquilo que não percebemos é como é que o Partido Comunista diz defender uma coisa e, depois, quando está na gestão da Câmara Municipal, faz precisamente o contrário, como é que o Partido Comunista diz defender o diálogo social, não é? Como é que diz defender o diálogo social e, depois, quando está no poder não aplica esse mesmo diálogo social - temos a questão dos Bombeiros Sapadores, o conflito que se vai agudizando -, como é que o Partido Comunista - e assim termino - diz defender o direito à greve, que todos sabemos que não é um direito ilimitado, obviamente que não é, temos a questão da definição dos serviços mínimos, mas diz defender, mas depois... E critica quando se recorre à definição de serviços mínimos, critica sempre quando se recorre à definição de serviços mínimos e, depois, quando está na Câmara Municipal de Setúbal - lá está! - não concorda com os serviços propostos pelo sindicato e bem, tem a sua legitimidade, e - lá está! - faz o que faz qualquer outra a entidade empregadora. Portanto, Sr. Presidente, quanto a essa matéria, estamos conversados."

Sr. Presidente – *"Senhor Vereador, eu agradeço-lhe muito, mais uma vez, essa sua defesa intransigente, como central de propaganda do Governo do Partido Socialista aqui na Câmara Municipal de Setúbal, mas eu chamei a atenção para este facto, que é mais um exemplo em que a Câmara Municipal de Setúbal se pudesse contratar trabalhadores tinha cá estes operadores da britadeira.*

E o facto é que a Câmara Municipal é obrigada a contratar o equipamento e o trabalhador, porque não tem condições para admitir trabalhadores. É isto que está em causa e o que eu pergunto, senhor Vereador, é de quem é a responsabilidade destas situações que a Câmara Municipal de Setúbal tem, os problemas que tem, de todas as câmaras municipais deste país e da Administração Pública, geral, de quem é a responsabilidade? É isso que eu queria que o senhor vereador dissesse."

Sr. Vereador Fernando José – *"Não vou (...), só dizer que o Sr. Presidente está constantemente a apelidar-me de ser central de propaganda do Governo. Aquilo que eu faço aqui é a defesa daquilo que são as políticas do Partido Socialista."*

Sr. Presidente – *"Nós só reconhecemos aquilo o que o senhor faz, mais nada."*

Sr. Vereador Fernando José – *"Eu nunca utilizei a expressão que o Sr. Presidente é a central de propaganda do Partido Comunista Português, apesar de não ser filiado. É verde, é, isso tem-se visto. Realmente, é muito verde."*

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não sabia que aquela proposta, que era uma proposta simples, linear, iria suscitar aquele tipo de discussão, mas queria dar dois exemplos que tinham que ver com os salários dos trabalhadores da Função Pública, que eram definidos pelo Governo e não pela Câmara, eram salários baixíssimos, como toda a gente sabia.

O que se passava era que, havia muito pouco tempo - exemplo concreto -, tinham procurado contratar trabalhadores operários. Perguntou se o senhor Vereador sabia o que é que eles lhes tinham dito. *“Só se for a recibo verde, para nos pagarem mais, porque, a recibo verde, nós estabelecemos um valor”* - e no quadro da condição normal iriam receber a miséria que recebiam. Portanto, o que tinham dito tinha sido, nalguns casos, não, até, porque eles tinham situações precárias fora, mas ganhavam muito pouco nessas situações precárias, então preferiam ter recibo verde.

Outro exemplo, recentemente tinham insistido com um engenheiro nosso para concorrer para um concurso. Tinha-se aberto o concurso, ele tinha concorrido e tinha ido ganhar menos 300 euros do que tinha a recibo verde. Já se tinha ido embora, porque foi à procura, imediatamente, de uma coisa melhor. Porque é que tinham insistido para que ele concorresse? Para regularizar a situação dele. Tinha regularizado e ele tinha-se ido embora, porque a questão financeira, naquele caso, para ele próprio, tinha funcionado mais do que a questão da precariedade.

Não estava a defender a precariedade, pelo contrário, mas a situação dos salários era de tal ordem que já havia trabalhadores portugueses, de todas as categorias e profissões, a preferir o precário a ganhar mais do que o estável. Isso era uma coisa tremenda, era chegar ao fim da linha. O que tinha de ser tratado e resolvido urgentemente era haver uma alteração profunda dos salários dos trabalhadores.

Tinha havido uma coisa que o Vereador Fernando José tinha dito em que tinha toda a razão, mas tinha de ser corrigido e o Governo, que tinha maioria absoluta, é que podia corrigir, que era repor os especialistas nas várias categorias. Tinha um operador de máquinas altamente especializado, que fora ganhava 1500 euros, mas, aqui, vinha ganhar 700 e tal euros, 800, naquele momento. Isso era inaceitável. Tinha um motorista de pesados, um motorista de autocarros de passageiros, etc, e não conseguiam fixar as pessoas. As pessoas vinham à Câmara, estavam uns tempinhos, e, mal arranjavam coisa melhor, iam-se embora.

E, depois no meio disso, quem tinha criado essa situação ou quem a não queria corrigir, ia, depois, ali, exigir que aquela Câmara e outras – não era só Setúbal - tivessem trabalhadores para dar resposta aos problemas que se colocavam. Não era para ter trabalhadores, era para responder às necessidades da população. Portanto, era preciso ter esses exemplos claros, para, depois, não se vir com demagogia.

O senhor Vereador não conhecia a Câmara melhor do que ele nem os trabalhadores melhor do que ele. Ele conhecia-os, porque trabalhava com eles todos os dias. Sabia do que é que estava a falar e sabia dos problemas que cada um tinham. Sabia que alguns deles não queriam mesmo concorrer, recusavam-se a concorrer. Portanto, era assim, das duas uma, ou iam-se embora ou mantinham-se como estavam.

Portanto, o que era mesmo preciso era aquilo que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito, era alterar - e só podia alterar quem podia, que era o Governo - os salários dos trabalhos da função pública e repor carreiras que tivessem uma designação adequada e carreiras especializadas, para permitir que as pessoas tivessem um salário, não era só para ficarem na Câmara, era um salário justo, adequado ao nível de formação e à qualificação que tinham, coisa que, naquele momento, eles não tinham na função pública. Esse é que era o problema, já dizia uma senhora que se tinha ido embora do PS rapidamente, que se chamava Alexandra Leitão, mas, isso, eram outros 30 euros.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que aquele tema já não era a primeira vez que era ali abordado e, de facto, pensava que o Sr. Vereador Fernando José não levantaria essa questão apenas para a luta política, haveria, com certeza, um fundo de realidade, pelo menos daquilo que era a informação que ele teria.

Achava que esses temas se resolviam - porque, às vezes, era preciso falar em nomes, era preciso falar em pessoas -, se calhar, numa reunião privada da Câmara, que sugeria. Já tinha ali sugerido várias vezes que devia, de vez em quando, existir, para tratar esse tipo de temas, porque se, de facto, havia situações de falsos recibos verdes ou, até, de fraude à lei, como tinham sido dados ali alguns exemplos, achava que deviam tentar resolvê-los.

O único caso que tinha ouvido o Vereador Fernando José falar tinha sido o de um Engenheiro Travassos, que não sabia se era o engenheiro que o Vereador Rabaçal tinha referido, mas pensava que não seria engenheiro, seria arquiteto, portanto, não seria o mesmo (*“É engenheiro e arquiteto, tem dois cursos? Eu não sabia.”*), mas pensava que esses temas deviam ser resolvidos com seriedade e assim não resolviam nada.

Portanto, deviam falar em nomes, falar em situações. Compreendia que numa reunião pública eles devessem ser abordados dessa forma, mas, se queriam resolver, era assim que deviam ser tratados. Era a sugestão que deixava, para não estarem sempre naquilo, porque, senão, era um esgrimir de argumentos que não levava a lado nenhum. Achava que tinham era que tentar resolver, se esses casos, efetivamente, existissem - e existiriam -, tinham que os tentar resolver.

Sr. Presidente – Disse ao Sr. Vereador Paulo Calado que o que o Sr. Vereador Fernando José queria não era isso que estava a dizer. Isso eram coisas que não lhe interessavam muito. O que lhe interessava a ele era, todos os dias, trazer ali aquela cassete que ele trazia. Trazia todos os dias aquela cassete, despejava ali e pronto. Era assim, mas despejar a cassete também tinha o seu preço, era, também, ouvir as coisas que ele não gostava de ouvir e que eles não gostavam que se mantivessem. Por isso é que traziam ali as questões e as colocavam. Era isso que estava em causa.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 705/2023 – Proposta n.º 85/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 706/2023 – Proposta n.º 86/2023 – DCDJ/DISOC – Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 51 e 52.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 707/2023 – Proposta n.º 87/2023 – DCDJ/DISOC – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - Apoio financeiro – XXIV ExpressArte

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 53 e 54.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 708/2023 – Proposta n.º 88/2023 – DCDJ/DISOC – Maio, Diálogo Intercultural – Apoios financeiros

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 55 e 56] e disse que, mais do que nunca, era importante Setúbal assinalar o Maio, Diálogo Intercultural e assumir-se como uma cidade aberta à interculturalidade, à diversidade cultural, ao diálogo entre aqueles que tinham procurado a cidade de Setúbal e este território para viver, para trabalhar e aqui fazer as suas vidas. Corresponhia a uma demanda importantíssima naquilo que também já ali, por palavras de vereadores, tinha sido dito, por uma cidade e por um tempo que se queria de tolerância e de afirmação dos direitos humanos. Era nesse sentido que aquela proposta ganhava expressão e forma, com o apoio a diferentes entidades – nomeadamente à Associação de Angolanos e Amigos de Angola, ao Centro Cultural africano, à Associação dos Imigrantes Romenos, ao ICE, à SEIES, à Associação Cinematográfica 50 Cuts, à Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras -, que todas elas concorriam para essa atividade, uma atividade valorização de Setúbal Cidade Intercultural.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 709/2023 – Proposta n.º 89/20223 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Requalificação de 4 (quatro) campos de Ténis nos Campos Desportivos do Parque Verde da Bela Vista

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 57 a 59] e disse que queria evidenciar duas notas que lhes pareciam fundamentais. A primeira era a valorização de um trabalho em parceria, como tinham vindo a fazer ao longo dos anos, na afirmação da prática desportiva como uma componente de inclusão social e de afirmação dos territórios. Depois, valorizar o Clube de Ténis de Setúbal, também, por ter aceitado aquele desafio e, também, a Associação de Ténis e a Federação de Ténis, porque seria difícil sem esses protagonistas aceitar o desafio e tornar, também, um território tantas vezes estigmatizado como um espaço de excelência que se propunha, por via daquela mesma proposta.

Pedir a um clube de ténis que tinha uma história longínqua no centro da cidade, bem acomodado, sem prejuízo dos meios a disponibilizar, de vir afirmar o seu projeto num espaço longínquo da sua comodidade e, também, atraindo todos aqueles que, provavelmente, algum tempo atrás poderiam estar distantes de poder praticar ténis na estreita colaboração com as escolas de proximidade e com o território da Bela Vista era um desafio para aqueles que aceitavam que fazer desporto era mais do que isso em si mesmo.

Por isso, permitissem-lhe que elogiasse os dirigentes, mas, também, a federação por essa disponibilidade e dessa forma, com um investimento significativo da Câmara, mas com uma parceria bastante representativa, também, por parte das entidades parceiras, na valorização daquele que seria, provavelmente, um espaço de excelência para a prática do ténis e,



certamente, um espaço, também, de afirmação e de inclusão social. Era nesse sentido que apresentavam aquela proposta de requalificação de 4 campos de ténis.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 710/2023 – Proposta n.º 90/2023 – DCDJ/DIDES – Associação Ritmus Bounce, Academia de Dança - Apoio financeiro para a participação em duas competições de dança desportiva

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 60 a 62.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 711/2023 – Proposta n.º 91/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Centro Ciclista Azeitonense – Azeitão 1.º Duetlo Jovem 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 63 e 64] e disse que aquela tinha sido uma atividade realizada no fim de semana anterior e que só a traziam naquele dia para fazer face àquilo que tinham sido os custos associados à atividade. Tinha chegado tardiamente o pedido de formalização, mas, de qualquer forma, era importante fazê-lo, embora não quisesse deixar de deixar ali essa nota. Também queria dar nota que, pela primeira vez, se tinha realizado na freguesia de Azeitão essa prova, com a participação de centenas de atletas e com a afirmação, também, do potencial aquele mesmo território tinha para a prática dessa atividade e, sobretudo, a afirmação de uma nova equipa, o Centro Ciclista Azeitonense, para a prática do duatlo e, também, do triatlo, com a participação em várias provas nacionais.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 712/2023 – Proposta n.º 166/2023 – DURB – Proposta de modelo de mobilidade e acesso às Praias do concelho de Setúbal “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2023”

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 65 a 67.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, tendo em consideração a interdição, por razões de segurança, do troço compreendido entre a Figueirinha e Galapos, era ainda mais premente criar condições de acesso às praias. A interdição do troço Figueirinha-Galapos impedia a aplicação do modelo que eles tinham vindo a defender - o Partido Socialista -, circulação em sentido único desde o Outão até ao Creiro e utilização de uma faixa para criação de bolsas de estacionamento.

No entanto, o modelo que lhes era proposto também não respondia adequadamente - na opinião deles - às necessidades de quem se deslocava às praias da Arrábida. A carga total das praias da Arrábida era de 4020 utentes, 2440 entre a cidade e a Figueirinha e 1580 entre Galapos e o Portinho da Arrábida, o que dava uma distribuição de sensivelmente, 60/40, 60 por cento distribuídos por Albarquel e a Figueirinha e 40 por cento entre Galapos e o Creiro ou o Portinho.

No entanto, o esforço de resposta de transportes públicos estava concentrado no eixo Albarquel-Figueirinha. Em período escolar, esse troço tinha 7 circulações diárias por sentido e, após o período escolar, tinha 51 circulações por sentido aos dias de semana e 67 circulações por sentido ao fim de semana. Quando olhavam para a carreira Setúbal-Creiro tinham 2 saídas diárias em cada sentido e a variante da carreira com início nos Brejos de Azeitão e destino ao Creiro tinha, apenas, uma saída em cada sentido.

Podiam pensar que essa diferença muito significativa no número de carreiras disponibilizadas se pudesse basear na duração total do percurso Setúbal-Creiro. Sendo feito com o desvio por Vila Nogueira de Azeitão seria muito mais demorado. No entanto, esse percurso tinha uma (...) estimada de uma hora e o percurso Setúbal-Figueirinha era percorrido, aproximadamente, em 45 minutos. Portanto, não era uma diferença assim tão significativa. A origem do percurso era a mesma e, portanto, apesar do percurso Setúbal-Figueirinha poder ter uma origem alternativa, no Alegro, podia ter, também, origem no Interface de Transportes da Praça do Brasil e, por isso, a diferença de duração entre os percursos não lhes parecia que fosse significativa.

Portanto, não era daí que advinha essa disparidade no número de carreiras. A disparidade no número de carreiras disponíveis era de tal forma gritante que, para quem vivia em Azeitão, parecia ser mais racional usar o transporte próprio na deslocação para o Creiro ou para praias fora do concelho do que usar o transporte público para as praias da Arrábida, porque, se quisessem ir para o Creiro só tinham duas circulações em cada sentido para poder utilizar e se não quisessem ir para o Creiro, se quisessem optar por uma outra alternativa que lhes oferecesse mais horários, mais circulações, tinham que se deslocar até Setúbal, para, depois, poderem, então, apanhar o transporte público para a praia.

Adicionalmente, o estacionamento no Creiro dispunha de, apenas, 140 lugares, enquanto os parques de apoio à Figueirinha, onde se incluíam o parque da Sécil e o próprio parque da Figueirinha, totalizavam 420 lugares: 180 na Sécil e acesso e 280 na Figueirinha. Daí resultava um enviesamento que criava, no entender deles, uma pressão excessiva sobre a praia da Figueirinha, que tinha mais carreiras, tinha mais estacionamento e não compreendiam o porquê.

Para além disso, estando interdito o acesso automóvel individual ao troço Creiro-Galapos, não viam na proposta uma garantia de acesso em transporte público, que teria que ser, necessariamente, de pequenas dimensões, para poder fazer inversão de marcha, às praias de Galapos e Galapinhos, que ficavam, assim, ainda mais isoladas.

Parecia-lhes, também, algo abusivo que o estacionamento no parque da Sécil esteja condicionado à utilização de autocarro para a Figueirinha, sendo vedada aos utentes do parque a possibilidade de fazerem o trajeto a pé ou com recurso a outro meio, como táxi ou TVDE. Afinal, o parque era de apoio à praia e não de dinamização da atividade da Transportes Metropolitanos de Lisboa. Portanto, isso era uma exigência que não lhes parecia que fizesse muito sentido.

No entanto, o que mais saltava à vista era que, num ano com dificuldades acrescidas de acesso, por força da interdição do troço Figueirinha-Galapos, era que havia uma redução global no número de carreiras a servir essas praias.

Em 2021 o percurso Setúbal-Creiro, sendo feito de forma direta, sem necessidade de desvio por Azeitão, tinha 90 circulações diárias, a carreira que partia de Brejos circulava 2 vezes em cada sentido, ou seja, 4 circulações – que eram reduzidas a apenas 2 -, a carreira Alegro-Figueirinha tinha 42 circulações e a carreira da Praia de Albarquel 34, ou seja, um total de 170 circulações diárias de e para as praias.

Em 2022, esse número flutuaria entre as 131 circulações diárias durante a semana e as 174 circulações diárias ao fim de semana, ou seja, só ao fim de semana teriam mais circulações diárias do que em 2021 e, ainda assim, com sobrecarga de banhistas na Figueirinha e sem garantia de acesso a Galapos e Galapinhos.

Importava, também, tecer alguns comentários sobre praias e o acesso às praias que ia para além das restrições de trânsito e da promoção do transporte público, que, como tinham visto, só existia para quem partia da cidade e não queria ir além da Figueirinha. A requalificação da

zona ribeirinha tinha permitido criar ou tinha permitido devolver à cidade duas praias urbanas, a Praia da Saúde e a praia na zona do PUA.

Era do conhecimento geral que esses espaços eram utilizados para a prática balnear, apesar das placas que o município lá tinha colocado, indicando que as praias não eram adequadas a essa prática. Era urgente criar condições que permitissem a fruição completa e em segurança das praias urbanas, também como forma de poderem, por um lado, garantir a segurança de quem já as utilizava – e todos sabiam que elas eram utilizadas para a prática balnear - e, por outro lado, também, retirar alguma pressão das praias da Arrábida.

Por outro lado, olhando para as praias da Arrábida, facilmente se percebia que havia dois acessos possíveis, o acesso por terra, por estrada, e o acesso por mar e, se o acesso por estrada tinha sido o cerne da discussão e das propostas do Município, o acesso por mar tinha que ser promovido e estimulado. O Município tinha construído uma ponte-cais no Portinho da Arrábida, que eles entendiam que podia e devia potenciar, dinamizando corredores de transporte de passageiros operados pelas empresas marítimo-turísticas, entre Setúbal e o Portinho, e, adicionalmente, consideravam que era importante estudar soluções que viessem a permitir o desembarque de passageiros nas restantes praias da Arrábida.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que queria perguntar se havia alguma previsão para a resolução da situação do troço que se encontrava fechado, entre o túnel da Figueirinha e a praia de Galapos.

Além disso, aquele programa Arrábida sem Carros de 2023 terminava a 17 de setembro de 2023 e sabiam que, decorrendo das alterações climáticas, não se esgotavam ali os dias de praia e a verdade era que tinham assistido – tinham assistido a isso na altura da Páscoa, por exemplo -, a situações caóticas e que colocavam em causa a segurança das pessoas que frequentavam as praias da Arrábida.

Por isso, era conveniente perceber como era que poderiam adaptar o usufruto das praias em segurança com essas alterações climáticas e, eventualmente, até ponderar o alargamento desse programa, ou, até, que ele pudesse vir a ser implementado em fins de semana específicos e em altura de férias escolares, nomeadamente na Primavera, porque a verdade era que iam assistindo a tempo de Verão muito fora de época.

Queriam perceber, também, essa questão dos transportes públicos e do número de carreiras, porque se lembrava, por exemplo, no ano anterior, de assistir muitas vezes, na Praia da Figueirinha, a filas imensas de pessoas que acabavam por ficar imenso tempo e já nem conseguiam estar na zona da sombra, porque, de facto, os autocarros não passavam com a periodicidade devida e, portanto, acabavam por ficar demasiado tempo à espera de transporte e isso acabava por ser um incentivo à utilização do transporte próprio e por afastar as pessoas das praias.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que a bancada do PS tinha colocado várias questões e não tinha percebido uma única sugestão. Ainda assim, iria tentar dar a justificação e a resposta sobre as questões que tinha entendido.

Como sabiam, havia uma inibição física de circulação, e, portanto, contra isso podiam todos estar muito zangados e em oposição, mas não estava no domínio nem no controlo deles. Portanto, mantendo aquela inibição, tinham de se circunscrever aquilo que era possível.

O transporte público, relativamente ao ano de 2023, em número de circulações, era igual ou em número superior ao ano de 2022. O transporte público, no ano de 2023, de Azeitão para o Creiro tinha tido uma utilização, no seu melhor dia, de 17 utilizadores e não tinha sido numa carreira, tinha sido durante o dia, sendo que havia 2 carreiras.

Obviamente que no ano de 2023 haveria uma procura acrescida relativamente à circulação ou ao acesso à praia do Creiro via carreira de Azeitão, porque não havia outra forma de chegar à praia do Creiro. Tinha sido reforçado o serviço e havia a perspetiva de, de acordo com os dados de utilização, poder ser reforçado no decurso da época balnear, desde logo com as condições que eram possíveis, até porque havia um período em que se sobrepunha a época balnear com o período escolar.

Far-se-iam 2 carreiras por dia a sair de Setúbal e 2 a sair de Brejos. Se se verificasse uma necessidade de reforço de serviço, estava pré-definido junto da Carris Metropolitana fazer o reforço de serviço em período não escolar. O período previsto de circulação da carreira que saía de Setúbal até ao Creiro demorava uma hora e, por muito boa vontade que tivessem, não era propriamente desafiante para os utilizadores. (*“Os 45 minutos da Figueirinha é à cautela, mas não é. Senhor Vereador, está bem. Pronto, ficam os 45 minutos. Tudo bem.”*) Obviamente que, mesmo assim, não era só o tempo de distância, era também a distância psicológica de fazer a volta à serra. Isso também pesava na decisão dos utilizadores, mas estava desejava que fosse preciso reforçar essas carreiras e que em junho fosse preciso pôr mais 2, mais 10 ou o que fosse necessário.

Sobre o acesso do Parque da Sécil às praias, obviamente que não podia ser feito a pé por questões de segurança, porque não podiam atravessar a unidade fabril. Portanto, só poderia ser em medidas alternativas, potencialmente em transporte público.

Quanto a Creiro-Galapos, não havia condições físicas de circulação de transporte público nesse troço. Tinha sido feita uma experiência pela Carris Metropolitana e pela operadora, pela Alsa Todí. As condições não estavam salvaguardadas para fazer essa circulação e, portanto, até admitindo que, da experiência que conheciam, era mais fácil fazer o acesso pedonal entre a paragem do Creiro, a paragem transporte público do Creiro, até Galapos do que propriamente até à praia de Galapos, mas estavam a tentar soluções alternativas, eventualmente, com trotinetes, bicicletas ou tuk-tuk, soluções que pudessem facilitar o acesso a pessoas que não tinham condições de o fazer pela via pedonal.

Sobre as questões colocadas pela Vereadora Sónia, o transporte fora da época balnear era uma preocupação que tinham e que estavam, junto da TML, a tentar encontrar alternativas para o próximo ano, para ter um transporte público que desse resposta fora de época, tal como o alargamento de algumas medidas de inibição de circulação e de estacionamento, que era aquilo que era o maior problema, o estacionamento indevido naquele troço.

Por outro lado, queria dar o ponto de situação do encerramento e da questão da deslocação daquele bloco rochoso. Estavam a ser feitos os estudos e a avaliação das metodologias mais adequadas para ou conter ou fazer a desagregação e, portanto, ainda não havia informação sobre qual era a medida aplicada e o tempo que isso poderia demorar.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que queria só fazer uma nota, porque constava da proposta - e passava a citar: *“Prevê-se o incremento da ação policial para autuar e rebocar viaturas estacionadas de forma irregular”* e, de facto, era de saudar esse incremento, porque muito daquilo a que se assistia era, de facto, a estacionamento indevido e, portanto, se as pessoas não fizessem esse estacionamento indevido muitos dos problemas estariam ultrapassados. Portanto, a verdade era que, se as pessoas percebessem que, de facto, as viaturas eram rebocadas e que havia essa fiscalização, acabariam por deixar de o fazer e isso resolveria em muito aquilo que eram os problemas que se viviam na zona das praias.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que queria dizer uma coisa a esse propósito. Esse incremento do apoio policial era feito às custas do orçamento municipal, que fazia um pagamento de gratificados à GNR.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, muito rapidamente, no que respeitava à comparação das circulações de 2022 e 2023, objetivamente, fora do período escolar, nos dias de semana, teriam menos circulações do que aquelas que tinham tido em 2022. Nos dias de fim de semana teriam mais 4 circulações, no total, do que tinham tido em 2022. Se fizessem a média do período teriam menos, se olhassem só para dias de semana teriam menos, ao fim de semana, efetivamente, teriam mais 4, de acordo com aquilo que estava definido no documento que lhes tinha sido apresentado no ano anterior, que também tinham tido oportunidade de analisar para poder comparar.

Continuavam a considerar que havia a criação de uma pressão excessiva ao ter um número muito significativo de ofertas. Não diziam que elas deviam ser menos, não era isso que eles

diziam, mas tinham um número muito significativo de oferta de transporte para a praia da Figueirinha e, depois, tinham para o Creiro, que era uma solução alternativa, que era uma praia que tinha uma dimensão relativamente semelhante. Sabiam que era mais longe, sabiam que a viagem podia ser um pouco mais morosa, mas podia ser, também, uma alternativa para muitos cidadãos que quisessem utilizar uma praia que, normalmente, era menos concorrida e, portanto, era uma praia mais calma e que tinha outras características. O facto era que tinham um número tão reduzido de circulações para o Creiro quando tinham entre Galapos, Galapinhos e Creiro 40 por cento da oferta, em termos de carga de banhistas, de utentes, nas praias da Arrábida.

Tinham muito menos do que 40 por cento da oferta de transportes e tinham entre Figueirinha e a praia de Albarquel 60 por cento, sensivelmente, dessa carga possível de utentes e tinham muito mais do que os 60 por cento em termos de transportes, ou seja, havia um enviesamento, um desfasamento, que, associado ao facto de haver, também, mais lugares para estacionamento associados à praia da Figueirinha, quer os 240 da Figueirinha quer os 180 da Sécil, que, no ano anterior também não existiam. Tinham ali o potencial para ter uma sobrecarga de utilização naquele troço, uma sobrecarga de utilização dessas praias, e uma menor utilização de 40 por cento da capacidade de carga das praias da Arrábida, que eram as praias de Galapos, Galapinhos e Creiro.

Parecia-lhes que era preciso fazer uma correção, incrementando a oferta de transportes para o Creiro, porque a verdade era que se mantivessem só essas 4 circulações, que eram uma de manhã, uma à hora de almoço, à ida, e uma hora de almoço e uma à tarde no regresso, não estavam a criar condições para que, efetivamente, tivessem procura. Se, logo à partida, estavam a criar poucas condições para que as carreiras não tivessem procura, seria difícil que, a meio da época balnear, fossem confrontados com uma procura excessiva que os fizesse propor um reforço.

Se estavam já, à partida, a condicionar e a dizer que, para a Figueirinha, tinham de 20 em 20 minutos ao fim de semana e de meia em meia hora durante a semana, entre as 9 e as 20, e, depois, tinham às 8 e pouco da manhã e às 13 - se não lhe falhava a memória -, para o Creiro, e o regresso só podia ser feito às 14h e 45m ou depois, ao final da tarde, estavam a dizer que, por exemplo, uma família que tivesse crianças pequenas era obrigada a estar no Creiro, se quisesse ir para o Creiro em transporte público, era obrigado a ir, apenas, naquela carreira das 8 e pouco e a estar todo o período de calor mais forte, a regressar, apenas, no autocarro das 14 e qualquer coisa, e, portanto, para quem tinha miúdos pequenos, sabiam que a logística, às vezes, nem sempre era fácil e era conveniente poderem ter uma oferta de carreiras que permitisse vir mais cedo, se fosse esse o caso, se fosse essa a necessidade.

Estavam a limitar, logo à partida, a possibilidade de as pessoas utilizarem o transporte público no acesso às praias que ficavam na metade poente da oferta de praias que tinham na serra e estavam a concentrar tudo aquilo que era oferta de transporte público em 60 por cento da possibilidade de carga.

A Vereadora Rita Carvalho não tinha entendido aquilo que tinha sido a intervenção deles na apresentação de propostas e queria esclarecê-la, porque tinham-nas apresentado. Entendiam que tinha que haver um reforço daquilo que era a oferta de transporte público para o Creiro, entendiam que teria que ser feito - não será já para esta época balnear, esperavam que fosse possível fazê-lo para a próxima -, criar as condições para que as praias urbanas pudessem ser usufruídas em segurança e, portanto, criando condições para que, também, essas praias fossem um ponto de fuga para quem queria ir à praia sem atravessar de barco e sem ir para Troia, para retirarem também alguma carga das praias da Arrábida, mas, também, a utilização do transporte alternativo.

Na verdade, acabava por ser um transporte público, o transporte de "táxi-boat", que era proporcionado por várias empresas de atividade marítimo-turística. Acabava por ser quase como que um transporte público, não com a utilização do passe, mas acabava por ter essa característica de ter uma utilização partilhada, o que permitia utilizar a ponte-cais do Portinho, para que as pessoas pudessem circular entre o Setúbal e o Portinho e, depois, usufruir dessas praias, quer do Creiro, ou, se entendessem não querer ficar no Creiro, poderem ir até

aos Coelhos ou até Galapos ou até Galapinhos, quer, também, criar condições para que, quem quisesse, pudesse utilizar esse tipo de serviço para partir de Setúbal e para poder ter uma ligação direta particularmente a Galapos e Galapinhos, mas, também, à Albarquel, mas também à praia da Figueirinha, se fosse essa a intenção de quem quisesse utilizar a praia.

Essa via alternativa de chegar às praias iria ajudar a reduzir o tráfego na serra, iria ajudar a reduzir o trânsito e diria que iria ter um contributo, particularmente quando olhavam naquele momento para aquilo que era a oferta de transportes públicos para a metade poente das praias. Iria ajudar significativamente a aumentar a procura por essas praias e, portanto, a reduzir também um bocadinho a carga que estava a ser proposta para a Figueirinha, que, como já tinha tido oportunidade de dizer, lhes parecia excessiva, até porque, quando comparavam com aquilo que tinha existido no ano anterior em termos de transportes - e sabendo que a carreira que ia para o Creiro passava, também, pela Figueirinha e, portanto, fazia essa circulação e era um complemento àquilo que era a oferta para a Figueirinha e, por isso, a oferta para a Figueirinha tinha sido reforçada -, não podiam considerar que era correto terem, apenas, 2 circulações em cada sentido para a praia do Creiro ou para a paragem do Creiro, que, depois, dava acesso a 40 por cento daquilo que era a possibilidade de carga.

Queria dizer, também, que os vereadores do Partido Socialista se iriam abster naquela proposta e era uma abstenção que era tendo em consideração, exclusivamente, aquilo que era a dificuldade acrescida, naquele ano e naquela época banhar, decorrente do corte de trânsito, do corte de circulação no troço Figueirinha-Galapos, que, naturalmente, necessitaria de uma intervenção que seria morosa e sabiam que que ela seria morosa, essa interdição, esse bloqueio de circulação. Era o que os levava a não votar contra aquela proposta, porque, efetivamente, consideravam que ela acabava por ser desequilibrada na oferta que apresentava.

Sr. Presidente – Disse que queria, em primeiro lugar, dizer que na semana anterior tinha havido uma reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil e que estava a ser preparado um edital para tornar público o resultado dessa reunião. A informação que lhes tinha sido dada na reunião da Comissão tinha sido que aquela pedra teria quase mil toneladas e, na posição em que estava, era muito difícil fazer estudos. Os estudos estavam a ser desenvolvidos, mas era muito difícil fazer estudos com certezas e havia um risco de, com o deslizamento daquele bloco, vir atrás um conjunto de outras situações, que estavam igualmente identificadas, não com a gravidade daquela, mas que, com essa atividade, isso poderia vir a acontecer.

Portanto, estavam perante uma situação que não valia a pena esconderem com aqueles dados, que eram avaliações técnicas. Naturalmente, que estariam a falar de muito tempo para haver decisões, de fazer os estudos com a segurança que era necessária e, também, terem a ideia dos impactos que aquilo teria em toda aquela zona, designadamente na estrada, nas infraestruturas, etc.

Em 2005, aquando daquele problema, também, das derrocadas, tinham estado 2 anos e meio sem circular naquela via. Naquele momento, não sabia de quanto tempo é que poderiam estar a falar. Esse é que era o facto, tinham ali aquela situação. Isso era a primeira informação que cabia ali dar, mesmo antes de ser feito o edital, de acordo com a recomendação da Comissão.

Depois, a outra questão que queria dizer era que já tinha tido oportunidade de informar os senhores vereadores de uma avaliação que tinham vindo a fazer da situação do acesso às praias da Arrábida naquele território, que era um território qualificado e protegido, e dos problemas de segurança que existiam ali e, também, por outro lado, do esforço financeiro enorme que a Câmara Municipal suportava com essa operação, da forma como ela estava a ser feita.

Aquilo que entendiam era que era uma situação a que poderiam chamar transitória, enquanto não encontrassem outra, mas era necessário encontrar uma solução mais definitiva ou definitiva e, portanto, encontrar outros caminhos para resolver esse problema. Era um problema que estava identificado nas várias componentes e, portanto, essa ideia de que

estavam numa situação transitória e que era preciso encontrar outras soluções tinha-os levado a pedir uma reunião ao senhor Ministro do Ambiente.

Na conversa que tinha tido com o senhor Ministro do Ambiente, juntamente com a senhora vereadora que tinha a responsabilidade da mobilidade, naturalmente que tinha havido sensibilidade para as questões que tinham sido colocadas e tinha ficado a disponibilidade da criação de um grupo de trabalho para identificar essas situações - naturalmente, informação técnica -, no sentido de poderem vir a ser tomadas soluções definitivas para esse problema. Esse era um outro quadro que também estava traçado, iniciativa deles, no sentido de encontrar soluções definitivas para problemas que existiam e que estavam identificados.

Os senhores Vereadores do Partido Socialista faziam muitas sugestões e, naturalmente, que eram sempre bem-vindas, mas não saíam de um quadro muito reduzido de opções ou de soluções.

Uma das questões que tinham colocado ao senhor Ministro tinha sido a necessidade de se encontrar uma solução que criasse melhores condições para a travessia do Sado e tinha sido também considerada como uma questão a ter em conta. Depois dessa reunião que tinham tido com o senhor Ministro, tinham tido conhecimento de que o Governo estava a desenvolver uma iniciativa no sentido de que os transportes fluviais do Tejo pudessem vir a ser integrados, designadamente, nos transportes da Área Metropolitana, na empresa que geria os transportes.

Isso eram as notícias que tinha lido. Não era muito, mas tinha tido oportunidade de ver que estavam a desenvolver esforços nesse sentido. Se havia esse entendimento, mais uma vez, no sentido de ter uma visão e ter uma ação global e integrada dos transportes, de todos os transportes, na Área Metropolitana de Lisboa, que tinha feito caminho com muita dificuldade, como sabiam, não havia dúvida nenhuma de que essa era a melhor solução para encontrar um caminho definitivo para esses grandes problemas da mobilidade numa área com tão grande concentração populacional, de atividades económicas, etc.

Portanto, essa era a questão em que estavam a trabalhar e por isso é que dizia que os Vereadores do Partido Socialista ficavam sempre centrados naquele problema, que era um problema gravíssimo que estava ali, que tinha custos enormes, como já tinha dito, e que a Câmara Municipal de Setúbal estava a suportar todos os anos e que essa era uma questão que devia ser considerada, porque, até 2005, antes daquela derrocada nas arribas da Arrábida, praticamente não havia problemas nenhuns no acesso às praias da Arrábida. Já estava na Câmara havia, pelo menos, 4 ou 5 anos e não havia problemas de acesso às praias.

Quando é que tinham surgido os problemas e essa pressão toda que era exercida ali, no Parque Natural e nas próprias praias? Tinha surgido quando se constituiu a empresa de transportes da travessia do Sado, através de uma concessão que o Estado tinha dado a essa empresa, que tinha criado problemas que eram incompatíveis para o orçamento familiar dos setubalenses. Falava só dos setubalenses, mas, provavelmente, haveria muita gente que não era de Setúbal e que fazia esse caminho da ligação à Tróia e ao Litoral Alentejano. Portanto, achava que o problema estava bem identificado.

Quando falavam de uma solução definitiva para esse problema estavam a considerar, tinham que considerar essa questão e tinha sido isso que eles tinham colocado ao senhor Ministro e continuariam a trabalhar nisso, naturalmente, também. Por isso é que tinha referido ali essa notícia que tinha lido, de que o Governo estaria a considerar essa possibilidade, de integrar os transportes fluviais do Tejo, também, nesse quadro da gestão integrada e geral, digamos assim, global, dos transportes da Área Metropolitana de Lisboa e de serem geridos, naturalmente, de forma integrada e articulada, porque achava que essa era a questão.

Aliás, os princípios estavam lançados no próprio modelo que tinha sido criado com o Passe Navegante e com a criação da Carris Metropolitana, etc. Portanto, achava que tinham de olhar para esse problema dessa forma e que essa era uma forma que lhes iria garantir mais opções, para as pessoas poderem ir para a praia e tirar a pressão tão grande das praias da Arrábida.

Só queria dizer mais o seguinte: O Partido Socialista, no ano anterior ou no ano anterior a esse tinha uma proposta de que a circulação fosse feita por uma via e vir pela outra. Nunca tinham considerado essa possibilidade, ou melhor, consideravam-na como uma dificuldade, mas, quando a Carris Metropolitana e o operador de transportes, perante aquela situação daquele impedimento a seguir à Figueirinha, tinham ido fazer o levantamento da situação, imediatamente tinha ficado claro que não era viável, não era segura essa opção.

Às vezes, tinham essas ideias, mas, depois, tinham que ver na prática, quando se tratava de avaliações técnicas, de concluir que era impossível pôr uma circulação dessas, por exemplo, na estrada de cima. A situação de risco aumentaria substancialmente, risco em termos de segurança e, portanto, aquilo que lhes tinha sido dito, com a possibilidade de os transportes públicos fazerem aquela ligação, o que lhes tinha sido dito tinha sido que essa era uma situação que estava fora de causa. Era só para dar essa nota, também para não se dizer que eles não avaliavam todas as sugestões que eram e, portanto, que chegavam ao conhecimento deles.

Por último, queria dizer o seguinte: Com os estudos que os serviços tinham feito, naturalmente que havia essa identificação de uma maior disponibilidade de transporte para a Figueirinha. Dessa, mais ou menos, tinham essa experiência, tinham essa avaliação. A avaliação que se fazia do que tinha sido a disponibilidade de transporte no passado, de Vila Nogueira de Azeitão ou dos Brejos, era aquilo que a senhora Vereadora tinha dito, ou seja, não havia procura ou era uma procura muito limitada.

Podiam dizer que, naquele momento, com essa impossibilidade da circulação ao longo daquela estrada, iriam ter aí mais uns milhares de interessados no transporte, mas, se houvesse esses milhares de interessados ou centenas, o que fosse, naturalmente que seriam providenciadas essas medidas e, portanto, a disponibilidade do transporte. Seria bom que fosse, eles ficariam muito satisfeitos porque isso significaria que as pessoas estariam, muito mais rapidamente do que verificavam naquele momento, a prescindir da utilização do carro particular e a utilizar o transporte público.

Se assim fosse, naturalmente, que, da parte da Câmara Municipal, haveria que fazer, também, esse esforço, mais um esforço financeiro, porque, também, como sabiam, o transporte era pago ao quilómetro e, portanto, essa quota-parte, naquilo que estava a mais no caderno de encargos, naturalmente que cabia à Câmara Municipal de Setúbal suportar.

Isso fá-lo-iam, naturalmente, mas primeiro iriam avaliar. Não havia dúvida nenhuma que tanto o número de carreiras de Vila Nogueira para o Portinho ou para o Creiro tinha sido reforçado, tinham reforçado em termos de horários dos Brejos para o Creiro ou para o Portinho, mas, naturalmente, não iriam solicitar ou requisitar mais transportes quando, à partida, não havia garantias nenhuma de que essa procura existisse. Se ela existisse, o que fica ali garantido era que, naturalmente, haveria a resposta adequada a essas pretensões. Portanto, sobre isso, que não houvesse dúvida nenhuma de que o fariam.

Até tinham criado, desta vez, essa ligação Setúbal por Azeitão. Naturalmente que o faziam com horários mínimos, porque era preciso ver se as pessoas estavam disponíveis para fazer essa ligação nas condições em que ela era feita. Se as pessoas correspondessem e, portanto, houvesse essa procura, naturalmente que a Câmara Municipal atuaria, no sentido de garantir exatamente essa oferta. Portanto, sobre isso, que não houvesse dúvida nenhuma dos senhores vereadores.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que queria começar por dizer que, desde que tinha sido criado o passe metropolitano e o conceito de um passe único para circular dentro de toda a Área Metropolitana, tinha havido sempre uma preocupação acrescida, quer à forma como se faria a ligação aos concelhos vizinhos daqueles que eram as fronteiras das áreas metropolitanas, o que, no nosso caso, corresponderia a Alcácer e, particularmente, a Grândola, no que dizia respeito ao transporte fluvial. Portanto, era uma questão que vinha desde o momento da criação do passe metropolitano e acreditavam que, efetivamente, seria resolvida, fazendo esse acréscimo, essa integração, daquilo que era o acesso aos concelhos limítrofes da Área Metropolitana, também através do passe metropolitano.

No entanto, aquilo que estavam a discutir era o modelo de mobilidade e acesso às praias do concelho de Setúbal, não era o modelo de mobilidade e acesso às praias do concelho de Grândola e era por isso que as sugestões deles, como o Sr. Presidente devia compreender, se centravam naquilo que era a proposta que ali lhes era trazida, que respeitava às praias da Arrábida, no concelho de Setúbal, e não ao acesso a Grândola, embora percebendo que um preço mais baixo e uma integração da Atlantic Ferries no Passe Navegante permitiria, naturalmente, reduzir a pressão. No entanto, não era por terem menos pressão potencial na Arrábida, com essa integração, que deviam deixar de discutir aquilo que eram os modelos de acesso àquelas praias.

O Sr. Presidente tinha dito pouco antes que para um transporte público fazer deslocação pela estrada de cima - portanto, pela estrada do Convento - criava dificuldades a nível de segurança, mas aquilo que iriam fazer para a carreira que partia de Setúbal em direção ao Creiro era fazer a deslocação, não por essa estrada, mas fazendo-a por Azeitão. Portanto, se tivessem um modelo de circulação...

Sr. Presidente – *“Peço desculpa, (...) o que eu referi foi as vossas propostas de há 2 ou 3 anos atrás. Era essa a vossa proposta.”*

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que era o modelo que eles entendiam que podia ser avaliado e que, eventualmente, permitiria encontrarem outra solução que permitisse fazer o convívio entre aquilo que era a promoção do transporte público e impedir que houvesse o estacionamento abusivo, como tinham visto, não só na época balnear, mas, também, fora dela, quando tinham algum corredor ao fim de semana nas praias da Arrábida. Essa circulação em anel podia ser feita para veículos ligeiros e terem, eventualmente, os transportes públicos a fazer o circuito no anel um pouco mais alargado, fazendo a passagem por Vila Nogueira de Azeitão, da mesma forma que se iria fazer com a oferta de Setúbal.

Queria dizer, também, que o facto de terem pouca procura, historicamente...

Aliás, se não estava em erro, 2 anos atrás a oferta de transporte público de Azeitão para as praias, para o Creiro, só estava disponível por reserva prévia, ou seja, não havia uma carreira delineada e tinha de ser o utente, o cidadão, a fazer uma reserva prévia, para poder ter acesso a esse transporte público para as praias da Arrábida.

Tinham, efetivamente, uma redução daquilo que, comparativamente com o que tinha sido no ano anterior, tinham sido as circulações partindo de Brejos, tinham o mesmo número se considerassem que, para quem partia de Vila Nogueira havendo aqui a passagem e a paragem do autocarro que ia para Setúbal, podiam considerar que tinham na mesma as 4 circulações desse autocarro, mas o autocarro que partia de Setúbal para o Creiro tinha duas 2 circulações para o Creiro, uma às 8h e meia da manhã e outra à 1h da tarde e tinha duas circulações no regresso, uma às 14h e 15m e outra às 19h e 45m.

Eram essas 2 circulações de ida para o Creiro, às 8h e meia da manhã e à 1h da tarde, e as 2 de regresso, às 2h e 15m da tarde e às 7h e 45m da tarde, que davam resposta a 40 por cento daquilo que era a capacidade de carga das praias da Arrábida. Portanto, entendiam que tinha de haver um reforço, devia haver um reforço dessa carreira - dessa 4470 - que fazia a ligação entre Setúbal e o Creiro, para, efetivamente, permitir que houvesse uma maior procura por essa carreira e não uma sobrecarga da Figueirinha. Esperava estar enganado, mas a Figueirinha iria ser uma praia de acessibilidade muito difícil, não só por ser aquela que estava mais perto para quem utilizava transporte próprio, mas, também, por ser aquela que tinha, efetivamente, uma oferta que se pudesse chamar de oferta em termos de transporte público.

As praias de Galapos e Galapinhos, que eram acessíveis a pé e de vaivém, a partir da Figueirinha, não eram, por questões de segurança, isso não estava em causa, tinha de ser só através do Creiro, mas, para serem através do Creiro por transporte público só podiam ser com partida às 8h e meia da manhã de Setúbal ou partida à 1h da tarde, por falta de outras alternativas. Portanto, a pressão iria estar toda do lado de cá, iria estar toda na Figueirinha, iria estar na Albarquel e iria estar, também, nas praias urbanas, que eram praias que não

eram aptas à prática balnear. Daí também a afirmação deles na intervenção anterior, de que seria necessário criar condições de segurança para que essas praias tivessem condições para a prática balnear já a partir da próxima época balnear.

Mas, acima de tudo, queriam reforçar a ideia de que não era apetecível, para quem quisesse utilizar o transporte público, fazer praia no Creiro e, necessariamente, em Galapos e Galapinhos, partindo de Setúbal. Quem queria utilizar o transporte público só iria recorrer ao transporte que o levasse para a Albarquel ou para a Figueirinha, com uma grande pressão na Figueirinha, até, porque, do ponto de vista de quem utilizava transporte privado, era onde estava a maior parte dos lugares de estacionamento disponíveis, que eram 420, o que comparava com 140 no Creiro. Portanto, era uma oferta muito mais substancial e, por outro lado, era aquela que, do ponto de vista do transporte público, tinha, efetivamente, uma oferta. Não podiam ter procura quando não tinham oferta. Acreditava que não tivessem tido muitos utentes nas carreiras com partida de Azeitão 2 anos antes, quando era preciso telefonar com um dia de antecedência para marcar.

Sr. Presidente – Disse que iriam ver. Já tinha dito ao senhor Vereador que, se houvesse procura, haveria oferta, mas queria, ainda, dizer que, quando dizia que os senhores do PS tinham ficado muito fechados sobre aquela proposta, também esperava que, quando houvesse condições para isso - e esperava que fosse brevemente -, que houvesse oferta de transporte fluvial para acesso às praias. Esse processo estava a ser, também, desenvolvido. Naturalmente que era um processo de iniciativa particular, privada, e, portanto, aguardavam que quem estava a trabalhar nisso lhes fizesse chegar a proposta para se criarem as condições, naquilo que dizia respeito à Câmara Municipal, para fazer isso.

Essa era componente que podia vir a ser, também, importante, mas mantinha que a travessia do Sado era uma solução em que eles estavam a trabalhar e que pensavam que viesse a ser uma solução para a área protegida que tinham a obrigação de defender e não de encontrar sempre soluções que carregassem mais carros, mesmo que fossem viaturas de transporte público. Por isso, trabalhavam nesse domínio, também.

Havia uma outra matéria que também não era de somenos importância e que esperava que também rapidamente viesse a ser resolvida, que era o problema que tinha a ver com a situação das áreas de serviço nas praias. Aprovavam planos, punham os planos à discussão, aprovavam os planos e, depois, não os implementavam.

Esperava que o Governo tomasse essa iniciativa de qualificar aqueles espaços, tal como estava previsto no POOC e que era uma responsabilidade, naturalmente, do Governo, aliás, como tinha tido oportunidade de dizer ao senhor Ministro. Portanto, esperava que houvesse iniciativa no sentido de implementar esse plano, porque essa também era uma forma de qualificarem aquele acesso e de qualificarem toda aquela zona de praias e de lazer numa área protegida e, portanto, numa área de especial importância e atratividade, mas qualificada, e que, portanto, fossem salvaguardados esses valores que, muitas vezes, usavam nos discursos, mas que, na prática, depois, iam deixando cair.

Portanto, esse era o quadro e tinham de o equacionar numa perspetiva global e integrada e não, apenas, de concentração. Quando dizia que a avaliação que faziam era que aquilo era uma situação transitória, era mesmo essa a forma como olhavam para aqueles problemas. Eram só problemas e, portanto, tinham de encontrar outras alternativas, aquelas de que já tinha falado e outras que viessem a ser consideradas.

No entanto, não houvesse dúvidas que tudo isso tinha a ver com políticas ambientais. O senhor Vereador dizia que isso tinha a ver com as praias de Setúbal e, portanto, concentravam-se nas praias de Setúbal, mas não tinha a ver com as praias de Setúbal. Tinha a ver com a Área Metropolitana, tem a ver com a pressão que era feita por pessoas que viviam ou trabalhavam na Área Metropolitana e que faziam pressão todos naquela zona. Tinham que encontrar soluções globais e essas soluções não passavam, apenas, pela responsabilidade do Município de Setúbal, passavam pela responsabilidade da Área Metropolitana e, sobretudo, passavam pela responsabilidade do Governo.

Na conversa que tinha tido com o senhor Ministro não tinha ficado de fora essa consideração e, por isso, tinha essa expectativa de que esse assunto e essas iniciativas viessem a ter resultados, naturalmente, em benefício da população de Setúbal, mas, também, em benefício da população da Área Metropolitana de Lisboa e, para além disso, do ambiente e da qualidade de vida, que também tinham a obrigação de defender enquanto responsáveis na Câmara Municipal de Setúbal.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD, e 4 abstenções, do PS.

20. Deliberação n.º 713/2023 – Proposta n.º 167/2023 – DURB/DIPU – Parecer do Município de Setúbal sobre a instalação de um heliporto na Península da Mitrena – Projeto Villa Náutica – BoatCenter – Proc. n.º 43/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 a 71.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que atendendo a que, aquela proposta e as seguintes, iam votar favoravelmente, propuseram que fossem votadas em conjunto, da deliberação 713/2023 à deliberação 717/2023.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que acompanhavam a proposta.

Submetidas a votação foram as propostas de deliberação 713/2023 à proposta de deliberação 717/2023 aprovadas, por unanimidade e em minuta

21. Deliberação n.º 714/2023 – Proposta n.º 168/2023 – DURB/GAPRU – Concessão de Licença de Construção - Proc. n.º 59/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 20).

22. Deliberação n.º 715/2023 – Proposta n.º 169/2023 – DURB/GAPRU – Aditamento à concessão do licenciamento anteriormente concedido - Proc. n.º 237/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 20).

23. Deliberação n.º 716/2023 – Proposta n.º 170/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação Condicionada de Projeto de Arquitetura – Obras de Alteração e Ampliação de dois edifícios destinados a um empreendimento turístico - Proc. n.º 6/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 20).

24. Deliberação n.º 717/2023 – Proposta n.º 171/2023 – DURB/DIMOT – Implementação de sinalização de “Paragem e estacionamento proibidos” e linha amarela, na Rua 1 de Junho

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 75 e 76 (ver ponto 20).

25. Deliberação n.º 718/2023 – Proposta n.º 04/2023 – GAVPS – Moção – Pela Implementação de Medidas de Combate à Seca e Utilização Eficiente da Água no Concelho de Setúbal

O Sr. Vereador Vítor Ferreira apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 77.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha estado a ler com muita atenção aquela proposta, e pensava que havia várias notas que tinha de se dizer, a propósito dela.

A primeira questão era nos considerandos. Tinham sido feitos considerandos, eram válidos para Setúbal, ou qualquer país do mundo, até com alguma *“carregar nas tintas”*, no que respeitava à hipótese dos *“conflitos seculares entre povos, que se tenderão a agravar e alastrar, à medida que a procura e respetiva escassez do recurso se intensificam”*, era uma certa predominação sobre o que é que iria avançar. Isso não tinha muito a ver com Setúbal, portanto, era a primeira questão.

A segunda questão, também eram as declarações de António Guterres, que conhecia muito bem, e que tem feito declarações sobre a água muito interessantes, designadamente, no que respeitava à questão da água pública, e à necessidade de a água ser pública, e ao apelo internacional que tinha feito a ONU, no sentido, de toda a água privada passar a pública. Mas também era feita uma afirmação, que tinha que ver, enfim, com a situação no mundo, alguns territórios do mundo, que era o consumo excessivo, vampírico e o uso insustentável da água. Essa afirmação não se referia ao uso da água que tinha acabado de beber, - tinha bebido uma garrafinha de água, já estava a beber a garrafinha de água da Vereadora Rita – nem se referia ao consumo de água que estavam ali a fazer, referia-se a entidades determinadas, que faziam esse uso vampírico, não era das pessoas, até porque depois a proposta caminhava para as pessoas. Achava que não encaixava bem aquele argumentário na proposta que vinha de seguida. Mas isso só para o excesso de linguagem que era colocado naquela proposta, e que achava que não era muito ajustado ao que tinham.

Depois havia uma questão técnica, que não conseguia acompanhar. Era referida que a precipitação anual média em Portugal tinha sido de 131 milímetros ano, isso era norte de África. Portanto, em ano de seca, tinham em média, uma prestação de 400 a 500 milímetros, naquele ano já tinham tido 700 milímetros. Portanto, se tivessem ouvido um debate que naquele dia tinha ouvido na Antena 1 - RTP em que tinha estado o Ministro Duarte Cordeiro, e uma série de especialistas, em que eles tinham dito exatamente isso, o que é que caracterizava uma seca, e o que é que caracterizava uma situação que não era de seca. Portanto, os 131 milímetros, ou estava ali mal colocado, ou mal posicionado, ou estava mal explicado, não correspondiam seguramente à média em Portugal.

Havia uma outra referência *“situação severa de seca, severa e extrema, incluindo Setúbal”*, Setúbal não estava em situação de seca severa e extrema de todo. Aliás, naquele dia, tinham podido ouvir o senhor Ministro do Ambiente referir que a situação que tinham era de escassez de água, não era de seca severa, que havia situações mais difíceis no Alentejo e no Algarve e tinham ouvido dois especialistas dizer que naquele ano era incomparável melhor, em termos de água do que o anterior. No corrente ano já tinha chovido 700 milímetros, 200 milímetros acima, do que no ano anterior, e ainda estavam no mês de maio, ainda faltava o resto do ano, ainda estavam a meio do ano.

Portanto, havia cautelas e havia necessidade de fazer referência à exigência da contenção de consumo de água e sobretudo ao seu uso sustentável, mas aquela linguagem não encaixava na realidade que tinham em Portugal, naquele momento, e muito menos em Setúbal. Aliás, em Setúbal o que tinham era uma declaração da AIA, dizendo que não era previsível que na Península de Setúbal existissem problemas de escassez de água nos próximos anos, tendo em conta a natureza do aquífero em que se abasteciam. As imagens que viam todos os dias sobre a escassez de água, barragens vazias, ou barragens com dificuldades, mais no Alentejo e Algarve, mas não no Norte, onde a situação estava bastante mais positiva, até do que no ano anterior, não conferia com a natureza da captação de água que tinham para a Península de Setúbal, que era uma captação subterrânea a 250 metros no grande aquífero, no maior aquífero da Europa subterrâneo.

Portanto, achava que havia um excesso de linguagem, havia alguns dados que não estavam claramente adequados à realidade atual, e pensava que era necessário pôr as coisas no sítio certo.

Naquele momento, o que era aceitável, do ponto de vista deles, era que fossem feitas recomendações normais para o período de verão. Naquele momento não tinham necessidade de nenhum plano de contingência, de contenção do consumo de água em Setúbal, longe disso, mais do que isso, havia um problema, que pensava que deveria ser colocado com a devida clareza. Tinham no país, e Setúbal não estava longe disso, o consumo humano de água andava à volta dos 10% de toda a água consumida, era o último estudo da APA, 80% da água era consumida na agricultura, e o resto, a indústria e outros consumos e perdas de água. A proposta do Partido Socialista vinha colocar a questão de uma contenção de água nos 10% de consumo humano, não dizia uma palavra sobre os 80% do consumo agrícola, e o que fazer aí, nem dizia nada sobre o consumo industrial que aí Setúbal tinha um papel muito relevante e o que fazer aí. Portanto, era uma proposta completamente desfocada da nossa realidade, e pensava que não fazia muito sentido. O que fazia sentido eram recomendações para o período de verão, que estavam a preparar, nos Serviços Municipalizados, essas recomendações iam sair ainda naquela semana. Havia uma situação peculiar em Azeitão, tendo em conta o crescimento demográfico de Azeitão bastante sensível, estavam a concluir uma nova captação, e o que tinham feito em Azeitão tinha sido conter água nos jardins públicos, por exemplo, os dois Bacalhôa parque, tinham naquele momento um furo e tinham sido desligados da rede. Estavam a funcionar com um furo, e iam trabalhar junto dos 50 consumidores mais relevantes de Azeitão, e os 50 consumidores mais relevantes de Setúbal, no sentido de alguma contenção no consumo, sobretudo na rega, que era a questão fundamental do desperdício de água que tinham naquela altura. Portanto, o que estava a colocar, não era um plano de contingência que não tinha qualquer razão de ser, mas algumas medidas de contenção para o verão, que eram habituais, aliás, serem feitas naquela altura do ano.

Feita a proposta da necessidade de um instrumento que avaliasse o consumo, os recursos, que verificasse os consumos, que identificasse os desperdícios etc., já tinha anunciado naquela reunião da Câmara, já tinha anunciado publicamente, que estava a ser feito o Plano Estratégico da Água de Setúbal, que correspondia parcialmente ao que ali estava dito, ia mais longe do que ali estava dito, mas estavam já a desenvolver esse trabalho, e aquela recomendação até era mais curta do que aquilo que o Plano Estratégico para a Água de Setúbal estava a prever.

Em relação às propostas concretas, tirando ali também uma questão formal que era "face ao exposto a Câmara delibere estabelecer e implementar, desenvolver, criar", quem deveria fazer isso eram os Serviços Municipalizados. Nem sabia, verbalmente como é que isso se colocava, se deviam recomendar aos serviços que fizessem, ou se a Câmara decidia que os serviços fizessem, legalmente não sabia como é que isso funcionava, não tinha tido tempo de perguntar juridicamente se aquilo estava correto, mas parecia-lhe correto se a Câmara gerisse diretamente a água, mas como a Câmara tinha delegado a água nos Serviços Municipalizados, deveriam ser os serviços a fazer. Mas tirando aquela questão formal, que para o caso não era a questão mais relevante, também disse que, naquele momento, tinham

em implementação um plano de gestão das perdas de água com um conjunto de medidas, porque, naquele momento, o que estava a acontecer no nosso país, e o discurso global, naquele momento, quer do Governo, quer dos especialistas, era que havia duas componentes fundamentais da poupança de água em Portugal, e que não passava por medidas draconianas de poupança. Uma era a contenção das perdas. Portanto, naquele momento havia municípios que tinham perdas da ordem dos 40%, 50%, 80%, havia municípios que tinham perdas da ordem dos 4%, 5%, 6%, 7%, e havia municípios como Setúbal que estavam numa mediana baixa de 27% de perdas. Portanto, para eles, do ponto de vista da água de consumo humano, uma medida muito relevante, era tomar medidas de contenção de perdas. Ter medidas tecnológicas, tinham que adquirir mais equipamentos, e estavam a caminhar para adquirir mais equipamentos, que as Águas do Sado não tinham comprado devidamente, tinham comprado um e deveriam ter dois ou três, medidas de válvulas de contenção e de medição e redução noturna de água, e outras medidas para detetar as fugas não visíveis, que eram as fugas subterrâneas. As fugas visíveis eram fáceis de resolver, e as não visíveis eram aquelas que tinham maior perda de água. Portanto, estavam a fazer já esse plano, e esse plano ia beneficiar, eventualmente, dizia eventualmente, porque naquele dia tinha sido anunciado pelo Ministro do Ambiente, uma coisa muito importante, finalmente poderia haver fundos comunitários. Estava naquela Câmara há 13 anos, nunca tinha havido fundos comunitários, para fazer intervenções nas redes de distribuição de água. Portanto, parecia que havia aquela intenção de haver fundos comunitários para isso, e estavam-se a preparar para fazer propostas e projetos de intervenção que pudessem ir captar esses fundos comunitários, se eles existissem, e presumia que iam existir na medida em que o Ministro, naquele dia, tinha anunciado que na estratégia para a água em Portugal, uma das medidas fundamentais era intervir na beneficiação das redes, no sentido de evitar perdas de água. Isso sim, era uma linha fundamental. Outra linha fundamental eram as novas fontes de ir buscar água, no sentido de evitar o esgotamento dos aquíferos, fossem subterrâneos ou fosse o aquífero superficial. Por exemplo, no caso concreto das barragens do Algarve, o que era dito técnica e cientificamente, era que a água do Algarve era suficiente para consumo humano, o problema era a agricultura. A agricultura não era nenhum problema, a agricultura existia e tinha de existir, e a sua água tinha que ser garantida. O que interessava era encontrar alternativas de captação. No caso do Algarve, já havia uma decisão política, que ia avançar tecnicamente, que era a criação de uma descentralizadora no Algarve, para, sobretudo, cobrir essas necessidades da agricultura, da indústria, do turismo dos golfes, e deixar a água das barragens para consumo humano, era uma medida concreta da ação, que estava em curso, e em Setúbal estavam já a trabalhar com a SIMARSUL, e com empresas de Setúbal, no sentido de garantir um projeto de reutilização de água da nossa ETAR, a ETAR de Setúbal designadamente, para uso industrial, de imediato, visto que outras soluções tipo de rega, etc., implicava outros investimentos mais complexos, mas, como a nossa ETAR estava junto à Mitrena, isso tornava-se um processo ágil e, naquele momento, já estavam a trabalhar com empresas nessa matéria, até porque havia empresas que precisavam dessa reutilização para fundamentar, apoiar, sustentar e valorizar os seus estudos de impacto ambiental. Também estavam a trabalhar, já com empresas também, na perspetiva da criação de condições para uma descentralizadora em Setúbal, sobretudo para a área industrial. Estavam a trabalhar nisso, ia haver fundos comunitários, ao que parecia, para aquele tipo de soluções, visto que a solução do Algarve não tinha sido considerada como exclusiva, havia outras zonas do país que estavam, naquele momento, a posicionar-se para aquela possibilidade de trabalho, sobretudo para uso industrial, designadamente Sines, o que queria dizer que eles, também nessa matéria, já estavam a trabalhar nessa alternativa.

Em relação à contenção do uso, recomendações para o Verão, tudo bem, em relação às soluções futuras da sustentabilidade quanto menos água, que não tenha objetivo de consumo humano, sair do nosso aquífero melhor, e maior a sua sustentabilidade, o que queria dizer que isso implicava encontrar outras fontes de abastecimento e, naquele caso, tinha referido duas nas quais estavam a trabalhar, e pensavam que podia haver condições da sua implementação. Isso em relação à contenção de água.

No quadro da água pública a Lei de Bases da Água dizia que a água em Portugal era água pública, mas a água era pública q.b., a água era pública no consumo humano, em que toda a fileira de água era controlada, do ponto de vista público, pelos municípios, no nosso território, a captação, a adução, o armazenamento e a distribuição, e mais tarde, no que dizia respeito ao saneamento, na captação, transporte e entrega no sistema em alta nas ETAR, isso era um trabalho municipal, controlado integralmente pelo Município, mas, como tinha dito, aquilo era 10% do consumo de toda a água, era o consumo humano. Em Setúbal, como no resto do país, ainda naquele dia tinha sido dito por um responsável da APA, em Portugal todo, em Setúbal como o resto de Portugal, havia água de consumo agrícola, que não era de todo controlada, era licenciada e depois cada um gastava o que entendia. A água de consumo industrial, que cada um tinha licenciamento do seu furo, captava a água, gastava a que queria gastar. Portanto, no Plano Estratégico, uma das matérias que queriam discutir e avaliar era essa matéria, porque era aí, e não no copo de água a mais ou menos, no banho a mais ou a menos, *“nos 5 minutos de água à Benfica, ou nos 5 minutos de banho à Sporting de 10 minutos”* não era aí que estava o consumo de água brutal, estava na água agrícola e na água industrial, no caso concreto de Setúbal, de uma forma muito forte. Portanto, qualquer medida que visasse proteger o aquífero tinha que passar por ali, e a proposta do PS nada dizia sobre isso.

Depois havia outra questão que era: *“então o PS está disponível para integrar nesta proposta a exigência de que o Governo controle a água agrícola, e meça a agrícola, meça a água industrial, controle a água industrial e essa água, tal como a água que todos nós consumimos também tem que ser paga, está disponível para isso?”* – ponto 1. Ponto 2: *“está disponível para fazer uma alteração da lei de água que permita isso, tal como em Espanha acontece em que os municípios controlam toda a água do seu território, ao contrário de Portugal que se o controle água de consumo público?”* Porque se não, entravam naquela bem-intencionada intervenção, do bem-intencionado discurso, mas que acabava por ser um pouco folclórico, ou seja: *“nós estamos a intervir sobre os 10%, esquecendo os 90%”*. Isso não podia ser, isso era o discurso de muitos anos que nos tinham levado à atual situação. Portanto, o que precisavam era de ter uma visão global e integrada do consumo dos aquíferos e do gasto de água em toda a sua fileira, em todas as vertentes. E não, continuar a insistir com o ser humano individual e a responsabilizá-lo pela situação em que estavam os aquíferos que dependiam, não deles, mas da organização do estado, da organização empresarial e da organização do consumo de água em Portugal. Portanto, achava que era muito importante que aquela matéria fosse equacionada naqueles termos e não noutros.

Depois, – estava a esquecer-se de uma das propostas – portanto, não via razão para um plano de ação para a racionalização e redução do consumo de água, não via necessidade disso, naquele momento em Setúbal, não via desenvolver um plano para a gestão eficiente de recursos hídricos do concelho de Setúbal, não estava a ver, isso era o trabalho normal dos Serviços Municipalizados, de qualquer Serviço Municipalizado em qualquer país, e no nosso território, ou de qualquer entidade gestora de água, era fazer aquilo que ali estava, não se tratava de fazer um plano, no fundo era dizer: *“façam aquilo que têm que fazer”*. Em relação ao observatório de água de Setúbal, estava previsto integrar na discussão do Plano Estratégico, um mecanismo de monitorização, do próprio Plano Estratégico, e do consumo de água em Setúbal, podia ser um observatório ou outra coisa qualquer: *“a gente podia escrever que vai fazer um observatório e depois faz aquilo que for adequado fazer, em função da realidade”*.

Achava que a proposta era um bocadinho extemporânea, mesmo no título *“combate à seca”*, naquele dia, e em toda a discussão que tinha ouvido na Antena 1, com o Ministro e com todos os especialistas não se falava em seca, falava-se em escassez de água, do ponto de vista da categorização do concelho, que eram coisas diferentes.

Não lhe parecia que aquela proposta merecesse ser acompanhada, porque não trazia nada de novo, a não ser que o Partido Socialista quisesse retirá-la e falassem mais tarde sobre aquele assunto com outra profundidade, ou então era uma proposta para fazer agenda, num momento em que a questão das ações climáticas e da água estava em cima da mesa, e vinha

uma proposta que não vinha resolver coisa nenhuma, mas enfim, ficava bem apresentá-la. Era uma opção que qualquer força política podia fazer, ao fazer o que entendesse, mas pensava que tinha sido claro em relação à avaliação e interpretação da proposta que tinha sido presente.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse achava que a questão da água era consensual, de facto era um problema que tinham de gerir. O que era facto é que não tinham um Plano Nacional da Água, aliás, aquele Plano Nacional da Água tinha-se esgotado na criação de uma Comissão Interministerial de Coordenação da Água, que nunca se tinha chegado a conhecer aquilo que tinha sido o resultado daqueles grupos trabalho e daquelas comissões.

Era de assinalar a preocupação do Partido Socialista em Setúbal, pena que ela não se tivesse extrapolado para o resto do país, e que o Governo não tivesse essa mesma preocupação. O que gostaria de colocar à discussão era, mais do que medidas avulsas e, em determinadas épocas, achava que aquilo que tinham de pensar, enquanto coletivo, era qual a estratégia que queriam para o país em matéria de água. Queriam mais barragens? Queriam construir unidades de salinização? Para que culturas iriam servir? Com que custos ambientais? Achava que deveriam começar por aí, começar por definir uma estratégia, porque: *“fazer por fazer, depois dá mau resultado e talvez depois, vamos fazer à pressa, vamos implementar à pressa”*, portanto, tinham de pensar, definir uma estratégia a médio e longo prazo, porque a questão da água era uma questão, de facto, bastante sensível, e era um recurso que começava a ser cada vez mais escasso. O desafio que lançou era no sentido de perceber qual é que era, de facto, a estratégia do Partido Socialista sobre aquela matéria, no sentido de poderem, de facto, avançar para um Plano Estratégico para Setúbal, e depois sensibilizarem o Governo, do Partido Socialista, que nada tinha feito sobre aquela matéria e, portanto, achava que era um bom mote, darem o exemplo, começando ali por Setúbal e alargando ao resto do país.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que, já que se tinha falado em clubes de futebol apeteceu-lhe responder à Vitória, mas depois lembrou-se que estava ali, eleito por pessoas que mereciam todo o seu respeito e consideração, por isso respondeu de uma forma menos clubística.

Começou por agradecer aquilo que eram os alertas, que o senhor Vereador Rabaçal tinha feito, porque ia verificar, com muita atenção, aquilo que eram os considerandos para eventualmente corrigir, para um futuro próximo, o que tivesse de corrigir, ou para reafirmar o que tivesse que reafirmar.

Em relação àquela proposta, iam mantê-la. No entanto, disse que: *“se ela não prestou para mais nada prestou, pelo menos ali, falarem sobre algo que é muito importante”*, porque podiam dizer escassez, ou podiam dizer seca, mas isso eram eufemismos, era como dizer, podiam melhorar, ou podiam ter oportunidades de melhoria, eram eufemismos. Portanto, havia realmente falta de água, era um problema, mais tarde ou mais cedo, também o haveriam de sentir, infelizmente, a não ser que fizessem alguma coisa.

Tinha gostado particularmente: *“e perdoem-me dizer, eu gostei, no fundo, agora não tive tempo de articular com a bancada”*, mas tinha gostado dessa ideia de irem mais além, poderiam voltar a falar sobre isso, aliás, tinha-lhe parecido que também, os senhores vereadores que estavam com funções executivas, com pelouros, poderiam, eventualmente, trazer uma proposta que podia até ter a ver com, no futuro se poder ali, tomando uma posição, também tentar influenciar o Governo para ser mais proactivo em relação a algumas matérias. No entanto, era sincero, era a favor de que aquela proposta fosse votada. Cada um votaria em consciência, de acordo com aquilo que lhe parecia, ou depois de terem ouvido aquela que era a posição e os esclarecimentos em relação ao trabalho que parecia que estava a ser feito, e também, agora, em relação àquela proposta do PSD.

Portanto, ia a votos, era assim que a democracia funcionava, e depois, voltando ao futebol *“logo se vê quantos golos se marcam no futuro, esperando que todos marquemos golos para que a água seja aquilo que nós precisamos que seja, um bem precioso, bem protegido”*.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinha registado que o senhor Vereador Carlos Rabaçal se tinha demorado na análise dos considerandos, mas aquilo que lhe parecia que era mais importante era o conteúdo deliberativo.

Efetivamente um plano de racionalização e redução de consumo de água não era de todo um plano de contingência ou de emergência, mas na verdade também não diferiria muito daquilo que o senhor Vereador tinha afirmado, que se fazia, nos dois jardins da Bacalhôa. Portanto, se calhar, não estavam com posição assim tão distante em termos de ação, face àquilo que era a proposta que ali lhes era apresentada.

Havia um conceito que se baseava na frase *“pensar global, agir local”*, parecia que era sempre muito válido para tudo, menos quando falavam de políticas públicas, particularmente ali, no nosso concelho. Parecia que tudo aquilo que se propunha, ou que se pretendia implementar, no nosso concelho, derivava sempre não de uma ação local, mas tinha sempre que ter na base uma ação nacional, global, que depois dessa centralização pudesse percorrer o seu caminho até chegar às autarquias. Continuando a olhar para aquilo que eram as deliberações: *“o ponto 2 - Desenvolver um Plano para a Gestão Eficiente dos Recursos Hídricos do Concelho de Setúbal”*, o senhor Vereador Carlos Rabaçal afirmava que era o trabalho normal dos Serviços Municipalizados e questionava se ele já estava feito. Se era um trabalho normal, poder-lhe-ia ali dizer qual era o plano para a gestão eficiente dos recursos hídricos do concelho de Setúbal, que já estava elaborado. Era um trabalho normal dos Serviços Municipalizados, já estava elaborado, dir-lhe-ia se estava ou não, se estivesse ótimo, tinha agido em antecipação, se não estivesse, e se era o trabalho normal dos Serviços Municipalizados, não via de que forma é que poderia discordar daquela deliberação.

Depois, no 3 ponto: *“Criar o Observatório da Água do Concelho de Setúbal, constituído por uma plataforma digital, que funcione como mecanismo de transparência para a população sobre a utilização dos recursos hídricos do concelho”*, aquilo que se estava a fazer, que se poderia vir a fazer, isso era sempre tudo colocado no futuro que nunca sabia se era muito longínquo, ou se era muito mais próximo. A verdade era que lhes parecia sempre mais longínquo do que próximo e, portanto, no entendimento deles, nada como deliberar que houvesse uma estrutura criada pelo Município, uma plataforma digital, que funcionasse como um mecanismo de transparência, e se, o senhor Vereador Carlos Rabaçal entendia que o observatório, ou o que lhe quisessem chamar, deveria ir, para além daquilo que era a proposta deles, ótimo, entendiam era que não devia ficar aquém daquilo que era a proposta deles, e como naquele dia não existia, propunham e pretendiam que aquela Câmara deliberasse sobre isso.

No que respeitava aos fundos públicos de apoio para obras nas perdas de água no setor urbano, o PRR já no Algarve, ao abrigo do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve tinha tido concurso aberto, tinha tido aviso aberto em 2021, e tinha novamente aviso aberto, naquele momento, era apenas o Algarve, seria ótimo se houvesse uma disponibilização daquelas verbas também ao resto do país, sabiam, aliás, já falavam disso há muito tempo, já falavam disso, pelo menos, desde o momento em que tinham começado a discutir a não renovação da concessão Águas do Sado, e a reativação dos Serviços Municipalizados que tinham um problema significativo naquilo que eram as perdas em rede, falava-se sempre na água para consumo, mas tinham que falar e, tinham que discutir ali, sem dúvida, de uma forma abrangente, aquilo que eram os outros usos, mas acima de tudo, aquilo em que podiam agir para mitigar as perdas, nomeadamente, na rede, para mitigar as perdas, nomeadamente por utilização, *“não diria abusiva, diria menos cuidada”*, que pudesse existir, e que permitisse gradualmente que o Município contribuísse para esse esforço, que era um esforço de todos, e que tinha que passar também pela água afeta à agricultura, à utilização industrial, pela soluções de dessalinização, que seriam fundamentais num futuro breve, também para alimentar esses usos, quer para consumo humano, mas, principalmente para consumo não humano, mas acima de tudo devia num primeiro passo agir localmente, e fazer aquilo que estava ao seu alcance no sentido de mitigar os efeitos daquilo que era, atualmente, apesar do senhor Vereador Carlos Rabaçal dizer que não, uma seca severa ou seca extrema, e que

abrangia já os distritos de Faro, Beja, Évora e Setúbal, sendo certo que lhe poderia dizer que essa situação era mais grave no Sul do distrito, era um facto, mas no nosso concelho também já se fazia sentir.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ouviam sempre com muita atenção as considerações do senhor Vereador Carlos Rabaçal, e que as iriam transmitir, também, aos seus camaradas de Sesimbra, onde sem qualquer tipo de intervenção tinham aprovado, aquele mesmo documento, aliás, aquele documento tinha sido aprovado em Sesimbra por maioria, e, portanto, iriam levar essa sua intervenção, também, aos seus camaradas do Partido Comunista Português em Sesimbra.

Disse que não tinha ouvido a Antena 1, mas de acordo com o último boletim climatológico do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, tinha-se verificado no fim de abril, um aumento significativo da área, e da intensidade em seca meteorológica, destacando-se a região Nordeste na classe de seca moderada, e na região Sul, os distritos de Setúbal, Évora, Beja e Faro, nas classes de seca severa e extrema. Portanto, tinha que corrigir os seus dados, porque certamente que havia qualquer coisa aí que não batia certo, apesar do enorme estudo que tinha feito sobre os considerandos que tinham sido apresentados na proposta do Partido Socialista, e que, uma vez mais, recordou tinha sido aprovada por maioria em Sesimbra.

Sra. Vice-Presidente – Disse que em relação àquela matéria pensava que o senhor Vereador tinha explicado muito bem quais as competências da Câmara e continuavam a falar de uma parte, que seria da água de consumo humano, mas continuavam a omitir as outras questões. Aquilo que o Vereador tinha colocado, tinha sido da disponibilidade para alterar a deliberação e acrescentar um outro ponto deliberativo, para que o problema não fosse visto apenas por uma fração, mas que fosse visto pelo seu todo, até porque aquela visão que muitas vezes os Vereadores do PS ali traziam esqueciam-se que os territórios não tinham fronteiras. Portanto, quando conversavam sobre um assunto daqueles tinham que falar, efetivamente, no âmbito nacional, não podiam falar apenas do âmbito do concelho de Setúbal, como era óbvio. E, toda a intervenção do Vereador, tinha sido a nível daquilo que era o abastecimento de água e da preocupação do consumo à população. Era claro que as outras questões que, também, falou eram fundamentais porque independentemente de estarem a falar de água potável e tratada, toda a outra água que existia e que estava disponível, que muita dela era retirada de um aquífero que tinha uma alta qualidade, que era o nosso caso, felizmente, era retirada sem qualquer controlo, e esse é que era mais de 80% do problema que estavam ali a tratar. Portanto, do ponto de vista deles, fazia todo o sentido que acompanhando aquilo que era, na maioria, o que o Município já fazia, e podia fazer, era também a questão de que as outras entidades fizessem o que lhes competia, e que se proponha, conforme a senhora vereadora do PSD disse, ir mais longe no Plano Estratégico Nacional da Água, era disso que falavam. O problema da água não podia ser visto *“pelo buraco de uma fechadura”* e de virar só apenas para as questões do consumo da população, tinha que ser muito mais profundo que isso.

Não quis causar mais confusão, mas, por exemplo, uma matéria muito importante, tinha a ver com a utilização da água, por exemplo, naquilo a que se referia, e à questão que tinham que fazer, nomeadamente nos espaços verdes. Um consumo de água, que também não era baixo, e as medidas que tomaram ao longo dos anos, para diminuir esse consumo, como retirar contadores de água da rede, em muitos casos, abandonaram a questão de ir à rede retirar a água que já era tratada, pois sabiam que o tratamento, também, implicava muitos custos, e que podiam usar para regar outro tipo de água.

Desde 2009 que investiram na criação de furos de captação, naquele momento tinham 11 furos de captação, o último que conforme o Vereador disse, também, para ajudar naquele esforço relativamente à água da rede em Azeitão, que tinha sido colocado no Parque da Bacalhôa e que estava em funcionamento. Portanto, tinham 11 furos que correspondiam a 11 espaços verdes de grande dimensão e eram alimentados daquela forma.

Relativamente aos próprios espaços verdes, em termos da sua configuração e da sua exigência de água, o Município, também, tinha essas preocupações a nível paisagístico, e tinha incorporado nos seus projetos de Arquitetura Paisagística, nomeadamente na escolha das espécies, na substituição de relvados ou de grandes relvados, por outro tipo de vegetação, nomeadamente, arbustos do nosso clima, o que faria com que as necessidades hídricas fossem também inferiores. Além disso, tem feito, paulatinamente, a substituição de rega por aspersão, por regas gota a gota.

Tudo aquilo, nos cálculos deles, cifrava-se numa poupança em termos de consumos, eram consumos de valores referentes aos contratos que tinham com as Águas do Sado, porque cada contador de rega era pedido às Águas do Sado, e tinha um consumo associado, podiam dizer que os impactos daquelas medidas, desde 2018, ascendiam a, cerca, de 1 milhão de euros de consumo que a Câmara tem poupado em água. O trabalho, como era óbvio, não estava todo feito, infelizmente, porque a precipitação era menor, as necessidades de rega muitas vezes eram maiores, nomeadamente naquilo que dizia respeito à preservação das novas árvores, porque enquanto eram jovens, tinham mais necessidade de água, mas, naquele momento, programavam conseguir centralizar e gerir remotamente as regras, de modo a conseguirem regar em tempos mais noturnos, em tempos em que não houvesse tanta evaporação e daquela forma, conseguirem responder às perdas de água, inerentes muitas vezes aos sistemas de rega, ou a problemas que, às vezes eram-lhes alheios como, por exemplo, vandalismos, etc.

Também era uma série de medidas, que faziam localmente, aquelas, sim, cabiam à Câmara Municipal, mas já eram executadas desde há muito tempo, desde que o senhor Presidente era Vereador dos espaços verdes, que aquelas medidas começaram a ser implementadas, que tem a expressão que tinha. Ainda tinham muita rega por aspersão, era verdade, porque tinham ainda muitos espaços verdes, que tem vindo, ao longo dos tempos, a alterar, mas pensava que tem sido também contributos muito importantes daquele Município para a questão da utilização eficiente da água. Pensava que não se tratava de não utilizar a água, a água era essencial à vida humana, o nosso corpo era constituído por mais de 70%, portanto, a água era intrínseca ao ser humano e a atividade humana, tratava-se, tendo em conta as questões levantadas, de poderem ter uma maior eficiência naquilo que era a utilização da água.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que sem prejuízo da condução dos trabalhos e de passar a palavra a outros vereadores, reafirmou a sua satisfação, pelo facto de aquela proposta de deliberação ter permitido toda aquela reflexão que estiveram a fazer e ter permitido identificar, quer, ideias para algo que parecia ser, do ponto de vista do PSD mais consistente, mais consequente, e também serviu para perceberem o que o Município esteve a fazer. Mas insistiu naquela ideia, ali não dizia que a Câmara não esteve a fazer, ali estavam 3 propostas que gostariam de, na primeira oportunidade, ver votadas.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Agradeceu a intervenção da senhora Vereadora Carla Guerreiro, porque com exemplos práticos tinha revelado que havia um trabalho que estava em curso. Havia outro exemplo, havia pessoas que achavam estranho, mas, por exemplo, estavam a substituir, nas rotundas, relva natural por relva sintética, as pessoas achavam um pouco estranho, mas quebrava o consumo de água, havia uma grande poupança de água nessa matéria, eram feitas desde há muito tempo grandes poupanças.

Disse ao senhor Vereador Fernando José, que tinha razão quando dizia haver seca extrema no distrito de Setúbal, mas não tinha razão na matéria que discutiam. Parecia uma contradição, mas não era. Tinham na bacia do Sado, um problema de falta de água, mas aquela proposta tratava única e exclusivamente da água de consumo humano, na Península de Setúbal, no caso concreto no Município de Setúbal, e não havia escassez de água nenhuma, portanto, era preciso que isso fosse claro. Não era ele que dizia, eram os técnicos, e eram os estudos. Achava importante que isso fosse clarificado. E daí, embora o aquífero a

prazo não era imune às alterações climáticas, a questão que se colocava era de prosseguirem a linha de trabalho que tinham antes.

Esperava que as iniciativas do Governo, no ciclo urbano da água, acabassem por se concretizar, isso era muito importante, porque muitos municípios que naquele momento tinham perdas de água grandes iriam resolver a situação.

Disse que talvez tivesse alguma responsabilidade no aparecimento daquele tipo de proposta, assim mais superficial, por razões que tinham que ver com o andamento normal de instalação dos serviços, não teve tempo de lhes trazer toda a informação disponível. Já lhes deu algumas notas sobre o que estavam a trabalhar, em novas captações, nas situações de dessalinização, nas questões relacionadas com a reutilização da água, na natureza da situação da água em Setúbal, nas perspetivas para a água em Setúbal e naquilo que era realizado pelos serviços, e que era feito pela Câmara toda, não só pelos Serviços Municipalizados, mas pela Câmara toda em termos de poupança. Portanto, achava que talvez essa falta de informação tivesse levado também àquele tipo de proposta, admitia perfeitamente.

Afirma que avançavam com o Plano Estratégico. Iam ter oportunidade, com calma, enquanto coletivo e, também, na relação direta com as forças partidárias, de conversar sobre esse Plano Estratégico e de integrar, nesse Plano Estratégico, as propostas de todas as forças políticas daquela Câmara, da Assembleia e da população de Setúbal. Estava completamente de acordo com o que disse a senhora Vereadora Sónia, que, em vez de medidas avulsas e algo extemporâneas, talvez fosse mais útil planearem e criarem condições, para que o conjunto do executivo pudesse debater aquela questão com mais profundidade. Ele que tinha essa responsabilidade nos Serviços Municipalizados, era um compromisso que fazia, quer de disponibilidade, quer de trazer essa informação para conversarem e discutirem, com uma informação mais apoiada. Iam recolher mais informação e trabalhar naquela matéria.

O discurso político - ia dizer aquilo com toda a responsabilidade que tinha e com as interpretações que pudesse ter -, do Ministro do Ambiente, naquele dia, sobre aquela matéria, era um discurso político correto e era um discurso político diferente e mais profundo do discurso político de há uns tempos. Esse discurso político não coincidia com aquela proposta, era mais profundo do que aquela proposta, portanto, havia ali uma dessintonia entre o discurso político do Ministro e do Governo e aquela proposta.

Pensava que se aquilo que estava no discurso político, naquele momento, do Ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro, e do Governo se concretizasse, achava poderem dar passos muito relevantes, aliás, conforme as recomendações do Conselho Nacional da Água, ter recomendações fortíssimas relativamente à estratégia para a água em Portugal, e para se construir uma estratégia para Portugal consistente, coisa que todas as pessoas reconheciam que não havia, mas que se construía, e bem, portanto, poderiam inserir-se nesse debate, e nessa construção, com alguma profundidade.

Portanto, era aquela a proposta que fazia e assumia esse compromisso de contribuir com informação, com dados e com propostas, para a reflexão coletiva.

Era o que podia dizer, daí não estar a acompanhar aquele tipo de proposta mais avulsa como ali foi caracterizada.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Vereador Vítor Ferreira, camarada e amigo, já ali tinha dito que queria que fosse colocada à votação, e depois de toda daquela reflexão importante centrar o debate sobre aquilo que estava em discussão, em votação:

1. Estabelecer e implementar, de imediato, um Plano de Ação para a Racionalização e Redução do Consumo de Água, que permita reduzir os consumos próprios do município e induzir poupanças nos consumos da população do concelho;
2. Desenvolver um Plano para a Gestão Eficiente dos Recursos Hídricos do Concelho de Setúbal;
3. Criar o Observatório da Água do Concelho de Setúbal, constituído por uma plataforma digital, que funcione como mecanismo de transparência para a população sobre a utilização dos recursos hídricos do concelho.

Era aquilo que iria estar em votação.

Aquilo que pediam ao senhor Presidente era que colocasse á votação aqueles 3 pontos, aquela deliberação.

(Vozes de fundo)

Sr. Presidente – Disse que ia já colocar á votação, mas achava que tinha sido positivo trazer-se ali aquela questão à discussão, na Câmara. Mas a discussão tinha o seu tempo e as intervenções dos senhores Vereadores eram importantes. Já tinha havido muita discussão sobre aquela questão, e achava que não estava em questão o debate. O debate era sempre bom, até porque, naquele dia, a questão dos resíduos foi discutida. Eles consideraram ser importantes antes de trazerem a proposta colocarem a questão em debate, para que as forças políticas tivessem consciência da situação. Então, trazer uma proposta sobre água, achava que fazia todo o sentido, mas era bom que cada um expressasse as questões que estavam ali em discussão.

Não ia, naquele momento, tecer considerações sobre os problemas da água, achava estarem todos de acordo, as preocupações sobre a situação e a escassez da água e o uso indevido, que era feito da água.

Tinham uma lei da água, tinham um Plano Nacional da Água, e tinham outros planos e outros instrumentos que ao nível governamental eram aprovados, com toda a regularidade, mas que depois, não tinham reflexo do resultado desses planos que eram aprovados. Por exemplo, em 2001 foi elaborada uma proposta, de um programa nacional para o uso eficiente da água, a partir de um estudo da responsabilidade do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e com o apoio do Instituto Superior de Agronomia. Achava serem duas entidades que lhes mereciam a maior consideração naquele domínio. Esse programa só tinha sido aprovado em 2005, uma resolução do Conselho de Ministros de 30 de junho de 2005. E, portanto, estabelecendo medidas, metas a alcançar, e que tinha um prazo de 10 anos para ser implementado, e daí tirar conclusões. Desse plano até hoje, não houve conclusões. Mas não satisfeitos com isso, ainda em 2012, o Governo lançou o Programa Nacional para o uso eficiente da água, com um âmbito de implementação entre 2012 e 2020. Até à presente data, estavam à espera dos resultados. O senhor Vereador Joel Marques, dizia muito bem, pensar global, agir local, isso era um bom início de conversa, como era óbvio, tinham era que saber o que isso significava, e como isso se traduzia na prática. É que para pensar global sobre aqueles problemas era necessário que os governos assumissem a sua responsabilidade.

Como falou do plano, do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, que de facto, era fundamental, que o Governo tomasse no quadro da Lei da Água, do Plano Nacional da Água, etc., e de tantos outros instrumentos, aquele era um instrumento fundamental para que daí se tirassem conclusões, numa perspetiva global de política para a água ou para os recursos hídricos, o que era um facto, era que não existia.

O senhor Vereador tinha uma boa nota para o início da conversa, mas o problema era esse. Questionou como conseguiam agir localmente se não tinham o pensamento global. E, era por isso que achava que as intervenções, do senhor Vereador Carlos Rabaçal, como da senhora Vice-Presidente Carla Guerreiro, faziam todo o sentido. A Câmara Municipal estaria em condições de seguir aquelas propostas se tivessem competência ou se tivessem informação disponível de uma política de orientação, para os recursos hídricos em Portugal.

Não existia, e por isso, aquelas 3 propostas, que ali estavam, eram muito interessantes, mas, ao contrário do que disse, logo no início da sua intervenção para justificar aquela proposta, o senhor Vereador Joel Marques, ao contrário dele, tinha um entendimento de que os serviços municipais, naturalmente, que deviam dar resposta às questões que eram colocadas e que consideravam serem importantes, na gestão municipal, mas não podiam, na sua opinião, atribuir responsabilidades aos serviços municipais só porque consideravam que era importante que se fizessem uns planos e umas coisas desse tipo, não, isso não. E, por isso, acabaram de assumir a responsabilidade da gestão da água.

A Câmara Municipal acabou de assumir essa responsabilidade. Os Serviços Municipalizados estavam num processo de implementação e, portanto, estavam-se a criar as condições para, efetivamente, haver uma gestão adequada da água, naquilo que eram as competências do Município, era preciso que outras entidades, que era a esmagadora maioria da componente de recursos hídricos, que não era da responsabilidade da Câmara Municipal, mas como o senhor Vereador Carlos Rabaçal referiu, tinham aquele compromisso, e estavam a lançar o Plano Estratégico para a Gestão da Água no Município. Pensava que quando fosse contratada uma empresa da especialidade ou um gabinete que fizesse esses estudos, que propusesse uma orientação de trabalho para, de facto, pensarem nos recursos hídricos no Município de Setúbal, que haveria condições para tomarem, depois, medidas no sentido de controlar essa informação, e até de influenciar quem tinha outras responsabilidades, que não estavam assumidas como referiu, e que, como dizia o senhor Vereador Vítor Ferreira, fosse também uma forma de pressionarem essas entidades, no sentido de assumirem as suas responsabilidades.

Portanto, achava que estarem a aprovar aquela proposta, era estarem a assumir responsabilidades, iriam ter de transmiti-las para os serviços para se constituírem um conjunto de dados e um conjunto de informação, que não servia para muito porque aquilo que dependia da Câmara Municipal era extremamente limitado.

O senhor Vereador já tinha falado daquela iniciativa e daquele projeto, que não era novo, mas que nunca conseguiram implementar, enquanto a ETAR esteve na gestão das Águas do Sado. Presentemente, quando a gestão passou para o Município já tinham interessados, exatamente, em reaproveitar a água da ETAR, são muitos milhões de metros cúbicos por ano que eram desperdiçados e, portanto, ali estava um bom exemplo, e uma boa forma de olharem para a questão da gestão da água, no Município de Setúbal, mas, naturalmente, num trabalho mais apurado que tinha de ser feito, o senhor Vereador fez o compromisso de que aquele trabalho ia ser prosseguido pela Câmara Municipal e, naturalmente, com a informação devida para aprofundarem aquele debate.

Poderia ainda dizer outras coisas sobre aquela matéria, que levavam um pouco, para a pouca responsabilidade que quem a tinha não a assumia. Falava de um compromisso que os municípios da Península de Setúbal assumiram de encontrar soluções para a água, e que não encontraram da parte das entidades, que diziam terem responsabilidade, e que estavam muito preocupadas a água, mas o que é um facto, era que os municípios procuraram apoio para que, de facto, se tomassem medidas e decisões para garantir o futuro da água no Distrito de Setúbal, até começou no Distrito de Setúbal, e não tiveram nenhum apoio para isso. No entanto, tinham uma associação para a gestão dos recursos hídricos na Península de Setúbal. Esses estudos eram feitos, era preciso que fossem implementados e, portanto, não era novidade as preocupações da água, relativamente aos municípios, o problema que se colocava era que outras entidades competentes não assumiam essas responsabilidades devidamente. Não assumiam senhor Vereador, e depois como se dizia ali: *“faz-se o licenciamento dos furos, mas não se controla as captações”*, era importante que se dissesse que o uso da água, como se usava a água era muito importante.

Aquilo que a senhora Vice-Presidente tinha dito: *“quando nós fazemos captações, fazemos até 200 metros de profundidade”*. Isso era água que não era água de consumo humano. As captações de consumo humano, presentemente, na Península estavam à volta dos 400 metros, era preciso perceber tudo aquilo. Não era coisa de falar da água só por falar, faziam-se discursos muito bonitos, mas era necessário saber e, em concreto, do que se tratava da Península de Setúbal e, no caso do concelho de Setúbal, a situação mais alarmante era o facto de se terem captações que consumiam mais água tirada a mais de 400 metros de profundidade do que a cidade de Setúbal. Perguntou onde estavam as entidades responsáveis por esses licenciamentos e onde é que estava a avaliação desse consumo. Por isso, quando falavam das questões da água, muitas vezes falavam em discursos muito bonitos, mas a realidade era bem diversa. E, aquilo que se passava no Algarve, não se ia alongar, mas por acaso, há dias atrás teve a oportunidade de falar com o Vice-Presidente da APA, que acompanhava a situação que se passava no Algarve, era desastrosa. Não era de

agora, mas o que era um facto é que a situação se agravava, e sabiam muito bem porque é que ela se agravava.

E ficava por ali, porque quando se falava daquelas matérias tinham que saber bem a dimensão da responsabilidade que todos tinham, mas havia uns que tinham um nível de graduação muito superior àqueles que eles tinham ali. Da parte deles, achava que estava assumido o compromisso de que fariam tudo o que estivesse ao alcance deles, como, aliás, faziam, nas condições que tinham de gestão, para que se fizesse, naturalmente, um controlo do uso da água, no sentido de reduzir os consumos, tornar mais eficiente o uso da água, no que dizia respeito às captações para uso humano.

Como disse a senhora Vice-Presidente, relativamente à questão das regas nos espaços verdes, sobretudo nos grandes espaços verdes, era que esse uso fosse feito cada vez, mesmo com captações com profundidade que não eram do uso humano, que mesmo assim, que fossem mais bem controladas, porque isso era possível fazer, e estavam a fazê-lo, utilizando de terminadas espécies que necessitassem de menor consumo de água. Esse trabalho estava a ser feito, agora haviam acabado de assumir a responsabilidade da gestão das águas no Município de Setúbal, era esse o caminho que faziam.

Portanto, achava que não era adequado, assumirem ou votarem favoravelmente aquela proposta, e depois os nossos serviços ficarem com a responsabilidade de implementar mecanismos de perder tempo com procedimentos que não levavam, efetivamente, a questões centrais, que era importante os serviços tomarem essa responsabilidade.

Era isso que estava ali em causa, não colocava em causa, de maneira nenhuma, o facto de o Partido Socialista trazer ali à discussão aquele problema, mas que o problema fosse feito, e com a profundidade e a dimensão que ele merecia, e que cada um assumisse as suas responsabilidades. E, havia diferentes níveis de responsabilidades naquele processo, no que tinha a ver com a gestão da água.

(vozes de fundo)

Sr. Presidente – Disse que há uns anos, quando se levantavam ali questões que o Governo do Partido Socialista não implementou, os Vereadores do Partido Socialista diziam assim: *"bom, nós não temos nada a ver com o que o Governo (...), isso é um problema do Governo, nós aqui posicionamos com os problemas de Setúbal"*. Não era assim, não tinha essa forma de estar e sobretudo quando falavam de água. A profundidade do problema exigia, naturalmente, que fossem mais profundos na forma de trabalhar aqueles temas. Não queria colocar em causa, de maneira nenhuma, a iniciativa do Partido Socialista de trazer ali a questão a debate, mas a questão tinha profundidade e dimensão que não passava por aquelas propostas que estavam ali, e mais, é que aquelas propostas que ali estavam iam pôr em causa o bom funcionamento dos serviços municipais, porque que, com aquelas medidas que ali estavam propostas, os serviços municipais iam ficar agarrados a assuntos e a temas que não têm consequências práticas para o interesse do Município, e das populações de Setúbal.

Submetida a votação, a proposta foi rejeitada, por maioria e em minuta, com 4 votos a favor, do PS, 5 votos contra, da CDU, e 2 abstenções, do PPD/PSD

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Presidente – Disse que o senhor Luís Simões ia intervir enquanto representante do Sindicato dos Bombeiros.

Sr. Luís Simões – Disse que, infelizmente, a sua presença ali era constante, já o conheciam bem, o seu nome era Luís Simões, era delegado sindical do Sindicato Nacional de Bombeiros

Sapadores e representava os trabalhadores da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, funcionários da Câmara Municipal de Setúbal.

A título introdutório, lembrou que os Bombeiros Sapadores de Setúbal iniciaram, no dia anterior, o 7.º mês consecutivo de greve, e aproveitou para dar os parabéns a todos os bombeiros que, apesar de constantemente coagidos, para saírem daquele seu direito, consagrado na Constituição da República, de estar em greve, tem-se aguentado firmemente, apesar das perdas e dessas pressões de que tem sido alvo.

Curiosamente, tem-se perguntado constantemente, porque é que aquela greve durava há tanto tempo, ali naquela sala já tinham ouvido dizer que as portas da Câmara Municipal estavam abertas ao diálogo, mas isso não era completamente verdade. A verdade era que os bombeiros, se calhar, não têm feito sentir tanto os efeitos da greve porque, por interposta decisão da Câmara Municipal, foram à DGAEP, e acataram, e continuavam a acatar, aquilo que tinha sido decretado pela DGAEP no que conferia aos serviços a prestar à população. Daí, se calhar, a população não tenha sentido, mas a verdade, para aqueles que os ouviam em casa, os Bombeiros Sapadores já tinham cumprido 6 meses consecutivos de greve, sem que tivesse havido a possibilidade, de aquele executivo, de chegar a um entendimento naquilo que reivindicavam.

Perceberam que ia ser realmente difícil, porque já tinha falado ali da DGAEP, a Câmara não reconhecia aquilo que tinha sido decretado pela DGAEP, cujas decisões, de um colégio arbitral da DGAEP equivaliam a uma sentença de um Tribunal Judicial de Primeira Instância, contudo, e curiosamente, fazia-os perceber que ia ser difícil chegarem a um entendimento sem ser pela via judicial, contudo aquele executivo acatava decisões das CCDR, que não tinham nenhum poder vinculativo, eram apenas opiniões. Mas já tinham chegado ao ponto de perceber que dificilmente chegariam a um entendimento em algumas matérias.

Contudo, havia uma que o trazia ali naquele dia, e pensava que seria facilmente resolvida, e achava que com um pouco de boa vontade, iam conseguir resolver aquele pequeno problema, que era um dos factos que os fazia manter em greve todos aqueles meses, e que os tinha feito, também inclusivamente, entregar um abaixo-assinado com 97 assinaturas num universo de 116 bombeiros, a pedir o afastamento do senhor Comandante, prendia-se com o facto das ilegalidades que eram cometidas a título laboral. Tinham sido chamados à Câmara, curiosamente no dia 18, tinham estado reunidos com a senhora Vice-Presidente, curiosamente não para resolver qualquer problema daquilo que reivindicavam, mas sim para lhes dar a conhecer uma situação da CCDR, na qual a Câmara de Setúbal, a par de uma, ou duas câmaras do país, não a grande maioria felizmente, mas que tinham resolvido também acatar, e nesse dia, tinha levantado uma questão à senhora Vice-Presidente, naquele caso também com o pelouro dos Recursos Humanos, que tinha a ver com as escalas elaboradas pelo senhor Comandante à margem daquilo que estava estabelecido na lei.

Nessa altura, ainda não estavam a reviver esse problema, e a resposta tinha ficado um bocadinho no ar, até porque não tinha nada palpável. Curiosamente, a escala elaborada pelo senhor Comandante, no mês de maio, voltou a trazer essas atrocidades. Essas atrocidades conferiam a retirada do direito aos trabalhadores de conciliar a sua vida pessoal e familiar, onde eram alterados os dias de descanso complementar e obrigatório, que estavam consagrados no mapa anual. O mapa anual a laborar, os trabalhadores deviam se guiar por ele, e tinham o direito de se guiar por ele como qualquer trabalhador, noutra horário, tinham o sábado, domingo e se trabalhassem nesses dias viam os seus direitos acatados, e em Setúbal, curiosamente, para evitar que os trabalhadores tivessem esse direito andava-se para trás e para a frente com os descansos complementares e obrigatórios. Tinham no caso do mês de junho colegas que não iam ter o sagrado domingo em família, que tinha sido alterado por outro dia. E isso era uma das atrocidades que o senhor Comandante Paulo Lamego fazia, já há muitos anos, durante os meses da greve tinha acalmado, e, curiosamente, em maio tinham voltado a acontecer, o que para eles não era estranho. O que era estranho tinha sido mandarem um email para a Câmara Municipal de Setúbal, dirigido à senhora Vereadora, com o pelouro dos Recursos Humanos, com o conhecimento do senhor Presidente, com o conhecimento do chefe dos Recursos Humanos e, no seu entender, nada devia ter sido feito,

até porque referiam-se a maio, e a escala de junho também vinha com essas atrocidades. Era realmente lamentável, ter que ir ali apelar a um bocadinho de bom senso. Aquela questão já ali tinha sido levantada, mas no meio de tantas outras questões, e tantas denúncias feitas - pediu desculpa pela expressão - mas tinham sido feitas “*orelhas moucas*”.

Naquele dia era a única questão que ali trazia, e dirigiu-se diretamente ao senhor Presidente, uma vez que não podia dizer que não tinha conhecimento, porque “*preto no branco*”, e ainda há pouco o senhor Presidente tinha usado uma expressão que tinha sido: “*contra factos não há argumentos*”, tinham-lhe mandado o mapa anual, tinham mandado a escala de maio, e infelizmente, via-se essas alterações e até à data, nada tinha sido feito. Questionaram se pretendia fazer alguma coisa.

Adiantou-se, não fosse o senhor Presidente querer aproveitar-se para dizer isso, mas a verdade era que os trabalhadores, o total os 100% dos turnos operacionais, estavam a ser nomeados pelo sindicato para prestar os serviços mínimos, contudo, essa medida do senhor Comandante tinha mais uma agravante, porque todos os dias que não coincidiam com a escala do senhor Comandante, aqueles trabalhadores estavam a perder dias de trabalho. E era lamentável que numa Câmara, suportada pelo Partido Comunista houvesse trabalhadores a perder dinheiro, para além daquele que era o normal que se perdia em greve. Estavam a perder dias de trabalho, por causa daquelas ilegalidades cometidas.

E aquelas ilegalidades, uma vez conhecidas dos senhores, não eram única e exclusivamente do senhor Comandante.

Sr. Presidente – Disse que naturalmente que ficava registado tudo aquilo que o senhor dizia. Como o senhor tinha dito já tinha ido ali muitas vezes, tinha tido oportunidade de lhe dizer sempre aquilo que era fundamental dizer, era que respeitavam o direito à greve de todos os trabalhadores, ao contrário daquilo que tinha afirmado, e também, naquele caso, dos trabalhadores do Município, Bombeiros Sapadores. Ao contrário daquilo que o senhor dizia, naturalmente que, em face das posições que tinham vindo a ser tomadas, viam-se obrigados, naturalmente, a fazer cumprir as leis, e, portanto, era esse o processo em que se encontravam.

Achava que não era bom para ninguém, tinha estado lá, numa reunião como o senhor bem sabia, e tinha dito isso às pessoas que lá estavam, aos trabalhadores. No meio daquilo tudo sempre, sempre os principais prejudicados eram os trabalhadores, essa é que era a questão. O senhor achava que continuar naquela coisa, que não punha em causa, era legítimo, com toda a legitimidade, com tudo o reconhecimento, mas tinha dito isso lá e mantinha.

(vozes de fundo)

Sr. Presidente – Disse não tinha dúvidas sobre isso.

(vozes de fundo)

Sr. Presidente – Disse que era um problema seu.

O que queria era que as pessoas que estavam a ouvir, as senhoras vereadoras, os senhores vereadores, ao ponto em que a situação tinha chegado a única saída, que a Câmara Municipal tinha, como pessoa de bem, com o reconhecimento do direito à greve de todos os trabalhadores, mas ao ponto a que aquilo tinha chegado, a única possibilidade era recorrer das decisões dos tribunais, porque isso do “*diz que diz*”, e do “*faz que não faz*”, isso não levava a lado nenhum.

A Câmara Municipal de Setúbal tinha responsabilidades.

Cada um tinha direito à sua opinião, cada um fazia e agia em consciência, mas viviam num estado de direito, e havia uma questão que era central, e tinha sido por isso que tinham pedido um parecer à CCDR, quem tinha a legitimidade para fazer as escalas era o Comandante dos Bombeiros, não era nem “*este nem qualquer outro sindicato*” e, portanto, essa era uma questão, era um ponto de honra. Enquanto isso não fosse resolvido,

naturalmente que era uma situação, que tinham muita pena, porque quando dizia aquilo tinha consciência do que estava a dizer, os últimos e os principais prejudicados, em tudo aquilo eram os trabalhadores, mas a Câmara Municipal tinha que cumprir aquilo que lhe cabia, enquanto responsável daqueles serviços que eram também dos Bombeiros Municipais.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinham feitas duas acusações gravíssimas, às quais o senhor Presidente não tinha respondido. A primeira tinha a ver com uma acusação (...)

Sr. Presidente – Disse que estavam no período de intervenção do público.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha direito, enquanto Vereador, no período destinado ao público de fazer intervenção nos termos do regimento.

Sr. Presidente – Disse que era quando lhe desse a palavra.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que lhe tinha pedido a palavra.

Sr. Presidente – Disse que o senhor representante do sindicato tinha feito a sua intervenção. Tinha dito aquilo que bem tinha entendido, tinha ficado registado, tinha sido isso que lhe tinha transmitido, e, portanto, senhor Vereador, não tinha que lhe dar respostas a si, sobre aquela situação. Poderiam falar disso noutra reunião da Câmara, se o senhor assim o entendesse. Mas aquele momento, era um momento que era dedicado.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não ia prescindir de fazer a sua intervenção, porque tinha 2 minutos, e ia utilizar apenas 30 segundos.

Sr. Presidente – Disse que o senhor não prescindia de fazer a sua intervenção, mas o senhor só fazia a intervenção se lhe desse a palavra.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha de lhe dar a palavra nos termos do regimento.

Sr. Presidente – Disse que não tinha de dar a palavra nos termos do regimento. Estavam num período específico da intervenção e o que estava escrito: *“já agora, o senhor utilizava muito isso, como sabia que eu não trago o regimento, mas o senhor utiliza muito isso, mas é assim a quem cabe dirigir a sessão é ao Presidente da Câmara”*.

Sr. Vereador Fernando José – Nos termos do regimento.

Sr. Presidente – E quando havia uma intervenção do público, os vereadores podiam pedir a palavra, mas era preciso que o Presidente lhes desse a palavra.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os vereadores tinham direito. Não podiam, tinham o direito.

Sr. Presidente – Numa próxima reunião o senhor fazia a intervenção.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ia só terminar.

Sr. Presidente – O senhor fazia a intervenção numa outra reunião. Terminavam ali a reunião da Câmara.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ia incumprir o regimento.



Sr. Presidente – Disse que estava encerrada a reunião da Câmara.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que então incumpria o regimento, ficava registado.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 23 horas.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

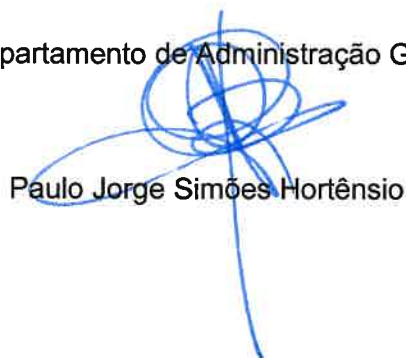
O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 4 de outubro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 76 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:

Vítor Marcos, Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:

Ana Paula Lico

Revista por:

Paulo Hortênsio